

**TRAJETÓRIA, PERMANÊNCIAS E
TRANSFORMAÇÕES TÊMPORO-ESPACIAIS
DA CIDADE DE CAMACAN/BA**

Interfaces com a crise da cacauicultura



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ADEUM HILÁRIO SAUER - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS

MARIA LUIZA NORA

Conselho Editorial:

Maria Luiza Nora – Presidente

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

Antônio Roberto da Paixão Ribeiro

Fernando Rios do Nascimento

Jaênes Miranda Alves

Jorge Octavio Alves Moreno

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Lourival Pereira Junior

Maria Laura Oliveira Gomes

Maria Neusa de Oliveira

Marileide Santos Oliveira

Ricardo Matos Santana

Ronan Xavier Corrêa

Clarice Gonçalves S. de Oliveira
Gilmar Alves Trindade
Maria Helena Gramacho

**TRAJETÓRIA, PERMANÊNCIAS E
TRANSFORMAÇÕES TÊMPORO-ESPACIAIS
DA CIDADE DE CAMACAN/BA**

Interfaces com a crise da cacauicultura



Editora da UESC

Ilhéus - Bahia
2009

©2009 by CLARICE GONÇALVES S. DE OLIVEIRA
GILMAR ALVES TRINDADE
MARIA HELENA GRAMACHO
Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Álvaro Coelho

REVISÃO
Maria Luiza Nora
Aline Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O481 Oliveira, Clarice Gonçalves S. de
Trajetória, permanência e transformações têmporo-
espaciais na cidade de Camacan/BA : interfaces com a crise da
cacaucultura / Clarice Gonçalves S. de Oliveira, Gilmar Alves
Trindade, Maria Helena Gramacho. – Ilhéus : Editus, 2009.

242p. : il.

ISBN: 978-85-7455-157-9

1. Camacan (BA) – Aspectos econômicos e sociais. 2.
Cacaucultura – Camacan (BA). 3. Camacan (BA) – História.
4. Cacau – Comércio – Camacan (BA). I. Trindade, Gilmar Alves
II. Gramacho, Maria Helena. I. Título.

CDD – 599.53

Ficha catalográfica: Elisabete Passos dos Santos - CRB5/533

O estudo da cidade de Camacan não se faz como um fato isolado, pois a noção de totalidade impõe-se na medida em que este lugar ganha conteúdos nas interrelações com a região de inserção, com o país e com o mundo.

CLARICE G. S. DE OLIVEIRA

A paisagem foi um elemento imprescindível durante todo o período da investigação geográfica que realizamos em Camacan e no seu entorno. Em muitos momentos deste livro, o termo paisagem aparece na forma de um conceito instrumentalizado naquele contexto da análise. Por outro lado, em muitos trechos em que não aparece explicitamente, a paisagem está ali, implícita, como dado da realidade objetiva que precedeu a discussão dos fatos encontrados em Camacan.

GILMAR ALVES TRINDADE

As utopias sonhadas pelos instauradores da burguesia pareciam tornar-se realidade concreta. Por um tempo essa realidade utópica se fez presente na paisagem da região cacauera, com toda pujança do seu significativo “verde”, mas essa paisagem foi bruscamente transformada pela crise que se aliou a uma outra mais geral, a crise na nossa tradição ocidental, trazida pela globalização.

MARIA HELENA GRAMACHO

AGRADECIMENTOS

Agradecemos profundamente a todas as pessoas do município de Camacan que contribuíram para a realização deste trabalho, seja através da concessão de dados e informações sobre o lugar e sua região, seja pelo desprendimento em expor suas experiências, pensamentos e emoções durante as longas entrevistas e conversas que realizamos ao longo de dois anos.

Agradecemos à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que nos possibilitou a consecução do projeto de pesquisa “Cidade de Camacan: trajetória, permanências e transformações têmporo-espaciais”, contribuindo, portanto, com nosso amadurecimento acadêmico.

Finalmente, queremos externar também os agradecimentos aos nossos familiares, pela confiança que sempre depositaram em nosso trabalho e pelas repetidas vezes que resolveram nossos problemas particulares em todos os muitos momentos em que nos ausentamos de Itabuna e Ilhéus para realizar a pesquisa em Camacan.

Os autores

Esta obra apresenta os resultados de um trabalho de pesquisa sobre a cidade de Camacan no âmbito da Microrregião Itabuna-Ilhéus, sob o título “Cidade de Camacan: trajetória, permanências e transformações têmporo-espaciais”, no decorrer dos anos 2002 a 2004, sob a autoria dos geógrafos Clarice Gonçalves Souza de Oliveira, Gilmar Alves Trindade e Maria Helena Gramacho, professores do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Ilhéus, Bahia.

A pesquisa permitiu fazer um mergulho nas raízes da cidade de Camacan e região de inserção, na sua trajetória, trazer o seu passado e confrontá-lo com o presente, passando por uma imersão na sua natureza, estrutura, organização, função, contradições, intermediações da União e do Estado, injunções da economia internacional, das instituições que, de forma direta ou indireta, estão ligadas ao conjunto de sua economia e, por fim, uma leitura geográfica sobre o papel dos agentes sociais que a têm produzido em todos os tempos de sua história.

Os autores, em seus textos, fizeram uma leitura desse território-cidade pautados nas categorias de análise “crise econômica cacauêira” e “transformações socioespaciais”, “mudança de forma/conteúdo da paisagem urbana” e “globalização e cultura”, tomando o cacau como elemento-chave para a compreensão da cidade de Camacan, por entendê-la uma cidade do campo. Os autores veem a atividade cacauêira como responsável por um séquito de relações sociais, culturais,

políticas, ecológicas e econômicas, no bojo da qual, simultaneamente, riqueza e pobreza foram geradas, e consideram a cidade como um fruto dessa teia de articulações, que fazem dela um lugar singular no Sul do Estado da Bahia.

Camacan nasceu da convergência desses fatores mediados pelos conflitos e pela superposição temporal da cultura cacauceira, referências que ora se insinuam na paisagem, ora se destacam como testemunhos mudos ou eloquentes, mas não passivos, de uma época nem morta, nem tão distante. Em alguns territórios, o passado, o presente e o futuro se superpõem; em outros, se distanciam, opostos que se atraem e pintam com as nuances do tempo a paisagem, constituindo em alguns espaços o antes e o depois, formando enfim em outros espaços uma nova unidade, por vezes harmoniosa, por vezes conflitada.

Nesse âmbito, o estudo da etapa pretérita à globalização em curso será o do passado, o “antes”. O nosso olhar no “hoje” é iluminado pelas transformações associadas à modernidade, à globalização e aos avanços do meio técnico-científico-informacional, que se imiscuem gradativamente nos territórios, retirando do indivíduo seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas.

Sendo assim, a análise da trajetória, das permanências e das transformações tempo-espaciais de Camacan, uma cidade de pequeno porte, se impõe nas interrelações dos conteúdos com a sua região de inserção, com o país, com o mundo, visto que a cidade participa de uma totalidade espacial inscrita no âmbito da formação político-econômica capitalista regional, nacional e global.

No intuito de colher os dados empíricos, que também são geradores de conceitos e de explicações e compreender o esfacelamento dos símbolos, bem como os fatores poderosos que desagregaram as instituições, sacudiram e alteraram valores e arrancaram as raízes e fundamentos da sociedade, utilizamos entrevistas, observações, análise documental, análise teórico-conceitual, registros fotográficos da paisagem e construção cartográfica.

As entrevistas, de caráter semiestruturado, por exaustão e segmentadas, foram aplicadas com os diferentes segmentos da sociedade urbana e rural do município de Camacan, o que nos possibilitou um contato mais direto com o entrevistado, no qual ele pôde se expressar mais livremente, permitindo-nos captar fatos inusitados, mais profundos e menos censurados, além de facilitar o afloramento de dados acrescidos de afetividade e emoção, bem como a possibilidade de acrescentar questões no decorrer da entrevista. O critério de inclusão recaiu sobre elementos capazes de fornecer informações acerca do rebatimento da crise do cacau sobre a cidade de Camacan, tais como:

1. Pequenos, médios e grandes produtores rurais do município de Camacan (cacaucultores).
2. Comerciantes da cidade de Camacan
3. Prefeito(a) do município de Camacan dos quadriênios 1997-2000 e 2001-2004;
4. Secretária de Educação 2001-2004;
5. Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do quadriênio 2001-2004;
6. Diretores das Empresas Exportadoras de Cacau;
7. Gerentes bancários;
8. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município;
9. Presidente do Sindicato dos Comerciantes da Cidade de Camacan;
10. Diretor do Escritório Local da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira;
11. Presidente e tesoureiro da CDL (Câmara de Diretores Lojistas de Camacan);
12. Chefe da aldeia dos índios Pataxó Hãhãhãe;
13. Pessoas mais idosas da aldeia dos Pataxó Hãhãhãe;
14. Moradores das zonas rural e urbana de Camacan;

15. Diretor da Indústria Malwee.

A observação se realizou de forma direta e assistemática no sentido de captar os conteúdos subjacentes à paisagem que a cidade de Camacan nos apresenta. Também foram realizadas conversas informais com moradores das zonas urbana e rural do município, análises de documentos intermediadas por um aprofundamento teóricoconceitual em torno das categorias de análise que fundamentaram a pesquisa, o que permitiu o diálogo e o confronto com os dados empíricos, possibilitando a explicação dessa realidade sócioespacial.

A cidade de Camacan é sede do município com o mesmo nome, situada a 15° 41' de Latitude Sul e a 39° 49' de Longitude Oeste; o município integra a Microrregião 31 (Microrregião Itabuna-Ilhéus), ao Sul do Estado da Bahia, e tem como limites Norte os municípios de Arataca, Jussari e Itaju do Colônia; Sul, Mascote e Potiraguá; Leste, Santa Luzia, e Oeste, Pau Brasil.

O trabalho foi pensado a partir de alguns questionamentos no âmbito das discussões que os autores costumam realizar, especialmente aquelas relacionadas à instrumentalização dos aportes teóricoconceituais da ciência geográfica e à sua concretude no contexto das relações socioespaciais que os lugares, as regiões e os territórios nos vão revelando através de suas paisagens. Refletindo acerca de Camacan e da Microrregião Itabuna-Ilhéus, os autores pensam o Brasil e o mundo no contexto da globalização em curso; as análises geralmente buscam articular as discussões considerando redes e escalas geográficas que se sobrepõem, conectando mundo e lugar.

No âmbito dessas reflexões, algumas questões foram emergindo, passando a se constituir nos objetivos que nortearam o trabalho, quais sejam: averiguar e interpretar os impactos do processo de globalização e da crise da cacauicultura na organização do espaço urbano de Camacan; verificar se as novas políticas de recuperação da cacauicultura serão capa-

zes de redefinir a organização do espaço urbano desta cidade e identificar as mudanças de conteúdos da sua paisagem urbana, considerando-se as transformações econômicas, sociais e culturais consolidadas a partir da década de 1990.

A pesquisa revelou que o processo de reprodução do espaço geográfico de Camacan e da sua hinterlândia, tradicionalmente relacionado ao processo geral de reprodução do capital no bojo do agronegócio do cacau, só se explica quando articulamos o lugar com o mundo, e toda a teia de relações sociais viabilizada por intermédio das ações endógenas e exógenas que produzem paisagens, territórios e regiões particulares.

Da mesma forma, atualmente, a cidade e a região devem ser analisadas através desses pressupostos que articulam efetivamente os conteúdos espaciais com as diferentes escalas geográficas e os lugares em que essas ações se processam (Camacan, seu entorno, a região Itabuna-Ilhéus, a Bahia, o Brasil, o mundo).

Apesar de exposta aos reclamos externos e simultaneamente procurando reconstruir sua lógica interna própria (a permanência da cultura do cacau, mas com novos conteúdos), acreditamos que Camacan deve buscar encontrar um sentido novo, que pode (e deve) ser construído utilizando-se das lições que ficaram em decorrência dessa última crise da lavoura cacauzeira, sem deixar de refletir acerca de como esses novos conteúdos devem ser assimilados e como a sociedade local pode participar, efetivamente, da construção do presente que aponta para o futuro.

No capítulo I, intitulado **“Crise da cacauicultura e transformações no território cidade de Camacan e sua região de inserção”**, a autora Clarice Gonçalves Souza de Oliveira busca discutir a Globalização e a Região como elementos explicativos da cidade, a crise econômica mundial e suas interfaces com a crise da cacauicultura, e o território cidade como o *locus* da regulação do que se faz no campo. A partir dessas reflexões, preponderantemente teóricas, passa a explicar

sobre a crise da cacauicultura, instalada em 1987, atentando para os desdobramentos e impactos que ela impôs sobre a cidade de Camacan e sua região de inserção (Microrregião Itabuna-Ilhéus).

A autora amplia a discussão fazendo uso das informações obtidas através de entrevistas a diversos segmentos da sociedade camacaense, e o faz com o intuito de comprovar os impactos da crise sobre esta sociedade, de esclarecer como ela tem se posicionado em busca da superação dos problemas econômicos e sociais a que foi submetida e quais são as suas expectativas em relação ao futuro.

Finalmente, conclui que o fortalecimento do comércio local, a recuperação da lavoura cacauífera, pela via da clonagem, e a diversificação da economia podem contribuir para a saída da crise econômica que atingiu de forma indiscriminada não só esta sociedade, mas toda a comunidade regional do Sul da Bahia.

No capítulo 2, **“Cidade de Camacan, transformações socioespaciais e região: interpretando os conteúdos da paisagem”**, Gilmar Trindade lança um olhar sobre as formas da paisagem urbana de Camacan, sem negligenciar a busca dos conteúdos sociais, econômicos e culturais responsáveis pelas transformações ocorridas a partir de 1990. Aborda os referenciais históricogeográficos relacionados ao processo de reprodução de Camacan enquanto lugar singular na microrregião Itabuna-Ilhéus; associa o arranjo socioespacial da cidade com a sua zona rural, com os municípios da sua hinterlândia e com a região, através da consideração dos fluxos da rede urbana; observa o cotidiano dos que vivem no lugar e tenta definir o significado das transformações sobre a vida das pessoas, fazendo uso, inclusive, de relatos de experiências de quem viveu a crise e presenciou a mudança de conteúdos no lugar e na região; apresenta alguns dados acerca da mobilidade populacional na Bahia, recentemente, evidenciando a perda por emigração de expressivo contingente de Camacan e dos “municípios do cacau”, no decorrer da década de 1990; finalmente, o autor procura definir Camacan enquanto lugar que passou por significativa transformação e, simultaneamente,

articula o movimento da cidade com a sua região de inserção, com a Bahia, o Brasil e o mundo, no contexto das discussões desenvolvidas pela Geografia Urbana neste início do século XXI.

No capítulo 3, “**Camacã: símbolo das territorialidades da cultura cacaueteira**”, Maria Helena Gramacho analisa a cidade de Camacan no plano da cultura, obedecendo a uma seleção das significações na paisagem, no sentido de captar, na sua trajetória, os elementos que permaneceram e aqueles que a transformaram, causadores das mutações de níveis e interações de tempos existenciais. Na sua análise dos contornos histórico-culturais da sociedade rural-urbana da região, a autora procura compreender como o passado e a tradição se inserem na construção da paisagem atual da cidade. Neste sentido, ela vai em busca dos sujeitos históricos construtores e reconstrutores deste espaço geográfico, como os pioneiros, os coronéis, os trabalhadores e os índios, que, imbuídos das nuances da tradição e dos símbolos, compuseram o quadro atual da paisagem da cidade.

CAPÍTULO 1

**CRISE DA CACAUCULTURA E TRANSFORMAÇÕES
NO TERRITÓRIO CIDADE DE CAMACAN E SUA RE-
GIÃO DE INSERÇÃO**

Clarice Gonçalves Souza de Oliveira

1 Globalização e região como elementos explicativos da cidade	19
2 Conjuntura da economia global e nacional: interfaces com a crise da cacauicultura	30
3 Cidade: o <i>locus</i> da regulação do que se faz no campo	34
4 Microrregião Itabuna-Ilhéus: região de inserção da cidade de Camacan.....	37
4.1 Cacau: uma riqueza que não se revela na paisagem urbana de	39
Camacan	39
4.2 Crise da cacauicultura, ciclos e ações de enfrentamento	56
4.3 Impactos da crise da cacauicultura em Camacan.....	60
4.3.1 Visão dos cacauicultores.....	60
4.3.2 Visão dos gestores da cidade.....	64
4.3.3 Visão dos comerciantes e diretores das exportadoras de cacau	65
4.3.4 Visão dos diretores de bancos, CDL e representantes de sindicatos.....	70
5 Relações de trabalho no campo e na cidade	72
6 Ações do escritório local da CEPLAC.....	76
7 Política de concessão de crédito: dificuldades e expectativas.....	78

8 Diversificação da atividade econômica no espaço rural de Camacan	88
8.1 Pousada Fazenda Rainha do Sul	89
8.2 Projeto de piscicultura.....	91
8.3 Cultivo do café e alternativas econômicas	93
Referências	98

CAPÍTULO 2

CIDADE DE CAMACAN, TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E REGIÃO: interpretando os conteúdos da paisagem

Gilmar Alves Trindade

1 A urbanização do território: uma breve introdução.....	101
2 Camacan: o lugar e suas singularidades.....	106
2.1 O processo historicogeográfico e a produção do lugar	09
3 Cidade, região e rede urbana: a produção do espaço urbano em Camacan	113
4 A cidade e a região: os efeitos das transformações sobre a horizontalidade do cotidiano	119
5 Passagem do tempo, produção do espaço, transformações e permanências.....	123
6 Relatos de quem viveu a crise e presenciou a mudança de conteúdos da paisagem	125
7 Revisitando o conceito de paisagem numa perspectiva crítica de abordagem	129
7.1 Paisagem urbana em Camacan: permanências ou transformações?.....	140
8 O fluxo de pessoas: a crise, a emigração e a cidade.....	147
9 Os novos conteúdos urbanos: a Camacan do Século XXI .	151
10 Considerações Finais	155
Referências	156

CAPÍTULO 3
CAMACÃ: SÍMBOLO DAS TERRITORIALIDADES DA
CULTURA CACAUEIRA

Maria Helena Gramacho

1	Primeiras considerações: um olhar cultural	161
2	A cultura como centro de convergência dos tempos.....	162
3	As dimensões culturais do urbano-rural de Camacã: um posicionamento conceitual	165
4	O movimento da globalização no território do cacau.....	169
5	Os artífices da cultura cacaueira.....	174
5.1	Os pioneiros desbravadores	181
5.2	Os coronéis do cacau.....	189
5.3	Os trabalhadores	192
5.4	A saga dos esquecidos: os índios	196
5.4.1	A luta pelo resgate cultural	204
6	Camacã: síntese das permanências e transformações	207
6.1	O tempo tem tempo: da grande crise ao renascimento	214
7	Algumas outras considerações: na convivência dos tempos, a esperança.....	217
	Referências	223

CAPÍTULO 1

CRISE DA CACAUCULTURA E TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO CIDADE DE CAMACAN E SUA REGIÃO DE INSERÇÃO

Clarice Gonçalves Souza de Oliveira

Ao contrário do passado, quando os geógrafos pensavam as cidades quase que exclusivamente a partir de sua dimensão singular, única, elas hoje são vistas como locais de interseção de processos sociais que têm origem em diversas escalas. Alguns desses processos são mundializados, e só podem ser compreendidos a partir de sua correta inserção numa escala global de interpretação. Outros são de caráter particular, e se explicam pelas dinâmicas sociais dos estados-nações. Há outros, ainda, que são de natureza nitidamente singular e, por isso, precisam ser contextualizados a partir das realidades locais. Entender como esses processos se entrecruzam num determinado lugar, e acabam por imprimir marcas na sua paisagem e nas suas representações, é, pois, um desafio empolgante (ABREU, 2003).

1 GLOBALIZAÇÃO E REGIÃO COMO ELEMENTOS EXPLICATIVOS DA CIDADE

O tempo atual é marcado por um intenso processo de globalização, fenômeno que pode ser interpretado como o estágio supremo da internacionalização da economia, da cultura, dos produtos, responsável

direto pela “amplificação em sistema-mundo de todos os lugares e de todos os indivíduos”, ainda que em graus diferenciados (SANTOS, 1994, p.48). Assim sendo, temos a clareza de que vivemos um tempo sob o domínio de uma ordem global que imprime uma nova dinâmica aos lugares e às sociedades, exigindo destes um repensar e um redefinir de suas formas e normas, com o intuito explícito de regular os seus afazeres, a sua vida, o seu cotidiano.

Entendemos que a intensidade, a velocidade e a radicalidade desse processo estão vinculadas a uma realidade pós-moderna, ou seja, a um tempo de predomínio dos avanços do meio técnico-científico-informacional, fator gerador da compressão do tempo-espaço, da velocidade, instantaneidade e simultaneidade da comunicação e de novos signos que se somam às novas lógicas e racionalidades do capital, juntos compondo o conjunto dos verdadeiros reguladores desse novo tempo das sociedades locais, regionais e globais. Esta realidade impõe que compreendamos “o meio técnico-científico-informacional como a cara do tempo e do espaço, porque ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidianos da cidade e do campo modernizado” (HARVEY, 2004; SANTOS, 1994, p. 45).

Nesse novo contexto, a cidade não é concebida como o *locus* por excelência “dos capitais novos”, mas “o lugar onde se podem associar diversos capitais e por consequência diversos trabalhos”. Esta linha de raciocínio nos leva a tomar a cidade como o “lugar que se recusa à difusão rápida e fácil do capital novo” porque ela “reúne e associa pedaços de tempo materializados de formas diversas e, desse modo, autoriza comportamentos econômicos e sociais diversos”. Esse novo capital, associado à base material composta pela ciência, tecnologia e informação, seria mais rapidamente difundido no campo porque sua “organização dá-se de forma espalhada sobre certas áreas, redefinindo-as” (SANTOS, 1994, p. 95-96).

Estes argumentos contribuem para justificar a afirmação de que esse novo tempo impõe modos mais flexíveis de acumulação

do capital; exige mudanças nos paradigmas da produção, de modo especial os referentes às técnicas e aos modelos; redefinição e reespecialização da produção; reengenharia do trabalho, entre outras alterações (BENKO, 1996), nos permitindo assegurar que as inovações são capazes de provocar “uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas” das sociedades humanas, em qualquer lugar do mundo (HARVEY, 2004, p. 7).

O mundo torna-se menor e cada vez mais interligado, não se permitindo falar em lugares isolados (cidades) ou em regiões isoladas. Os fluxos, as redes e a dinâmica espacial operam de forma que as regiões passam a ser vistas como entes sem autonomia (SANTOS, 1994). Esta possível perda de autonomia é o elemento-chave para Duarte (1980) defender a ideia do desaparecimento das regiões, um raciocínio que é contestado por Corrêa (1986) através da tese de que a pretensa homogeneização pelo capital não se desenvolve de forma igual em todos os recortes regionais, assim como em todos os lugares e sociedades. As regiões e as cidades são distintas; respondem diferentemente às determinações da globalização; têm características peculiares; cada vez mais se especializam e se tornam essenciais, daí exigirem cada vez mais maiores e melhores explicações.

Seguindo essa linha de raciocínio, Santos (1994) argumenta que:

Da mesma forma, como se diz hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma que, nas mesmas condições, a expansão da presença do capital hegemônico em todo o espaço teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe. Quanto a nós, ao contrário, pensamos que: em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço

se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região [...] (SANTOS, 1994, p.97).

É perceptível que a distribuição espacial das atividades engendradas pela globalização segue uma combinação que envolve, de um lado, uma lógica própria às corporações e aos determinantes externos e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças sócio-culturais e a ação empreendedora dos atores sociais locais (CORRÊA, 1999, p.51).

Para Couto (2000, p. 38), o território do cacau, no contexto dessa dinâmica global e regional (Microrregião Itabuna-Ilhéus, Figura 1), tem uma história que comporta a seguinte afirmação:

[...] os sistemas agrários centrados na lavoura cacauceira, seja ela monocultora ou atividade integrante de sistemas produtivos mais complexos, formaram-se voltados para o mercado mundial. Remanescentes do exclusivo colonial mercantilista, esses antigos sistemas agrário-exportadores já nasceram no contexto da internacionalização de capitais primitivos.



Figura 1 - MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS, Municípios.

Assim sendo, podemos inferir que a dinâmica da organização espacial de uma região se realiza a partir da ação de diversos elementos e atores sociais, o que nos autoriza assegurar que não

se trata de um recorte geográfico qualquer. Temos a convicção de que toda região tem uma base concreta (territorial e social) e que os seus articuladores (internos e externos) são capazes de engendrar vínculos (intrarregionais e interregionais). Esses vínculos e vinculações acabam produzindo uma identidade regional e um regionalismo, e devem ser reconhecidos como frutos da herança dos produtos históricos, portanto um patrimônio cultural local/regional (HAESBAERT, 1997).

Todas as reflexões postas até aqui, nos permitem dizer que a cidade, ao se firmar como o lugar de regulação da atividade agrícola, se faz responsável por explicar a frenética mutabilidade a que o campo está subordinado em função das exigências da globalização, bem como responsável pelo planejamento de boa parte do que está no seu interior e no campo. A ideia é a de que a cidade e o campo se entrecruzam ininterruptamente. Assim sendo, a cidade de Camacan e o seu espaço rural se entrecruzam; um explica o outro; rurais e urbanos são os atores e autores da organização socioespacial que tem sido impressa nesta cidade e por extensão no seu município e região de inserção.

Seguindo essa linha de raciocínio, a região pode ser concebida como um foco de identificação em que a consciência regional, o sentimento de pertencimento e as mentalidades regionais se definem como alguns dos elementos que constroem a possibilidade de revalorização desta dimensão regional como um espaço vivido. Este é um enfoque que parece ser fundamental para entender a ressurreição dos lugares, as metamorfoses dos territórios e os problemas de identidade das sociedades multiculturais de um mundo globalizado (GILBERT, apud BEZZI, 2004; GOMES, 1996; CLAVAL, 2002).

Diante desse quadro, nos perguntamos: o que seria o território cidade? – Por certo que um produto social, ou seja, “um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos so-

ciais experienciando tempos e ritmos diferentes”. São territórios que podem ser modificados, arrasados e substituídos por novas paisagens, principalmente porque atrelados à forma como se procura conduzir/viabilizar a produção econômica pelo espaço e pelo tempo (SALGUEIRO, 2003, p. 97).

Pensar a cidade em sua perspectiva socioespacial, numa situação de crise econômica como a vivenciada por Camacan, em tempos de predomínio de um processo de globalização, de novas racionalidades do capital e de uma sociedade reticular, é se permitir buscar caminhos para desvendar a realidade desse lugar (em sua totalidade), verificando as possibilidades (em latência) que se desenham no horizonte do seu cotidiano, a sua inserção no sistema da economia local, regional, nacional e global, e a dialética que ela empreende com os condicionantes ou forças hegemônicas endógenas e exógenas, na tentativa de diligenciar a superação dos seus problemas.

Como território cidade, integrante da Microrregião Itabuna-Ilhéus e sede do Município de Camacan (Figura 2), historicamente ele tem se sustentado a partir do capital derivado da monocultura do cacau. No decorrer da década de 1970 (período do apogeu da cacauicultura, Figuras 3, 4, 5, 6 e 7), manteve um excelente desempenho econômico, situação que lhe conferiu destaque entre os demais territórios cidades no âmbito de sua região de inserção, pela força do dinheiro que circulava no seu interior. Com o advento da terceira longa crise da cacauicultura (década de 1980, mais profundamente a partir de 1989 quando os seus cacauais foram contaminados pela doença *Crinipellis pernicioso*, vulgarmente identificada por vassoura-de-bruxa) esse capital, ou seja, esse dinheiro se esvaiu.

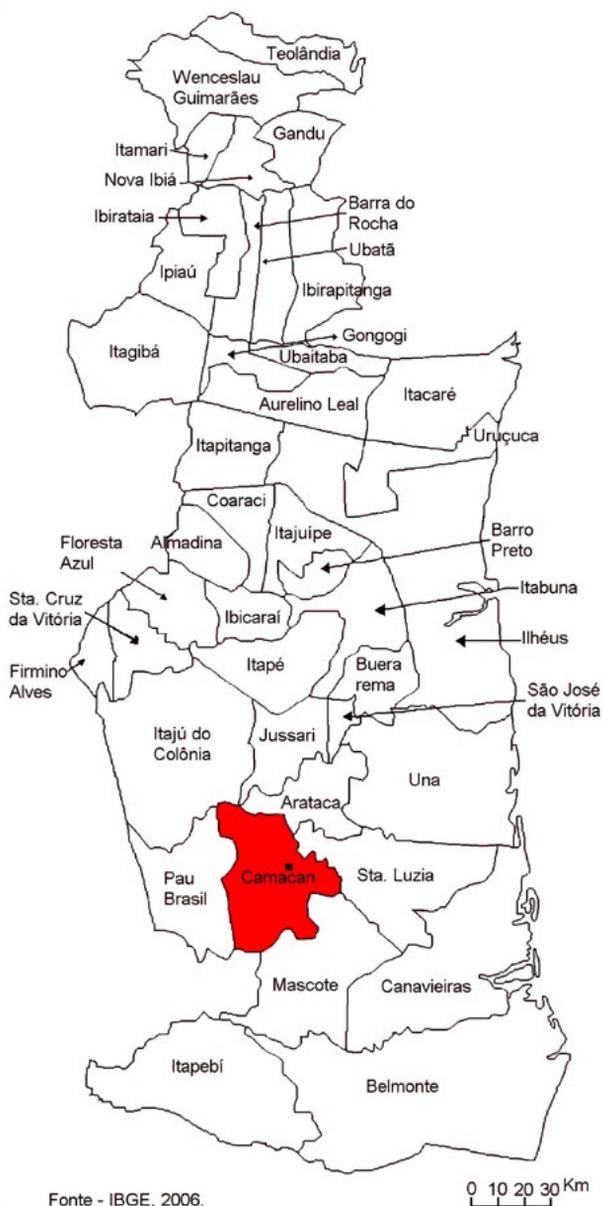


Figura 2 - MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS, Localização do Município e Cidade de Camacan.

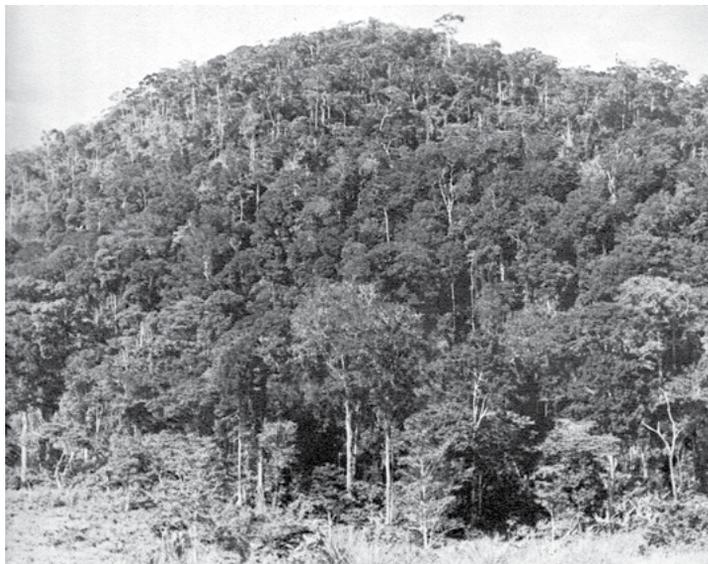


Figura 3 - No princípio uma paisagem de mata (Município de Camacan).

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Revista de Camacã, 1983, p. 5.



Figura 4 - Transformação da paisagem: fazenda de cacau.

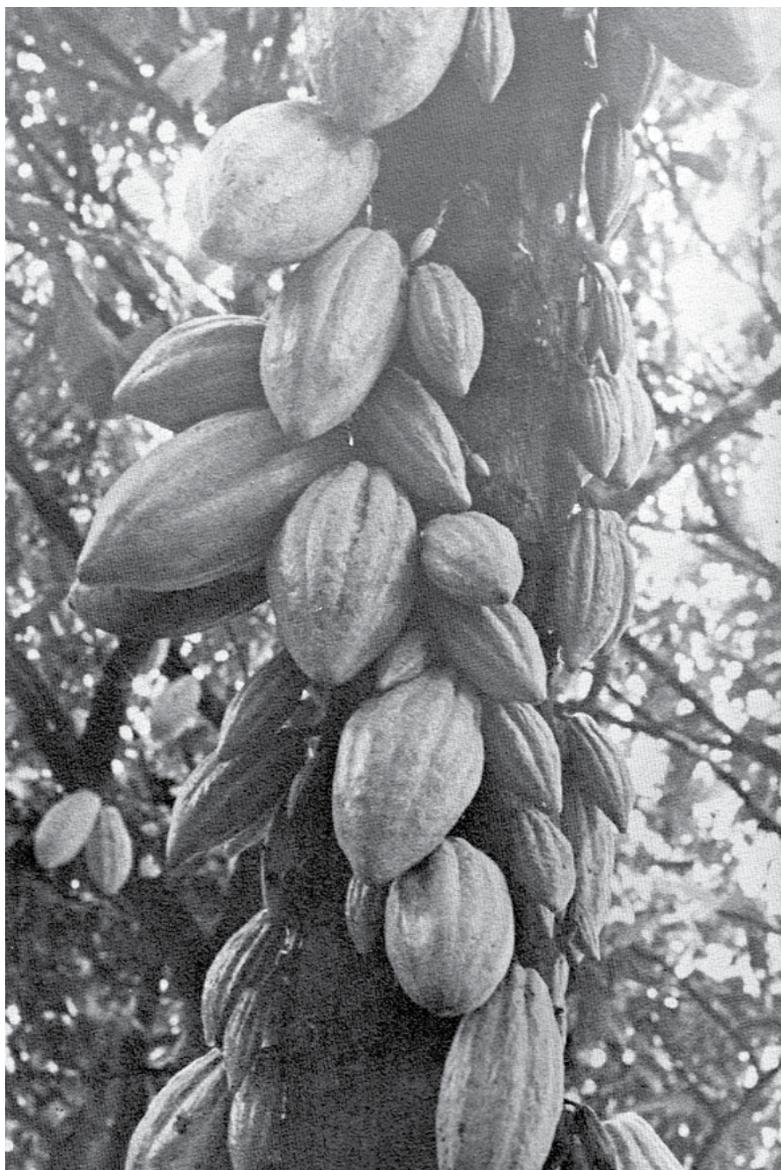


Figura 5 - Cacao: exuberância da produção antes da vassoura-de-bruxa.

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Revista de Camacá, 1983, p. 30.



Figura 6 - Tempo áureo do cacau (década de 1970): fase em que a produção chegava a 100 arrobas por hectare, escoada em carretas.

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Revista de Camacã, 1983, p. 31.

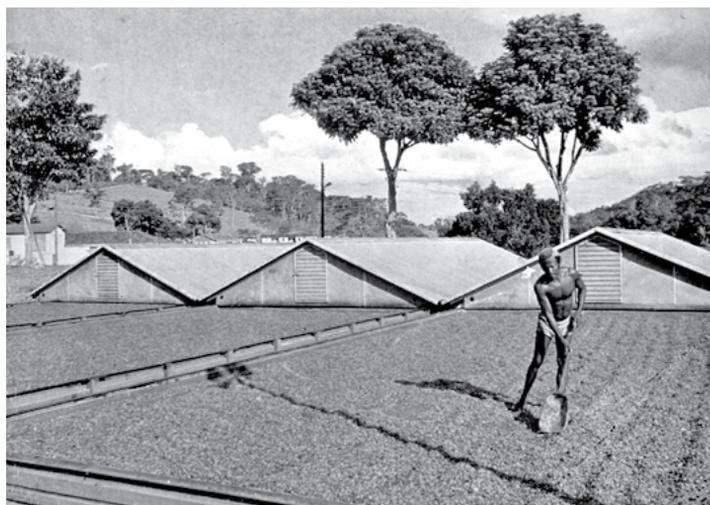


Figura 7 - Barcaças cheias de amêndoas de cacau: um símbolo de riqueza e garantia de postos de trabalho no campo.

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Revista de Camacã, 1983 (capa).

A crise econômica, em suas diversas escalas, e a presença da vassoura-de-bruxa provocaram a desarticulação e o arrefecimento da economia camacaense, engendrando uma série de transformações socioespaciais nos espaços urbano e rural, fato que levou a sua população a conviver com uma realidade de muitas carências. Como afirmam os seus moradores: “a cidade dormiu rica e acordou pobre”; “a crise nivelou a todos por baixo”; “a sociedade camacaense ficou perplexa diante de tantos problemas”; “as perdas provocaram muitas dores e lágrimas e plantou a desesperança”.

Nesse novo tempo, a sociedade camacaense também viu alargar os espaços concorrenciais da produção e comercialização do cacau, tendo que conviver com um mercado cada vez mais complexo e com uma ampla redefinição das relações de poder entre os diversos atores sociais locais, regionais, nacionais e globais, de sorte que, em meio a essa engenhosidade, tem sido chamada a repensar sua posição em relação a si mesma e aos outros, seja na competição intrarregional, seja na competição nacional e, sobretudo, na competição internacional, considerando que o fruto articulador de sua economia é uma *commoditie*, cuja vida é regulada principalmente por forças exógenas.

Todas estas reflexões nos permitem afirmar que, além dos condicionantes endógenos, os processos de caráter mundializado interferem no cotidiano desse território cidade porque, de alguma forma, estão integrados à dinâmica desses processos, não estão isolados, e isto significa que a sua efetiva compreensão deve perpassar por sua correta inserção numa escala global de interpretação. No entanto, também não se pode descartar o caráter particular que se explica pelas dinâmicas sociais no âmbito do estado-nação, e os singulares, que precisam ser contextualizados a partir de suas realidades locais.

2 CONJUNTURA DA ECONOMIA GLOBAL, NACIONAL E INTERFACES COM A CRISE DA CACAUCULTURA

A sociedade humana vive, a partir de meados da década de 1970, uma crise dos modelos de desenvolvimento econômico, tanto do capitalismo quanto do estatismo, de sorte que as empresas e os governos têm que se movimentar em busca de medidas políticas e econômicas que possibilitem o atendimento às demandas de um novo capitalismo – o capitalismo informacional – que exige produtividade promovida pela inovação e competitividade voltada para a globalização, a fim de gerar riqueza e dela se apropriar (CASTELLS, 2000).

Essas transformações, entre outras, promovem uma disjunção entre o princípio regulador da economia e o processo que esse princípio regulador busca regular, disso resultando uma crise econômica que se refletiu em todos os lugares do planeta, daí se poder afirmar que ela influenciou na produção da crise econômica instalada na Microrregião Itabuna-Ilhéus, a partir da década de 1980, associada a outros fatores artificiais e naturais, como a contaminação dos cacauais pela enfermidade vassoura-de-bruxa, provavelmente uma das mais sérias doenças que já acometeu a lavoura cacauaieira (Tabelas 1 e 2), considerando-se a queda de produção que foi capaz de gerar¹.

A cacauicultura, tradicional, força motriz da economia regional, parece perder a capacidade de ser o princípio regulador de processos sociais e econômicos que antes regulava. Tudo que depende do cacau é afetado; define-se uma realidade que passa a exigir a busca de novas alternativas econômicas (turismo, ampliação da atividade industrial, incremento do comércio e dos serviços, incorporação de novos cultivos, ampliação da atividade pecuária,

¹ Atualmente registra-se um tímido crescimento da produção: 2000/2001 = 102.631 toneladas; 2001/2002 = 132.654 toneladas; 2002/2003 = 103.679 toneladas; 2003/2004 = 136.556 toneladas. O preço internacional, em julho de 2006, chegou ao patamar de US\$1.715,00/tonelada.

etc.), de sorte que, de forma consorciada, estas possibilidades econômicas passam a concorrer, conjuntamente, como forças de novas articulações socioeconômicas no âmbito da Microrregião Itabuna-Ilhéus (OLIVEIRA, 2001).

Tabela 1 – Produção de cacau em amêndoas na Bahia -1980/1999.

Ano agrícola brasileiro (maio/abr.)	Produção total (ton.)	Preços internacionais (US\$/ton.)
1980/81	302. 481	2 098,00
1981/82	276. 558	1 868,00
1982/83	317. 052	1 949,00
1983/84	352. 572	2 412,00
1984/85	301. 787	2 222,00
1985/86	361. 608	2 149,00
1986/87	397. 362	2 023,00
1987/88	299. 591	1 707,00
1988/89	314. 600	1 344,00

Fonte: OLIVEIRA, C. G. S. de, 2001, p. 27.

Para Santos (1996), esse é um período histórico marcado por uma crise estrutural, daí a recomendação de que não devemos buscar soluções não estruturais sob pena de geração de mais crise. Essa linha de raciocínio também leva o autor a afirmar que as soluções são sempre de interesse exclusivo dos atores hegemônicos e que os créditos internacionais postos à disposição dos países, das regiões e dos lugares, especialmente dos mais pobres, servem muito mais para o estabelecimento das redes que vão servir ao grande capital e que, ao adentrarem nesses subespaços “instalam

a desordem” e criam a “ordem em seu próprio benefício” (SANTOS, 1996, p. 228).

Tabela 2 – Produção de cacau em amêndoas na Bahia -1989/2000.

Ano agrícola brasileiro (maio/abr.)	Produção total (ton.)	Preços internacionais (US\$/ton.)
1989/1990	321 966	1 193,00
1990/1991	356 327	1 193,00
1991/1992	253 798	1 166,00
1992/1993	254 464	1 051,00
1993/1994	278 280	1 370,00
1994/1995	238 886	1 440,00
1995/1996	160 390	1 438,00
1996/1997	185 247	1 556,00
1997/1998	152 381	1 711,00
1998/1999	134 383	1 372,00
1999/2000	96 039	925,56

Fonte: OLIVEIRA, C. G. S. de, 2001, p. 27.

Os anos 70 (século XX) marcam um tempo de grande endividamento dos países periféricos, os quais apresentaram: (1) um forte desequilíbrio financeiro; (2) dívida interna e externa em montantes indesejados e insuportáveis; (3) exposição absoluta ao capital internacional; (4) frágil condição de competitividade; (5) deterioração da economia nacional - (6) estagnação produtiva, por força do projeto neoliberal e por não ter domínio tecnológico; (7) perda de poder; (8) agigantamento dos problemas sociais, entre outros. Essa realidade permite que as sociedades, de um modo geral, fiquem atreladas/submetidas ao circuito financeiro

mundial, dando aos organismos internacionais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional e o BIRD – Banco Mundial, poderes nunca antes imaginados (CANO, 1995).

A partir de então, as diversas sociedades têm sido desafiadas a encontrar novas formas de promover a ordenação social, espacial, econômica, cultural e ambiental instituída por força desse novo estágio do capitalismo. Mesmo que a unificação vertical seja decisiva para muitos países, regiões e lugares (sob alguns aspectos), é possível que eles possam se refortalecer horizontalmente, “reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (CANO, p. 228).

Assim, é pertinente dizer que a crise econômica da lavoura cacaueteira, responsável por radicais metamorfoses socioespaciais, culturais e ambientais no âmbito da Microrregião Itabuna-Ilhéus e, por conseguinte, no território cidade de Camacan, também está associada às novas exigências e imposições político-econômicas de ordem nacional/global, até porque o cacau é uma *commoditie* cujos preços são formados na Bolsa de Valores de Nova Iorque, portanto, distante do controle dos países produtores. Além disso, o mercado internacional tornou-se altamente competitivo na medida em que novas áreas de produção passaram a concorrer (principalmente a partir da década de 1980), como é o caso da África Ocidental (Costa do Marfim, Gana e Nigéria), Ásia Meridional (Indonésia, Malásia) e mesmo da Oceania (Papua, Nova-Guiné) (TRINDADE, 2001, p. 3).

Reconhecemos esta realidade e acrescentamos a existência de fatores endógenos naturais (longas estiagens) e sociais, como a falta de lideranças políticas efetivamente comprometidas com as questões da cacauicultura; uma crise políticoinstitucional do órgão responsável pelo planejamento e orientação técnica dessa cultura (CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira); o individualismo e a não consolidação de uma mentalidade empresarial por parte dos cacauicultores. Fica evidenciado que são muitas as frentes e problemas

a serem equacionados nos municípios e cidades dessa região. De tudo isso, fica a crença de que se faz necessária a prática de uma política de minimização das questões estruturais locais, em que a participação de todos os agentes sociais (nacionais, regionais e locais) se faz indispensável. Assim sendo, não se pode desprezar o papel da União e do Estado da Bahia, das políticas para recuperação da lavoura cacaueteira, do comportamento e das lógicas dos financiamentos bancários, das transformações que ocorrem nos demais países produtores e, muito menos, desprezar relações de poder político local/regional ligadas à cacauicultura (CE-PLAC, AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueteira, universidades), o comportamento dos produtores (para com a gestão de suas propriedades) e a sociedade regional como um todo.

3 CIDADE: O *LOCUS* DA REGULAÇÃO DO QUE SE FAZ NO CAMPO

Em tempos passados, as cidades eram as cidades dos notáveis, mais tarde transformadas em cidades econômicas. Quando cidades dos notáveis, as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista (SANTOS, 1994, p.148), e aqui acrescentaríamos o coronel, o jagunço, as mulheres de “vida fácil”, entre outras personalidades comuns às cidades da Microrregião Itabuna-Ilhéus e que têm sido exaustivamente lembradas através da literatura regional produzida por Jorge Amado, Adonias Filho, entre outros.

Quando “a cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo”, ela “deixa de ser a cidade no campo para ser a cidade do campo” (SANTOS, p. 148). Assim sendo, ela passa a requerer a presença de técnicos (veterinários, agrônomos), do bancário, do piloto agrícola, do especialista em adubos, entre outros sujeitos, isto porque “é chamada a se afeiçoar às exigências do campo”, até porque “o trabalho no campo

passa a ser carregado de ciência” (SANTOS, p. 148-149).

No momento em que a cidade incorpora a atividade industrial, também passa a requerer a presença de outros atores, especialistas, técnicos qualificados e outros que possam fazer parte do conjunto dos diversos agentes sociais que vão produzir/reproduzir a cidade, para o atendimento a essas novas demandas.

No mundo informacional, as cidades também estão vinculadas às finanças e aos serviços empresariais de caráter internacional, portanto carregadas de novos conteúdos, constituindo-se num desafio aos espíritos sequiosos por compreendê-las. Essa preocupação não se restringe à leitura apenas das cidades mundiais, mas, também, à leitura das médias e pequenas cidades, porque peças dessa mesma engrenagem, ainda que em dimensões diferenciadas.

O fato é que as sociedades assistem/participam/agem/reagem a um movimento incessante de construção/destruição/reconstrução, tanto as de cunho ideológico, quanto as referentes à organização espacial das cidades, por elas mesmas empreendidas. Esta situação impõe um chamamento aos geógrafos para interpretar esta realidade, uma exigência de rigor na análise epistemológica, sem o que poderá perder a condição de apreender/compreender/explicar o real. Os novos olhares têm que desvendar a realidade de um mundo que elegeu a cidade como o *locus* regulador da nova ordem a ser acatada pelos diferentes atores sociais.

As pesquisas realizadas no âmbito da Geografia Urbana, no último quartel do Século XX, utilizaram como objetos de estudos preferenciais as cidades de médio porte e as cidades metropolitanas. De fato, como defende Corrêa (1999, p.45), elas se caracterizam por serem mais complexas, não só com relação às funções que desempenham, mas também pela sua estrutura social, organização interna e dinâmica espacial.

Esta realidade não elimina as preocupações que se deve ter com a análise das cidades de pequeno porte (Camacan é exem-

plo) visto que também integradas, de alguma forma, ao sistema articulado das redes urbanas. É necessário entender que as ações estabelecidas regionalmente, nacionalmente e globalmente, derivadas das normas vigentes no atual contexto político-econômico e cultural da chamada globalização, acabam por interferir na configuração dos diferentes lugares, e estes, grandes, médios ou pequenos, dialeticamente, são levados a responder aos determinantes endógenos e exógenos, integrando, portanto, aquilo que Milton Santos chama de sistema-mundo. Para este geógrafo

cada lugar é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares, como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando. (SANTOS, 1994, p. 18).

E recomenda:

Para se compreender uma região, e uma cidade, tem que se ir ao âmago da questão, ou seja, tem-se que penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, [...] com seus mais distintos níveis de interação e contradição. Assim, passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto dos agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos (SANTOS, 1988, p. 46).

Desse modo, estudar a cidade de Camacan, no sentido de apreender, compreender e explicar a sua trajetória, transformações

e permanências têmporo-espaciais, significa fazer um mergulho nas raízes de sua existência, na sua g nese, trazer o seu passado e confrontá-lo com o presente, e isto passa por uma imersão na sua natureza, estrutura, organiza o, fun o (ver textos de TRINDADE, G. A.; GRAMACHO, M. H.), contradi es, intermedia es da União e do Estado, injun es da economia internacional, das institui es que, de forma direta ou indireta, estão ligadas ao conjunto de sua economia. Por fim, uma leitura reflexiva sobre o papel dos agentes sociais que a integraram em todos os tempos de sua história.

A ideia   que o estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas referências da totalidade, sem que com isso sejam eliminadas as particularidades históricas (CARLOS, 1994, p. 39). Sendo assim, o estudo da cidade de Camacan, uma cidade de pequeno porte, não se faz como um fato isolado, pois a no o de totalidade impõe-se na medida em que este lugar ganha cont udos nas interrela es com a região de inser o, com o país e com o mundo. Quando se considera a cidade de Camacan um lugar, ela   entendida como partícipe de uma totalidade espacial inscrita no âmbito da forma o político-econômica de “uma região que nasceu capitalista” (BAIARDI, 1984, p. 52), e assim permanece.

A cidade de Camacan, inserida nesse contexto, absorve os aspectos contraditórios de sua região de inser o, exigindo, portanto, uma reflexão crítica dos fatores que engendraram as transforma es ocorridas na organiza o do seu espaço. Nesse sentido, faz-se necessário dirigir um olhar sobre a região, cujas contradi es, conflitos e crises se enraízam nas particularidades do objeto desse estudo.

Com certeza, todos os argumentos já explicitados justificam uma análise da “Crise da Cacaucultura” na tentativa de identificar, compreender e explicar as transforma es socioespaciais, econômicas, culturais e ambientais que ela produziu sobre a cidade de Camacan (e o seu município como um todo), aqui entendida como uma “cidade do campo”, chamada a afeiçoar-se às exigências do campo, porque tradicionalmente associada   atividade agrária de monocultura do cacau.

4 MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS: REGIÃO DE INSERÇÃO DA CIDADE DE CAMACAN

A Microrregião Itabuna-Ilhéus é uma parcela territorial do Sul do Estado da Bahia, composta por 41 municípios, e espaço de inserção da cidade de Camacan - sede do município do mesmo nome, principal objeto de análise desse trabalho. A história revela tratar-se de uma região centrada na produção e exportação de cacau, uma atividade que lhe tem servido como sustentáculo econômico, inclusive permitindo-lhe a formação de um “território conhecido como Nação Grapiúna ou Civilização do Cacau”, pelo que afirma o Grupo Temático do Cacau (1997).

Segundo Diniz e Duarte (1983), ela é produto de uma sociedade que foi se estruturando ao longo do tempo, à medida que formava sua base econômica (monocultura do cacau) e que buscou manter os seus interesses e suas estruturas política, econômica e ideológica formando uma classe dominante de produtores, grandes comerciantes e de trabalhadores anônimos.

Trata-se de região detentora de uma personalidade que a faz diferente do resto da Bahia e do resto do território brasileiro. Apesar dos percalços e das vicissitudes, resultantes das avaliações e práticas equivocadas do Estado e dos agentes produtivos, esta região continua viva e a reivindicar a sua identidade, um elemento histórico de unificação, apesar dos conflitos, apesar das crises econômicas da cacauicultura (BAIARDI, 1984; 1998).

Pelo que nos afirma o sociólogo Asmar (1983), essa região recebeu diferenciadas nomenclaturas, todas elas constituídas por diferentes órgãos e com objetivos específicos, o que a seguir identificamos segundo a ordem cronológica de suas instituições:

1. Zona do Cacau – uma nomenclatura conferida pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1940), quando a Bahia

- foi dividida em Zonas Fisiográficas;
2. Microrregião Homogênea Cacaueira – IBGE (1966), expressando a combinação de fatores físicos, sociais e econômicos (conceito criticado por não mostrar a hierarquia existente entre municípios e cidades no interior da microrregião);
 3. Região Cacaueira – IBGE (1968), para caracterizar o território de produção do cacau, o que significa uma combinação da Geografia com a produção (conceito criticado por não incorporar certas áreas produtoras, pelo fato de fugirem a uma contiguidade física, ou de, mesmo fazendo parte da zona fisiográfica não serem produtoras de cacau);
 4. Região do Diagnóstico, Polígono do Diagnóstico ou Sudeste da Bahia – instituída pela CEPLAC (1970);
 5. Microrregião Programa Litoral Sul – definida pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (1971);
 6. Grande Região Cacaueira – também instituída pela CEPLAC (1974), englobando diversos espaços homogêneos, para ela muito positivo devido às metas de expansão do cacau;
 7. Microrregião Itabuna-Ilhéus – IBGE (1990), um conceito que confirma Itabuna e Ilhéus como centros regionais, fundamentado na Teoria das Localidades Centrais (Walter Christaller).

4.1 CACAU: UMA RIQUEZA QUE NÃO SE REVELA NA PAISAGEM URBANA DE CAMACAN

O auge da cacaucultura se deu entre os anos de 1970 e 1977, fase em que se registrou uma substancial alta dos preços internacionais, coincidindo com safras recordes. Esta realidade permitiu que os produtores auferissem importantes lucros e que a região fosse tomada por uma onda de prosperidade que se refletiu nos diversos setores da economia regional. No entanto, ao se observar as paisa-

gens da cidade (bairros, ruas, avenidas, praças, prédios e casarios), a conclusão é de que toda essa riqueza, sob diversos aspectos, não se materializou nesse sítio urbano. As Figuras 8 a 25 mostram recortes da paisagem do centro urbano e da periferia de Camacan.

Não há evidências físicas de que houve aplicação de capital do cacauicultor na construção de prédios, clubes e casas (entre outras modalidades de construções) no território cidade de Camacan. Essa constatação contribui para a reafirmação do argumento de que os investimentos dos cacauicultores se davam externamente, ou seja, fora da cidade, em outros lugares como Salvador, Rio de Janeiro.



Figura 8



Figura 9

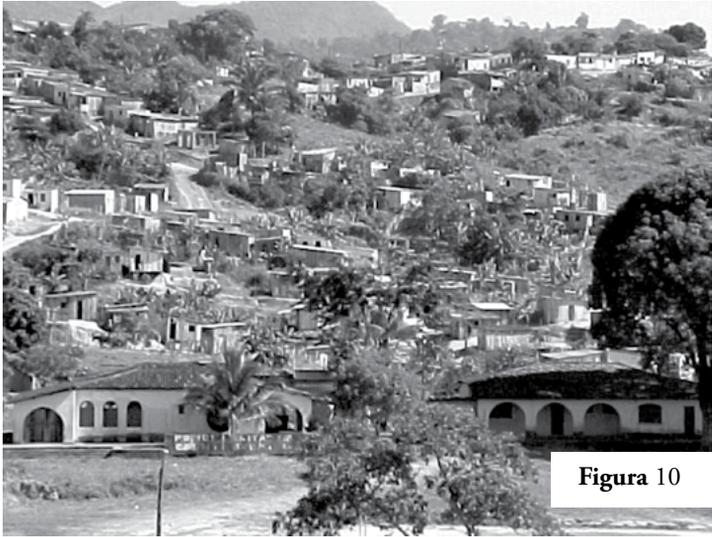


Figura 10



Figura 11

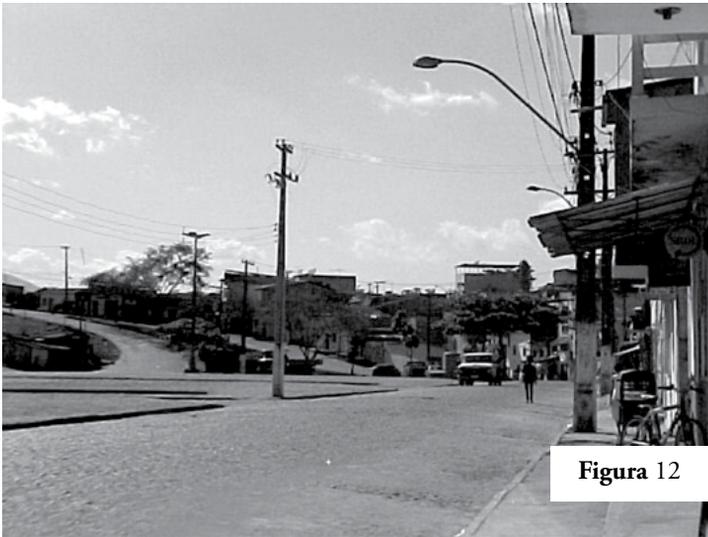


Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15

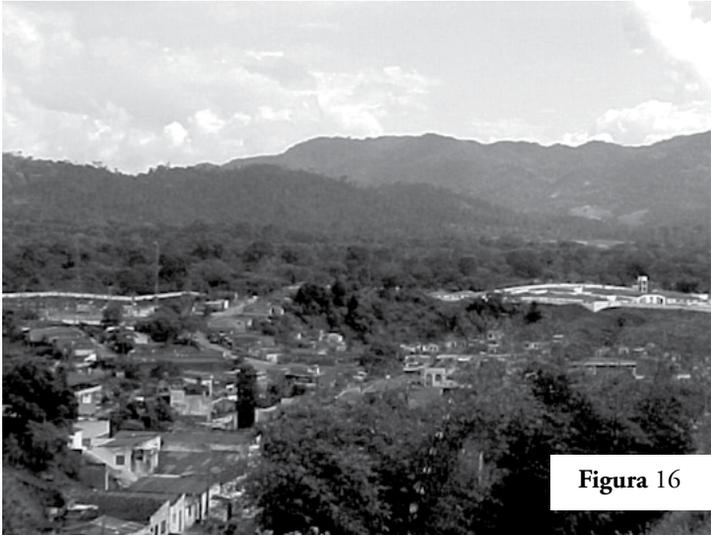


Figura 16



Figura 17

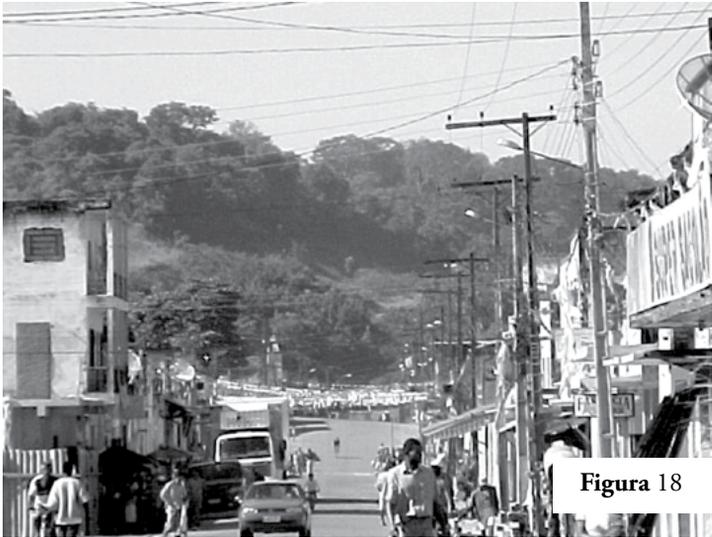


Figura 18



Figura 19



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Figura 23



Figura 24

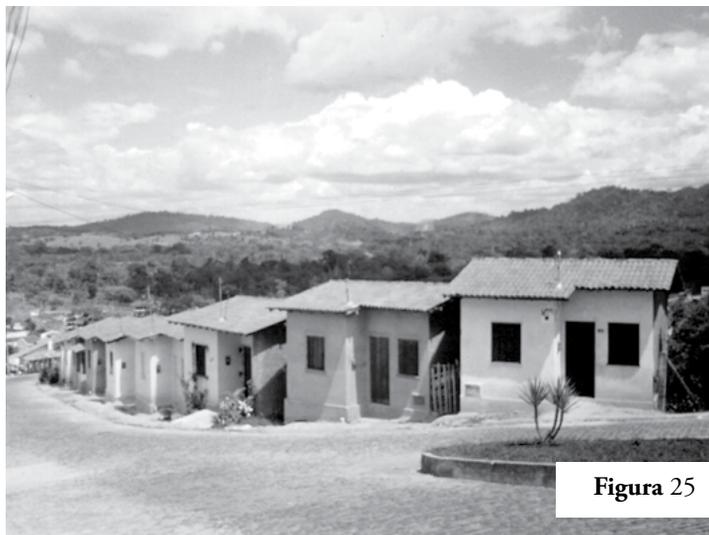


Figura 25

Por outro lado, constatamos que, no campo, ou seja, em algumas propriedades rurais (visitadas no decorrer da pesquisa), existem majestosas construções, com lindos jardins, várias suítes, piscinas, móveis de excelente qualidade, pomares, pista de aviação, tudo muito harmônico e expressando quanto o cacau foi capaz de gerar riqueza, luxo e conforto para muitos cacaucultores, notadamente aqueles que representam a categoria dos grandes produtores (Figuras 26 a 34).



Figura 26 - Casa principal da Fazenda Santa Úrsula: símbolo da riqueza que o cacau foi capaz de gerar.



Figura 27 - Outro ângulo da casa principal.



Figura 28 - Pista de aviação / atualmente desativada.

A pista de aviação serviu de suporte para que os proprietários da Fazenda Santa Úrsula melhor transitassem entre os lugares de suas residências e a sua propriedade. Sem dúvida, um importante símbolo de poder, conforto e luxo. Um equipamento que não era (e não é) comum nas propriedades rurais do município de Camacan nem nas de sua região de inserção.



Figura 29 - Piscina.



Figura 30 - Galpão.



Figura 31 - Curral: outra dimensão da fazenda.



Figura 32 - Um recorte da paisagem.



Figura 33 - Sede da Fazenda Serra Boa.



Figura 34 - Arredores da sede.

A Fazenda Serra Boa, localizada nas proximidades da Rodovia BR 101, tem uma sede confortável que embeleza a paisagem e en-

canta os que a visitam. A propriedade pertence ao espólio Luciano Santana, formado por, aproximadamente, oitenta propriedades. É importante ressaltar que o patriarca Luciano Santana (já falecido) chegou a ser proprietário de mais de 100 fazendas. Na década de 1970, foi reconhecido como o maior produtor de cacau do mundo. A sua história é marcada por um forte envolvimento com a política local, daí o seu reconhecimento como um dos mais importantes líderes políticos da região do cacau e, em especial, da cidade de Camacan, que o teve como prefeito por mais de uma vez.

A preocupação com a qualidade e o conforto da sede das fazendas não chegou a se constituir numa prática comum entre os cacauicultores, de modo especial entre os representantes da velha geração. Não queremos considerar que foram mais despojados ou que se bastavam com pouco luxo e conforto, mas que não havia motivação para este tipo de cuidado. Os relatos dão conta de que a presença de muitos desses cacauicultores na propriedade rural era esporádica, em média uma vez ao ano e por poucos dias (para a maioria deles, vigorava a prática do absentéismo).

Podemos assegurar que os grandes produtores, salvo raras exceções, eram ausentes na cidade como eram nas suas propriedades. Na Festa do Cacau (um evento anual e urbano), faziam-se presentes por se tratar de um momento político importante, de encontros com as autoridades baianas (governador, secretários, deputados), uma oportunidade ímpar para festejar o que deu certo e solicitar atenção para a cacauicultura. Nessas oportunidades, a cidade se colocava como o palco das festividades e, por certo, não o lugar para o qual as atenções estariam voltadas.

Sem receio de estarmos cometendo um equívoco, podemos afirmar que a riqueza do “ouro verde” (concentrada nas mãos da

maioria dos grandes e médios cacauicultores)² não se espalhou pela cidade de Camacan, não embelezou a cidade e tampouco lhe deu ares de cidade rica. Sob a orientação do capital, a riqueza concentrou-se em mãos de algumas famílias e estas, em sua grande maioria, não escolheu a cidade de Camacan para ser o lugar de suas residências e muito menos dos seus investimentos.

A nova geração de cacauicultores (na sua maioria os chamados grandes produtores, nativos ou não) também não escolheu a cidade de Camacan como lugar de residência. O tão proclamado retorno ao campo (a partir da década de 1990) não alterou a relação de grande parte desses produtores com a cidade. Alguns deles retornaram ao campo, isto é, passaram a dar uma assistência maior às suas propriedades, mas suas residências continuaram sendo em Itabuna, Ilhéus, Salvador, entre outros lugares.

É claro que existe uma nova geração de cacauicultores que investe na cidade, que escolheu a cidade como o lugar de residência, mas não comungamos com a ideia de que o fazem por serem cacauicultores.

Estabelecemos contato com alguns deles e nos convencemos de que existem outras motivações: são médicos, advogados, economistas, administradores, comerciantes, industriais, entre outras categorias profissionais, além dos envolvidos com a política local, e é por conta dessas atividades que as relações com a cidade são mais efetivas.

Os pequenos e os miniprodutores (os que sobreviveram à crise e não venderam suas propriedades) na sua maioria vivem no campo,

² Critérios de classificação (conforme informações da CEPLAC / 2006) baseados nas determinações dos agentes financiadores: Grande produtor – renda agropecuária bruta anual média superior a R\$1.000.000,00; Médio produtor - renda agropecuária bruta anual média superior a R\$160.000,00 e igual ou inferior a R\$1.000.000,00 e representar, no mínimo, 60% das suas receitas totais (rurais e extrarrurais); Pequeno produtor – renda agropecuária bruta anual média superior a R\$80.000,00 e igual ou inferior a R\$160.000,00 e representar, no mínimo, 70% das suas receitas totais (rurais e extrarrurais); Miniprodutor - renda agropecuária bruta anual igual ou inferior a R\$80.000,00 e representar, no mínimo, 80% das suas receitas totais (rurais e extrarrurais).

excetuando alguns poucos que, por circunstâncias especiais, moram na cidade (especialmente aqueles que perderam a força de trabalho dos filhos que foram buscar em outros lugares uma melhor condição de sobrevivência, e, principalmente, por serem idosos).

Para uma compreensão mais efetiva desse quadro de situações, sentimos a necessidade de aprofundar nossas reflexões sobre o fenômeno “crise da cacauicultura”, considerando-o um fenômeno cíclico e constituído por um conjunto de forças heterogêneas, exógenas ou endógenas, naturais ou artificiais, até porque consideramos Camacan uma cidade do campo, uma cidade que se entrecruza com o seu espaço rural, se explicando mutuamente.

4.2 CRISE DA CACAUCULTURA: CICLOS E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO

Segundo o entendimento de diversos analistas da região (ASMAR, 1983; DINIZ; DUARTE, 1983; BAIARDI, 1984/1998; COUTO, 2000; OLIVEIRA, 2001; TRINDADE, 2001), sejam eles geógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, entre outros profissionais, as crises econômicas da cacauicultura constituem um fenômeno cíclico. Para Couto (2000), essas crises se constituem como fases depressivas dos ciclos econômicos e são de natureza curta (periodicidade de seis a dez anos) ou longa (periodicidade de vinte a trinta anos), instituídas mediante a conjugação de fatores endógenos e exógenos, com variações alternadas de expansão e contração da atividade predominante, capazes de causar impactos imediatos sobre o conjunto de atividades que se desenvolvem no interior da região produtora.

Segundo o mesmo autor, esses ciclos podem ser explicados levando-se em conta as seguintes teorias: (1) da superprodução e do subconsumo, cuja visibilidade se manifesta no comporta-

mento dos preços [...] no mercado internacional; (2) de corte monetarista, [...] relacionado com as ações institucionais na área de câmbio, do fisco (particularmente o confisco cambial) [...]; (3) [...] e do crédito (COUTO, p. 39).

Nessa perspectiva, o autor argumenta que as crises de 1957, 1961, 1971, 1987 e 1989 apresentaram certa regularidade, permitindo-nos identificá-las como crises conjunturais (ciclos curtos). As de ciclo longo, mais regulares que as de ciclo curto, teriam se manifestado a cada três décadas (1930/1957/1987), podendo ser caracterizadas por impactos estruturais, cujas soluções vêm por ondas tecnológicas, provocadas por inovações mais ou menos radicais, como “no caso particular da clonagem do cacauero”, em que já se empregam biotecnologias (COUTO, p. 39-52).

No que se refere à caracterização dos ciclos longos, o autor afirma que:

(1) a primeira grande crise ocorreu em 1930, quando predominava o capital comercial ligado diretamente ao mercado internacional. Nesse período, houve uma queda brusca dos preços das commodities internacionais, entre eles o cacau e seus derivados, decorrente da depressão que atingia a economia mundial como um todo [...];

(2) a segunda começou em 1957 e teve grande participação do Brasil, que era um dos primeiros produtores mundiais. Nessa época, houve um descuido muito grande com a lavoura cacauera por parte dos produtores brasileiros; eles viviam basicamente do extrativismo, sem investir na modernização da produção, o que acarretava baixos níveis de produtividade. Por outro lado, os países africanos, que produziam cacau com base em sistemas de produção

familiar apoiados por políticas públicas específicas, aumentaram sua produção. [...] esse aumento não foi suficiente para abastecer o mercado mundial [...] caíram os estoques mundiais do produto, aumentando o seu preço. O Brasil não pôde aproveitar essa oportunidade comercial [...];

(3) a última crise acontece em 1987, uma década após a fase áurea do cacau baiano, exatamente quando se estrutura o complexo agroindustrial do cacau, com a expansão da agroindústria à jusante. Antes de eclodir a crise, verifica-se uma forte queda no preço das amêndoas, decorrente da participação de novos países produtores, com aumento da área plantada e do rendimento físico, o que provoca uma superprodução. Logo em seguida, chega à Bahia a doença ‘vassoura-de-bruxa’, fazendo cair o rendimento físico dos cacauzeiros e a produtividade do trabalho (COUTO, 2000, p. 40).

Para o enfrentamento da primeira crise (1930), o governo criou o ICB – Instituto de Cacau da Bahia através do Decreto Estadual de nº. 7430, em 08.06.1931 (extinto na década de 1980) e que, num primeiro momento, objetivava a melhoria da infraestrutura dos transportes (construção e recuperação de rodovias), assim como o investimento em inovações relativas ao processamento, embalagem, armazenamento e embarque de amêndoas (COUTO, 2000; OLIVEIRA, 2001).

A segunda crise (1957) foi superada via expansão do capital agroindustrial a montante, pela implantação da CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, em 1957, “fatos que levaram à integração produtiva da lavoura e a melhorias no processo produtivo das amêndoas. [...] construiu-se toda uma estrutura técnica e de serviços e fortaleceram-se a infraestrutura e a imagem do cacauicultor” (COUTO, 2000, p. 40).

A CEPLAC foi transferida do Ministério da Fazenda para o da Agricultura através do Decreto nº. 73.960, em 18.04.1974. Em outubro de 2004 foi elevada à categoria de Instituto (Instituto de Desenvolvimento Rural Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau), uma autarquia que deverá ter uma maior autonomia institucional e financeira, menos ligada à estrutura da administração direta e com a responsabilidade de colocar em prática algumas estratégias de sustentabilidade e garantia às cadeias produtivas da região (JORNAL AGORA, 2004, p. 07). Este é um processo que ainda se encontra na fase de regulamentação e, por certo, demandará algum tempo para o cumprimento de toda a burocracia do Governo Federal.

A expectativa da sociedade regional é de que a CEPLAC passe efetivamente por uma reestruturação político-administrativa e gerencial, o que provavelmente poderá fortalecer a instituição e torná-la capaz de captar novos e mais significativos investimentos na área de pesquisa, e, mais que isso, fazer-se mais presente na luta por uma política de redirecionamento da economia regional, de modo que não só a cacauicultura seja uma atividade sob a sua orientação/acompanhamento, mas outras que possam a ela se agregar e assim poder contribuir com o projeto de desenvolvimento socioeconômico de que a região tanto necessita.

Na terceira crise (1987), as respostas são as de intensificação da pesquisa, especialmente por pesquisadores da CEPLAC (a eles também se integrando os da UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz), para o enfrentamento da doença vassoura-de-bruxa, realidade que se materializa a partir de 1995 pelo desenvolvimento da tecnologia da clonagem (material genético mais resistente à doença).

Paralelamente a esta principal ação, também se verifica a introdução de:

1. novas formas de manejo e de processos técnicos;
2. reestruturação da gestão das fazendas (introdução da parceria)³;
3. ações em prol do fortalecimento da CEPLAC;
4. diversificação da economia (através da incorporação de investimentos industriais, ampliação do turismo, incremento do agronegócio, implantação da cultura do café, ampliação da pecuária leiteira, fortalecimento da atividade comercial, melhoria e ampliação de serviços);
5. ampliação dos investimentos na área educacional (criando e recepcionando novas unidades de ensino superior e de ensino técnico), entre outras ações.

4.3 IMPACTOS DA CRISE DA CACAUCULTURA SOB O OLHAR DOS CAMACAENSES

Nesse item, temos como objetivo principal revelar (através das falas dos sujeitos que prestaram informações no decorrer da pesquisa) as compreensões, posições, ações, críticas, explicações e recomendações de diferentes segmentos da sociedade camacaense, no que tange aos efeitos da crise da cacauicultura sobre o território da cidade de Camacan.

O que se pode adiantar é que essas falas contribuem para a con-

³ Um contrato de natureza cível, onde não existe a relação patrão/empregado, mas sim uma relação societária com vistas a se explorar a produção. O parceiro operário, proprietário da força de trabalho, assume a condição de parceiro outorgado, e o proprietário do imóvel assume a posição de parceiro outorgante, detentor da terra e do capital. Assim sendo, a parceria não se configura como uma relação de trabalho a ser regida pela legislação trabalhista; não exige pagamento de salário e nem carteira assinada. Os parceiros concorrem com os riscos da produção. Segundo alguns cacauicultores, concorrem com a miséria. O parceiro trabalhador continua sendo aquele que cuida do cultivo do cacau. Esta é uma inovação no âmbito da cacauicultura. Até certo ponto é uma relação curiosa, isto porque nos tempos áureos do cacau não se ouviu falar em parceria com vistas a concorrer com a riqueza que o cacau foi capaz de gerar. A história relatará a trajetória da parceria, principalmente quando se efetivar a retomada da lavoura cacauaieira.

firmação de toda a discussão teórica, e vice-versa, revelam a crise da cacauicultura e todos os percalços vividos por esta sociedade; manifestam as expectativas e esperanças de um caminhar para frente, rumo à superação dos problemas estruturais da cidade, de retomada da riqueza e do movimento perdido. Enfim, são falas que contribuem para uma maior visibilidade do significado da crise da cacauicultura, revelam a luta pela busca de novas possibilidades econômicas, demonstram que essa gente amadureceu e não mais se sente refém do cacau, mesmo que ainda exista um grande amor por essa cultura, por tudo de bom que ele foi e ainda poderá ser capaz de lhes proporcionar.

4.3.1 VISÃO DOS CACAUCULTORES

O primeiro bloco de informações exhibe os efeitos da crise da cacauicultura e a ação da *vassoura-de-bruxa* sobre o território cidade de Camacan, a partir da visão dos cacauicultores, personalidades importantes para revelar a cidade de Camacan, que se configura como uma cidade do campo, chamada a afeiçoar-se às coisas do campo, desde que instalada nos idos de 1961. Nesse sentido, uma cidade que se entrecruza com o seu espaço rural e se explicam mutuamente.

Para esses atores sociais, a compreensão é de que a crise da cacauicultura afetou a todos os camacaenses, urbanos e rurais, não apenas pela presença da doença *vassoura-de-bruxa*, que foi brutal e inesperada, mas por todos os desdobramentos decorrentes dela. Todos reconhecem a doença *vassoura-de-bruxa*⁴ (Figura 35) como

⁴ A *vassoura-de-bruxa* é uma enfermidade que inicialmente se instalou em Uruçuca e se expandiu pelas propriedades localizadas às margens da BR 101, no trecho que abrange propriedades rurais do município de Camacan, tornando algumas delas absolutamente inviáveis em apenas três anos. Outras propriedades, mais para o interior do município, resistiram por cinco, oito, dez anos (a depender do momento em que foram infectadas e dos tratamentos que lhes foram conferidos), até chegar ao ponto de muitas delas serem zeradas a sua produção (Pesquisa de campo, 2003/2004).

o principal fator de desarticulação da economia local.



Figura 35 - Cacaueiro com a doença vassoura-de-bruxa.

E acrescentam, enumerando os impactos ocasionados pela crise econômica que se instalou no interior da cidade e em todo o município:

- perda de capacidade de manutenção das pessoas;
- desagregação das famílias, impulsionando-as à migração interna⁵ e externa;
- fragilização do comércio local, de modo especial aquele voltado para o atendimento das demandas da cacauicultura;
- intensificação da migração dos trabalhadores rurais, contribuindo

⁵ A crise também desencadeou a perda da capacidade de manutenção das propriedades; fez cair o preço da terra, chegando ao valor de R\$500,00 o hectare; proporcionou o abandono e a alienação de inúmeras propriedades; provocou a dispensa em massa de trabalhadores rurais, os quais migraram primeiro em direção à cidade de Camacan, depois em direção a outras cidades como Porto Seguro/Bahia (onde se tem uma população de aproximadamente 10 mil camacaenses, residindo no bairro Baianão), Ilhéus/Bahia, Itabuna/Bahia, Guarapari/ES e outras localidades, todos em busca de novas oportunidades de trabalho (Pesquisa de campo, 2003/2004).

- para aprofundar os problemas sociais e infraestruturais da cidade;
- incontrolável e desordenada ocupação do solo urbano, resultando no surgimento de favelas, como a do Sarampo, da Jaqueira e da Rodoviária;
- aumento da violência urbana e das demandas por saúde e educação, entre outros problemas.

Na compreensão dos cacauicultores, a cidade regrediu. Foram fechadas três das seis agências bancárias, perdeu 26 empresas exportadoras de cacau, restando apenas as multinacionais Joanes, Cargill (Figuras 36 e 37) e Chadler. Todos afirmam que o dinheiro se “esvaiu”, deixou de circular, resultando na perda do movimento que era uma marca desta cidade. Para eles, antes da crise a cidade era rica, sem uma grande infraestrutura, mas com um intenso movimento bancário e comercial, que se somava a outras atividades econômicas e de lazer, como as festas de largo e a festa do cacau.

Sobre o fechamento das agências bancárias, BANEBA – Banco do Estado da Bahia, Caixa Econômica Federal e Banco Econômico, o entendimento é de que não foi consequência apenas dos impactos da crise da cacauicultura, mas da associação dessa com outros fatores como a repercussão da crise econômica global e o processo de globalização, que impuseram uma nova dinâmica ao setor financeiro, disso resultando o fechamento de inúmeros estabelecimentos bancários em todo o território brasileiro e não somente em Camacan.

Essa política deixou para a cidade de Camacan apenas o Banco do Brasil, o Bradesco e o Banco do Nordeste.



Figura 36 - Estabelecimento da Cargill.



Figura 37 - Estabelecimento da Joanes.

4.3.2 VISÃO DOS GESTORES DA CIDADE

O Prefeito e o Secretário da Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo, gestores da cidade no quadriênio 2001/2004 e também proprietários de fazendas de cacau, respectivamente, afirmaram que:

1. A crise foi como uma calamidade, desde que proporcionou o aumento do número de doentes mentais (aproximadamente 450 pessoas), de doenças crônicas como AIDS, câncer e tuberculose (aproximadamente 300 pessoas) e contribuiu para desencadear indesejáveis problemas psicológicos (motivados pelos impactos do empobrecimento) em um grande número de pessoas.
2. A crise foi responsável por uma grande perda de população (aproximadamente a metade, em cinco anos) e filhos da terra tiveram que buscar outras regiões, outras cidades, porque a situação ficou difícil.

Esses líderes da cidade comungam do entendimento de que a vassoura-de-bruxa funcionou como “uma bomba arrasadora”, uma compreensão que é comum à sociedade camacaense, seja entre “os ricos”, os de “classe média” ou “os pobres”. Dizem eles:

O impacto foi tão grande que agravaram-se os problemas sociais, cresceu a violência urbana, aumentaram os índices de uso de drogas, roubos, assaltos, coisas que não se via antes na cidade e em outros lugares do município [...]; hoje o município é o maior empregador e só esse dado é suficiente para verificar o nível de responsabilidade que a prefeitura passou a ter com a sua população.

Estas informações são ratificadas por todos os segmentos da sociedade local, inclusive pela direção do escritório local da

CEPLAC (ano 2004) ao reconhecer que a cidade perdeu a condição de garantir a dinâmica dos diversos setores produtivos, a ela inerentes, pois perdeu o dinheiro que lhe dava todo aquele dinamismo e funcionava como garantia para os investidores, fossem eles endógenos ou exógenos.

4.3.3 VISÃO DOS COMERCIANTES E DIRETORES DAS EXPORTADORAS DE CACAU

Para os comerciantes, a crise teve quatro desdobramentos básicos:

- provocou perda de população;
- afetou o poder aquisitivo das pessoas;
- contribuiu para o desaquecimento da atividade comercial;
- desmotivou os investidores, pelo menos por certo tempo (no mínimo, durante os cinco primeiros anos da década de 1990).

Os comerciantes reconhecem a gravidade desta realidade, mas também são capazes de ver a crise como “o início de um novo tempo para a cidade”, “para os investidores” que, ao saírem do estado de torpor, começaram a apostar no comércio como possibilidade econômica.

A cidade de Camacan, após um estágio de absoluta letargia, investe no comércio e já se configura como área de influência dos municípios do seu entorno. Hoje ela tem um comércio estruturado/articulado e é lugar de compras para pessoas provenientes de vários municípios, como Mascote, Jussari, Pau Brasil, Santa Luzia, Arataca, São José da Vitória, entre outros (Figura 38). É uma cidade dotada de uma rede bancária, o que a faz diferente das outras que são despossuídas desse tipo de equipamento (exceto Pau Brasil, que possui um Posto Avançado do Banco do Brasil).

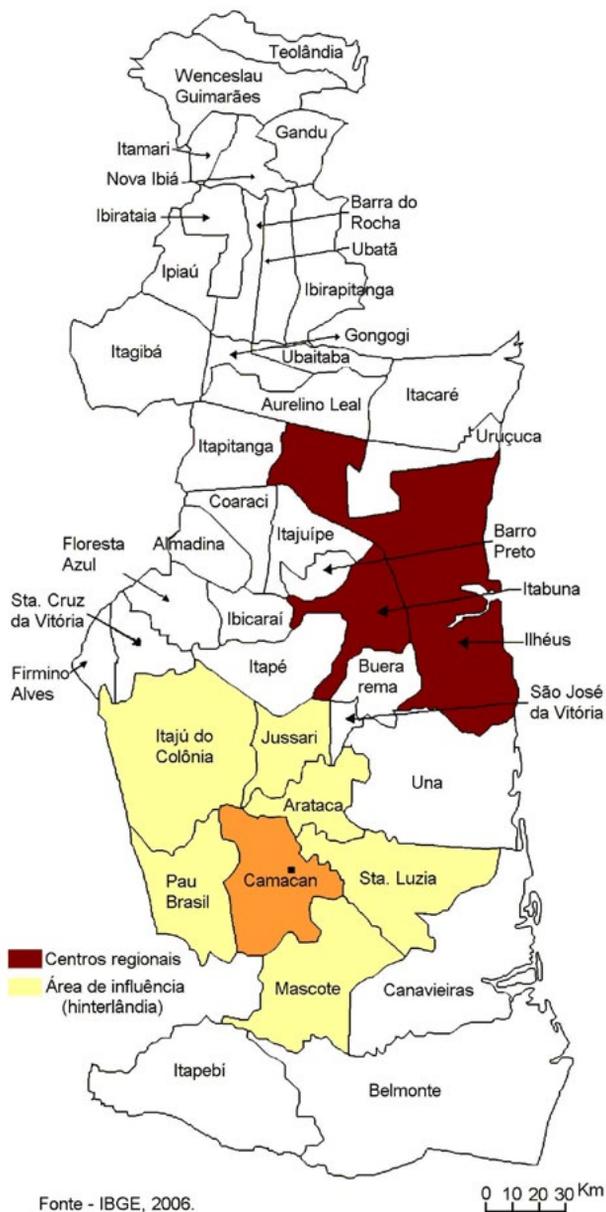


Figura 38 - MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS, Centros Regionais e Hinterlândia da Cidade de Camacan.

As aprendizagens obtidas pela sociedade local, de modo especial os comerciantes, resultou na compreensão de que não mais se podia ser um simples herdeiro extrativista do cacau. A situação exigia uma imediata superação dos valores que até então tinham conduzido a sociedade local, desde que o desejo era fazer ressurgir a cidade, tão gravemente ferida pela crise da cacauicultura.

A sociedade camacaense reconhece que a cidade não morreu e atribui essa possibilidade à resposta que foi oferecida pelo comércio. Atualmente, ela já conta com sete supermercados e tem buscado diversificar os seus empreendimentos comerciais (butiques, farmácias, lojas de confecções, de produtos agrícolas, de calçados, de móveis e eletrodomésticos, materiais de construção, lanchonetes, bares, padarias, entre outros tipos de investimento).

Os comerciantes afirmam que estão buscando a eficiência nos afazeres da atividade comercial, daí porque estão centrando esforços para que os produtos sejam de qualidade e em quantidade suficiente para um mercado cada vez mais crescente e exigente. Em relação aos comerciários, a política é pela qualificação profissional, de sorte que muitos já fizeram curso básico de informática e de relações humanas. A meta é fazer de Camacan um lugar bem sucedido na atividade comercial.

Pelo que observamos no decorrer de nossas visitas a esta cidade, os seus moradores e os das cidades vizinhas não mais precisam deslocar-se para a realização de compras em outros lugares, como Itabuna e Ilhéus (centros regionais da Microrregião 31), a não ser em situações muito especiais ou para comprar produtos mais sofisticados. O comércio de Camacan tem uma boa oferta de produtos e os preços são competitivos.

Os diretores das empresas exportadoras de cacau avaliam a crise como “extremamente perversa e a ela atribuem a responsabilidade pela geração de muitas falências e concordatas (1989/1990)”. Para eles, o saldo foi cruel e irreversível, e salien-

tam que grandes empresas nacionais, como o Grupo Chaves, Ferraz e outros, não conseguiram permanecer no mercado, tiveram que fechar as portas. O Grupo Chaves só voltou a operar depois de passada a fase crítica da cacauicultura - um momento em que não se tinha nenhuma expectativa quanto aos destinos da lavoura cacauífera, a cidade se encontrava paralisada e a população em verdadeiro estado de torpor.

A grande expectativa desse segmento social é quanto à resposta da clonagem e a melhoria do material genético, vez que se constituem elementos essenciais para a viabilização do controle da doença vassoura-de-bruxa, assim como a garantia de uma melhor produtividade. Todos os diretores têm um único discurso quanto à questão da retomada da lavoura cacauífera: a de que se constitui um desejo de todos, mas que não haverá retorno ao passado, ou seja, às condições correspondentes à época em que a região era grande produtora de cacau.

Para esses atores, a crise da cacauicultura (iniciada na década de 1980) deu uma nova direção à lavoura e ainda há muitos problemas a serem resolvidos, sendo a questão do crédito o mais grave de todos. E acabam fazendo as seguintes reflexões: se o financiamento não alcançar a todos que necessitam clonar, não haverá retomada da cacauicultura”; o modelo de financiamento vigente se constitui num fator impeditivo para a recuperação da cacauicultura; os cacauicultores empobreceram, perderam a capacidade para novos endividamentos, estão engessados por dívidas impagáveis.

A clonagem (Figuras 39 e 40) é a tecnologia da esperança e a possibilidade de transformação da realidade econômica e social da região do cacau. Para que ela seja operacionalizada no seio das fazendas, há uma exigência, que é financeira, e esta ainda está por acontecer.



Figura 39 - Aplicação da tecnologia da clonagem (enxertia).



Figura 40 - Jardim clonal.

4.3.4 VISÃO DOS DIRETORES DE BANCOS, CDL E REPRESENTANTES DE SINDICATOS

Os olhares dos diretores das agências do Banco do Nordeste e Bradesco, a respeito da crise da cacauicultura, são semelhantes aos de todos os outros segmentos da sociedade camacaense e, pela ordem, eles concluíram que:

1. as incertezas da cacauicultura levaram o Banco do Nordeste a suspender o financiamento para a lavoura do cacau, só retomando por volta de 1995;
2. o que mais chamou a atenção foi a perda de população, a diminuição do capital circulante e a desatenção da prefeitura em relação às questões estruturais da cidade.

Para o representante da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Camacan, a crise afetou toda a sociedade camacaense. O dinheiro que vinha do cacau deixou de circular e a sociedade local, detentora de uma feição típica da elite do cacau, se viu nivelada por baixo.

Para ele, a crise não escolheu classe social, atingiu a todos os habitantes, fossem eles da cidade ou do campo. Ninguém foi poupado, pois todos dependiam do cacau. Esta realidade confirma a ideia de que Camacan se estruturou para ser uma cidade do campo. Se a crise da lavoura cacauífera é, por excelência, uma crise do campo, é normal que as suas consequências se façam sobre o conjunto de sua população, sobre todos os segmentos da sociedade, urbanos e rurais.

Ao avaliar a crise da cacauicultura, a posição desse ator social se revela curiosa e diferenciada. A percepção que ele tem é a de que a crise se manifesta como o final e o início de uma nova vida da cidade, do município e da sua região de inserção.

De maneira clara e objetiva, pensam a cidade a partir do campo, num primeiro momento, para em seguida defenderem a

ideia de que a cidade não está mais subordinada unicamente ao desempenho da monocultura do cacau, mas, sobretudo, atrelada ao comércio que está em ascensão e fazendo de Camacan um centro de influência e convergência de municípios circunvizinhos.

Os representantes dos sindicatos patronais dos trabalhadores rurais e dos comerciários também reconheceram a crise como perversa. No entender de todos eles, Camacan era uma cidade em ascensão, garantia trabalho a todos aqueles que a buscavam e sempre teve um grande movimento.

Se tomarmos como fundamento a percepção de todos os nossos entrevistados do setor comercial, podemos concluir que o pior da crise já passou. Para eles, a cidade já consegue caminhar com certa autonomia e em direção à superação da crise que, no entender da grande maioria, dar-se-á em curto prazo, não mais que dez anos.

Na verdade, os comerciantes deixam transparecer que não se sentem mais reféns do capital originado da lavoura cacaeira, tanto é que estão ampliando os seus investimentos em busca da consolidação dessa atividade econômica e da cidade de Camacan como um centro catalisador de importantes negócios com a sua hinterlândia.

Ainda que a carreira solo do comércio (se isto for possível) esteja dando certo, para alguns dos comerciantes ainda sobrevive a ideia do cacau como vida e razão de ser da região. Até certo ponto, uma embriaguês compreensível, porque o cacau construiu vidas e riquezas, embalou sonhos, concedeu muitos prazeres, realizou fantasias e foi um importante componente na produção da história de Camacan.

Quando captamos a ideia do cacau como vida e razão da região, conseguimos perceber, com muita clareza, que o sonho do cacau não acabou. No coração e no cérebro de muitos camacaenses ainda paira uma grande expectativa de retomada da lavoura do cacau. A clonagem e a melhoria dos preços internacionais (aplicados em 2004) como que reacendem esta chama e com muita lucidez

eles acabam reconhecendo que a peça do jogo que falta é a do crédito. Há uma certeza de que a cidade está bem, mas também a de que ficará melhor quando o sonho da retomada da cacauicultura se realizar. Diante disso, podemos afirmar que não se rompe com um ciclo da vida tão rapidamente. É preciso maturar a perda para construir a nova razão de ser a partir de uma nova forma de caminhar, de lidar com a realidade.

5 RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO E NA CIDADE

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os cacauicultores reconhecem que existiam muitas brigas entre empregador e empregados e que a crise veio redefinir esta situação. Para eles, no auge do caos econômico e social estabelecido pela crise da cacauicultura, os trabalhadores souberam reconhecer a extensão do problema e a grande maioria deixou as propriedades sem investir em causas trabalhistas, pois estava muito claro que os produtores não teriam condições de cumprir com os pagamentos das indenizações devidas.

O sentimento comum é de que os trabalhadores enxergaram a realidade, sentiram e viram a penalidade que foi imposta aos cacauicultores, de sorte que alguns deles até permaneceram nas propriedades. Não muitos, talvez o suficiente para que os patrões percebessem que não seria mais possível manter uma relação de trabalho assalariado, com base em R\$7,00/dia, um salário de fome que funcionava como uma “verdadeira ferradura” (afirmação de um dos cacauicultores consultados durante a pesquisa).

É unânime o entendimento, entre os envolvidos com a cacauicultura, de que não é mais possível trabalhar com empregados assalariados. A transformação chave das relações de trabalho passou a ser a parceria, um modelo que funciona de forma a dividir os riscos ou dividir a miséria, pelo que afirmaram os cacauicultores. Todos

eles sentem que a recuperação da lavoura cacaueteira é algo que impõe riscos e custos muito grandes e sobre isto selecionamos algumas falas (de um grande cacauicultor) que são muito esclarecedoras:

[...] é muito sacrifício trocar uma cultura permanente, que ficou cem anos produzindo riquezas, em três, quatro, cinco, dez anos e não incorrer em erros, não ter que fazer de novo;

[...] a enxertia que está aí não é só sucesso [...], as plantas que estão aí terão que ser trocadas por outras mais produtivas [...] **se a pessoa não tiver capacidade de enxergar, para poder gerenciar as coisas, vai ficar muito difícil, porque é outra situação, completamente diferente, e o trabalhador é vital nesse processo. A participação dele é 60%, 70% dentro desse processo. Então é preciso capacitar e sensibilizar essas pessoas para ter um compromisso meio a meio [...];**

[...] é preciso ter a capacidade para enxergar o que está acontecendo [...] **o sistema produtivo tradicional da região foi desarticulado e é preciso rearticular fundado em outros parâmetros. [...] os tempos são outros e exige uma nova forma de se relacionar e de pensar.**

Sem dúvida, a crise da cacauicultura impôs uma nova relação de trabalho que é a parceria, um modelo que permite dividir os resultados, ou seja, “dividir a miséria”. No entanto, alguns cacauicultores acreditam que é difícil implantar essa cultura entre os trabalhadores rurais, para que eles não se percam com gastos desnecessários, com geração de famílias paralelas às já existentes. Alguns cacauicultores chegam a considerar que o encantamento com o dinheiro pode levar

o trabalhador, agora parceiro, a exagerar na compra de alimentos e até mesmo na produção de novas uniões que fariam dobrar os custos de manutenção, perdendo assim a capacidade para poupar.

E vão mais adiante afirmando que esta realidade enseja a realização de um trabalho educativo para que os trabalhadores aprendam a fazer uma reserva do que conseguirem ganhar, e não aumentem os seus custos. A aquisição dessa sabedoria, pelo que afirmaram os cacauicultores, seria a garantia de que os parceiros poderiam alcançar melhores resultados nessa nova relação de trabalho. Assim sendo, a exigência é pela produção de uma relação consciente do que e como fazer as coisas, sempre em busca da eficiência.

Estas posições estão carregadas de intenções de natureza capitalista, no mínimo curiosas e a merecer um estudo aprofundado, até para podermos checar as preocupações dos parceiros trabalhadores para com os parceiros proprietários. A principal pergunta que nos fazemos é se haverá lugar, numa economia capitalista, para a parceria quando os problemas da cacauicultura forem solucionados. Afinal, não temos notícias de que nos tempos áureos do cacau se tenha utilizado esse expediente para dividir os resultados da produção.

Não temos a intenção de oferecer respostas conclusivas a respeito dos caminhos dessa “relação de trabalho” (que tem origem em um contrato civil, em que não há pagamento de salário e do mesmo modo não há carteira de trabalho assinada) senão a de chamar atenção para a necessidade de, com certa antecedência, pensarmos reflexivamente sobre essa modalidade de relação de natureza explicitamente imediatista (pelo menos é o que parece ser). Uma relação necessária para o momento, um novo modelo de uso/exploração da força de trabalho no âmbito da lavoura do cacau, cujo destino é, no mínimo, questionável. Isto é o que acontece no campo, e a história, por certo, será a promotora das explicações finais.

Importante é lembrar que os ex-trabalhadores rurais, os poucos

que permaneceram na cidade de Camacan, na sua maioria não são absorvidos pelo mercado de trabalho local. Na verdade, eles formam um grande grupo de desempregados, perifêrizados, marginalizados, dependentes dos programas sociais do governo federal. Poucos são os que conseguem trabalhos domésticos ou são absorvidos por madeireiras que ainda atuam no município de Camacan, algumas nos arredores da cidade, como ilustramos na Figura 41.



Figura 41 - Madeireira localizada nas proximidades da cidade de Camacan.

A constatação é de que a cidade perdeu o capital gerado pela força de trabalho desses trabalhadores do campo e hoje se vê como principal responsável por garantir ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas dessa gente (saúde, educação, moradia, saneamento básico, água, energia e até mesmo alimentos que são viabilizados, em parte, por alguns programas sociais federais).

Esta é a realidade do campo. No interior da cidade, a relação de trabalho, seja no comércio, na prefeitura, na indústria de confecções (recentemente instalada - Confecções Camacan Ltda. - MALWEE),

entre outras fontes, é assalariada. A base salarial é constituída pelo mínimo nacional, atualmente com um valor de R\$ 350,00.

São dificuldades reais, mas a cidade não se entregou ao ostracismo absoluto. Como uma fênix, tem buscado renascer das cinzas para poder caminhar em direção à superação da crise econômica que a feriu tão profundamente. Luta pela geração de trabalho e renda e já desperta a crença de que está em construção uma nova história.

6 AÇÕES DO ESCRITÓRIO LOCAL DA CEPLAC

Da consulta que fizemos à direção do Escritório Local da CEPLAC (Figura 42 – ilustração do prédio que abriga o escritório), para tomarmos conhecimento das ações empreendidas para o atendimento das demandas dos cacauicultores de Camacan e da população urbana da cidade, detectamos que, nos primeiros momentos da crise, pelo menos até 1995, como inexistia tecnologia para o enfrentamento da vassoura-de-bruxa e o órgão já passava por um processo de desmonte, quase nada pôde ser feito.



Figura 42 - Escritório Local da CEPLAC em Camacan.

A Região, o Município e a Cidade, paulatinamente, foram perdendo o vigor econômico e, na mesma medida, a CEPLAC também perdia a sua credibilidade.

Apesar de todos os percalços, de toda a perda de confiança por parte da sociedade regional em um órgão que, em princípio, era (e continua sendo) o principal articulador/orientador da lavoura do cacau, de todo o desmonte imposto a esse órgão, os seus pesquisadores (centralizados no setor de pesquisa em Ilhéus) conseguiram resultados positivos com a técnica da clonagem (1995) e, de maneira mais efetiva, passaram a contribuir com a cidade de Camacan ao estabelecer uma parceria com a Prefeitura local e o Sindicato Patronal de Produtores de Cacau para o desenvolvimento de algumas ações como:

- assistência técnica – para dar conhecimento da tecnologia da clonagem e disponibilizá-la aos produtores. Para tanto, foram feitas inúmeras reuniões, exibição de vídeos e discussões;
- criação de uma Escola de Treinamento de Clonadores de Cacau - visando proporcionar aos operários os meios necessários para a execução da tecnologia da clonagem;
- contribuição na elaboração e execução de eventos produzidos pelos produtores - festas, manifestações, mobilizações, entre outras atividades, sem esquecer as suas principais funções: a de promover a assistência técnica e a formação de mão de obra.

A Escola de Treinamento de Clonadores de Cacau (única no Estado da Bahia) começou a funcionar assim que saíram os primeiros financiamentos (1995), no momento em que o campo tinha pouca gente para operacionalizar o cultivo. A estratégia utilizada para arremeter operários (para a aplicação do treinamento) foi a de buscar antigos trabalhadores rurais que estavam morando na periferia da cidade, os que não tinham migrado para

outros lugares e tinham uma experiência acumulada com a lida na lavoura de cacau. A estatística é de que foram preparados 800 operários. Desse conjunto, 316 retornaram às atividades no campo (isso pela capacidade dos proprietários, numa fase de recomeço da cacauicultura, considerando que a maioria não conseguiu ter acesso ao crédito). De certa forma, uma contribuição muito importante para a cidade, para amenizar os problemas derivados da grande concentração de pessoas oriundas do campo e que não tinham expectativa de trabalho no meio urbano.

Segundo afirmações da direção da CEPLAC (2003), a referida escola tornou-se improdutiva a partir de 1998, não pelo trabalho em si, mas em função de que as pessoas já tinham sido treinadas (?). Daí por diante, a escola só funciona quando aparece uma novidade relativa à técnica da enxertia ou faz-se necessário orientar/treinar os trabalhadores para a adequada utilização de produtos químicos, uma ação preventiva no sentido de poder evitar danos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente.

7 POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO: DIFICULDADES E EXPECTATIVAS

Acreditamos que são várias as explicações para a questão do crédito, ou seja, para os financiamentos que visam a atender à recuperação da lavoura cacauera (oficiais, não-oficiais, bancárias, políticas, entre outras), contudo, nesse momento, queremos registrar as explicações e posições dos produtores de cacau, aqueles que de forma mais direta vivenciam os problemas cruciais da cacauicultura. São eles que falam a partir de agora, de maneira transparente e sem retoques, a respeito das dificuldades e expectativas, até porque, no presente momento, o crédito é o real problema da cacauicultura, isso porque a tecnologia para o enfrentamento da

doença vassoura-de-bruxa já alcançou um estágio de desenvolvimento que nos permite afirmar que ela poderá vir a ser controlada.

Quando perguntamos aos produtores sobre as dificuldades e expectativas referentes à política de concessão de crédito para a cacauicultura, deles obtivemos respostas muito interessantes e, sem prejuízo do seu conteúdo passamos a apresentá-las, utilizando apenas o expediente do corte de expressões ou frases para torná-las mais objetivas. Assim responderam:

(1) Os outros tiveram dificuldades por causa dos documentos. Eu mesmo não tive dificuldades. Recebi assim que foi liberado. Foi aproximadamente uns R\$7 mil e poucos reais, que foi para conter a vassoura de bruxa, mas não deu certo, quanto mais a gente controlava mais saía. Agora, depois que veio a clonagem, aí melhorou. Hoje eu já estou colhendo. Hoje já estou pagando da clonagem. Tomei um segundo empréstimo e já paguei duas prestações. Em julho pago outra que é a dos juros. Em janeiro pago a terceira. O pagamento eles dizem que é para ser feito em dez anos (pequeno produtor).

(2) A burocracia que impera nas políticas para concessão do financiamento agrícola impede o acesso dos pequenos produtores que não tem como ter aval solicitado pelo banco; suas propriedades não se auto-avalizam e terceiros não se sentem seguros para avalizar algo que [...] não é plenamente confiável (pequeno produtor).

São duas situações singulares. O primeiro não estava comprometido com dívidas do passado, teve uma orientação e acompanhamento adequados e, mais que isso, atendeu às exigências do agente financiador, o que lhe permitiu a satisfação de sua demanda por crédito, e, ainda segundo suas palavras, a aplicação

desse recurso (na clonagem) já resulta em um saldo positivo, inclusive gerando a possibilidade de pagamento das primeiras parcelas do financiamento.

O segundo não conseguiu e apresenta uma avaliação de natureza crítica à burocracia dos agentes financiadores (com certeza, extensiva ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste, provavelmente muito mais ao segundo porque é o principal agente operador de uma política de concessão de crédito destinado aos mini e pequenos produtores). O pequeno produtor pontua a dificuldade que a pequena propriedade tem de se auto-avalizar e faz o registro da perda de credibilidade do setor, uma realidade que afugenta terceiros quanto a entrar nessa relação.

Em seguida, apresentamos as falas de médios e grandes produtores que são muito claras e carregadas de dados, avaliações críticas, principalmente quanto ao modelo de financiamento proposto para a recuperação da lavoura cacaueteira. Na conclusão de todos eles, a política de concessão de crédito é excludente e não responde aos anseios da cacauicultura. Na verdade, todas as falas (abaixo) demonstram o desespero de um segmento da sociedade regional que, independentemente do que fizeram ou deixaram de fazer no decorrer de suas histórias (com comportamentos negligentes ou perdulários), vive uma realidade que precisa ser alterada. Uma situação que exige busca de caminhos para que seja encontrada a melhor forma de dirimir tais conflitos.

As falas são essas:

(1) Eu acho sem sentido, porque tem gente aí que já está separando a fazenda para entregar, porque não vai ter condições de pagar. [...]. Os juros são exorbitantes e, enquanto a política da agricultura brasileira não for redefinida, não há saída. Buscar crédito é contrair dívida que não se pode pagar (...). Ou você muda esta política ou não vai conseguir

resolver o grande problema social que temos [...]. Falta uma política que permita o homem permanecer no campo, para que a paz social possa existir (médio produtor).

(2) A crise pegou mais de 90% dos produtores endividados. Houve promessas de liberação de verbas e o fato é que não foi liberado, [...] nem um décimo do que foi prometido, [...] houve restrições de como serem distribuídos. A gente sente que a burocracia do sistema bancário complica demais a vida. [...] em verdade, é uma política mentirosa (médio produtor).

(3) As dificuldades de crédito são muito grandes, principalmente porque a capacidade de endividamento do produtor já está no limite. Os valores das propriedades precisam ser revistos, para aumentar a capacidade de crédito. Estamos agora fazendo uma mobilização [...] para que a 4ª etapa do Projeto de Recuperação saia logo, até porque isso contribuiria para evitar a continuidade do desmatamento na região. O custo da recuperação é muito grande e o cacauicultor está descapitalizado [...]. O que temos que fazer é uma mobilização regional, com todos os políticos, sindicato, fazendeiros, para que essa 4ª etapa saia o mais rápido possível e saia para todos. E aí vamos precisar do governo federal para ser aval da maioria dos microagricultores, inclusive já é, mas vamos precisar que se estenda aos pequenos e médios (médio produtor).

(4) Para se ter uma ideia, em Camacan só saíram 17 (dezesete) financiamentos, num lugar que tem aproximadamente 3000 propriedades (...). O grande problema é a capacidade de pagamento. A maioria dos produtores está endividada, não tem capacidade de pagamento [...] alguns têm um pa-

trimônio que vale R\$100.000,00 e devem R\$150.000,00. Aí não pode mais pegar financiamento. Na verdade tem que haver uma mudança na concessão de crédito em termos até da avaliação dos imóveis. Hoje a propriedade pode estar avaliada em R\$100.000,00, mas na realidade não vale mais cem mil reais, ela vale R\$200.000,00. Quando foi feita a primeira etapa do programa de recuperação da lavoura caqueira o preço de um hectare de terra aqui valia R\$500,00, hoje tem oferta, tem comprador ofertando [...] R\$2.500,00 por hectare (médio produtor).

(5) É uma política excludente, [...], mal formulada, desde que existem três tipos de agricultores: aquele que tem acesso ao crédito e faz; o que tem acesso ao crédito e não faz; e aquele que é o mais penalizado, que tem capacidade de fazer, mas não tem acesso aos recursos. Eu acho que o agricultor que pega e faz, deve receber, o que pega e não faz deve ser punido - não receber. [...] o primeiro programa [...] foi um fracasso, por erros, por pressa, por emergência. Os agricultores se endividaram [...] comprometeram seu patrimônio para um programa que não deu certo, e agora, quando sabemos que com a clonagem você pode ter êxito, se ficou impedido de pegar esse recurso, por causa de uma contingência antiga, que na verdade, não se teve culpa nenhuma. É preciso que se pegue este primeiro crédito e se alongue, porque ninguém quer perdão de nada, [...]. Quero uma condição propícia para que eu possa executar o programa. [...] tem que se tratar da agricultura como ela deve ser tratada. Ela é uma atividade de risco. [...].. É preciso saber que a conta não espera e existe uma coisa chamada calendário agrícola. A coisa é feita de forma política, sem planejamento. Em suma, sem crédito não se consegue sair da crise.

E acrescenta:

[...] pegamos este financiamento porque não tínhamos saída, se você me desse um papel em branco para assinar eu assinava sem ler, por que eu não tinha saída. O importante é você executar a tarefa que se propôs. Então eu faço tudo certo, o laudo está aqui, as tarefas estão cumpridas, só que talvez eu não possa pagar [...]. Temos que sentar e prorrogar esse prazo por 25 anos e pagar com juros menores. A agricultura não é matemática, tem muitas variáveis, eu não posso plantar e pagar em quatro anos uma cultura permanente, com tanta coisa errada que a gente fez. É preciso que haja sensibilidade com uma região que tanto contribuiu com a União [...]. O governo tem que se sensibilizar com uma região em que três milhões de pessoas foram profundamente afetadas por essa crise. O governo precisa devolver uma parte dos recursos do cacau, que foram usados para a construção do patrimônio nacional, que é nosso também (grande produtor).

(6) A política de crédito do Estado da Bahia, de fato, cumpriu com o estabelecido. Na minha opinião, a Região Cacaueira deve aplaudir a política do Estado. O Estado entrou na mesma proporção que a União para reduzir juros. O Estado entrou com um aval para miniprodutores, para garantir os empréstimos. O Estado fomentou uma biofábrica de mudas de cacau, o que possibilitou uma multiplicação de plantas e material genético [...]. Eu vejo o Estado como um parceiro, mas o governo federal não fez absolutamente nada, a não ser a má vontade para com a Região Cacaueira.

E vai mais adiante colocando o seu descontentamento com os burocratas lotados em Brasília:

Nós fomos a Brasília, algumas vezes, e o sentimento que nós tivemos com relação aos burocratas é que para eles o cacau é uma coisa do passado. Os programas capengaram ao longo do tempo e os recursos colocados foram insuficientes e inadequados porque eles não foram liberados respeitando o calendário agrícola. Todo o insucesso que a região teve até agora aconteceu por irresponsabilidade do governo federal e sua burocracia. Houve uma má vontade extrema com a liberação desses recursos. Se a gente imaginar que essa região, no seu melhor ano de produção e preço (1977), foi capaz de produzir um bilhão de dólares na balança comercial, você não pode imaginar que recursos na ordem de trezentos, quatrocentos milhões de reais seriam suficientes para recuperar essa lavoura. A burocracia federal sempre tratou a região como se estivesse numa situação de normalidade [...]. A nossa situação é de calamidade; nós precisamos de uma reconstrução; [...] ter uma atenção igual às outras culturas é, no mínimo, uma falta de sensibilidade (grande produtor).

Em todas as falas fica claro que a questão do crédito ainda é o grande problema a ser resolvido. A burocracia, principalmente a federal, é vista como um elemento dificultador do processo, o que os leva a reclamar um tratamento especial para a cacauicultura.

Para muitos deles, a CEPLAC é, literalmente, responsável pelo erro técnico cometido na primeira e segunda etapas do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, fato que resultou em novos endividamentos e ampliação de muitas dívidas já existentes. Sentem que o governo federal tem dado sinais de que entendeu a dimensão do problema, mas que ainda não encontrou o mecanismo que possa realmente contribuir com a cacauicultura.

Sentimos que essas falas, mais do que quaisquer outros expedientes, revelam os equívocos das políticas de recuperação da lavoura

cacaueira, mas de modo muito especial demonstram o significado do crédito, as dificuldades de acesso, na mesma medida em que o avaliam como elemento imprescindível ao projeto que visa a reestruturação/recomposição da lavoura cacaueira e o revigoramento da cidade de Camacan. Além disso, revelam uma preocupação com a indefinição de uma política agrária voltada para as demandas do setor agrário brasileiro, sobretudo no que se refere ao atendimento das demandas do cacau, uma atividade em condições anormais, a carecer de um tratamento que garanta a sua ressurreição.

A direção do Escritório Local da CEPLAC/Camacan (2003) confirma que a questão do crédito é de grande complexidade, porque as linhas de financiamento existentes são como se fossem para manter a lavoura, quando o que se quer é recuperar a lavoura cacaueira. Na sua avaliação, as linhas de financiamento colocadas à disposição dos cacauicultores obedecem a critérios técnicos, enquanto a liberação do projeto é político, ou seja, se realiza em função da pressão de políticos.

E acrescenta:

A substituição da lavoura por espécies resistentes à vassoura-de-bruxa exige passar por um período de três a quatro anos sem produção e o governo exige pagamento do financiamento a partir do segundo ano de aplicação do projeto. Essas condições dificultam o processo de substituição das plantas. Por outro lado, é preciso estabelecer uma linha de crédito diferenciada, em que todos os produtores possam ter acesso, que seja suficiente, ou seja, de acordo às necessidades do produtor e que este dinheiro possa chegar na hora certa, respeitando o calendário agrícola e que possa ser pago.

Numa demonstração de que não há distância em relação ao que pensa o cacauicultor, também afirma que:

Da forma como o crédito tem sido disponibilizado, está gerando uma série de dificuldades. [...]. A cada projeto que passa ele continua aumentando o processo de endividamento. Da forma que está não é possível. [...] na 3ª etapa do Projeto de Recuperação, que envolve a técnica da clonagem, somente 20% dos produtores obteve financiamento.

Para esta direção, o homem está disposto a investir, a tecnologia da clonagem é uma realidade que anima o cacauicultor, mas o crédito ainda é o grande problema a ser superado, ou seja, é o verdadeiro “calcanhar de Aquiles” da cacauicultura.

Os cacauicultores confirmam este entendimento ao afirmar que

A clonagem veio para ficar. Ela não está pronta [...]. Nós já sabemos que a vassoura não vai destruir a lavoura [...]. A clonagem veio para resolver. [...] conseguimos índices de produtividade que não imaginávamos ser possíveis, com a técnica da clonagem. Há questões de manejo que o mundo científico ainda não conhece e que demandam maiores estudos. Para nós hoje, ainda está faltando absorver as últimas determinações da ciência, mas temos que continuar tentando, errando e acertando. [...] é preciso acompanhar todo o processo, e daqui a dois ou três anos, introduzir novo material genético. Portanto, há um processo de continuidade, que não existia antigamente, assim, temos que passar toda a vida de produtor trabalhando com melhoramento genético (grande cacauicultor).

Sim, a clonagem é uma certeza; a política de crédito um problema a ser superado; a melhoria dos preços internacionais, o aumento da produtividade e a recuperação da lavoura cacauieira são as três grandes expectativas.

Os cacauicultores confirmam este pensamento. Vejamos como

eles se posicionam:

A lavoura está sendo modificada em função da clonagem, [...] menos área com uma produção maior. Exemplo: uma fazenda que hoje dá 30 arrobas por hectare, a tendência é evoluir para 100, 120. [...] a expectativa é de chegar a 100 arrobas, tudo isso em função das novas tecnologias [...]. Acabou-se o latifúndio. Acho que é preciso também ter a consciência de que a nossa região não somente venda saca de cacau, e sim que se beneficie este cacau. É necessário que a região tenha todos os patamares da economia, ou seja, o próprio beneficiamento do cacau. [...] isso deve ser o próximo passo da lavoura cacauzeira. [...] Temos que produzir chocolate na região [...] (grande produtor).

A clonagem veio para dar certo. [...] a Bahia [...] pela sua localização geográfica [...] produz um tipo de cacau que é o chamado Bahia Superior, [...] um cacau que precisa ser misturado ao cacau estrangeiro para produzir o sabor que é mais apreciado. É o [...] que dá a consistência e o sabor do chocolate europeu [...]. O cacau Bahia Superior foi liquidado com a vassoura de bruxa. [...]. Assim, há uma conjunção de fatores que fizeram com que esse mercado chegasse à cotação atual. O produtor hoje não tem mais um estoque grande como no passado, hoje ele tem que recorrer à bolsa de valores no período de 45 dias, para saber sobre o melhor preço [...] (grande produtor).

Sobre a clonagem nós não temos mais dúvidas. A vassoura de bruxa não é mais problema na região. O problema da região é produtividade. Os clones aí já estão produzindo, agora estão com produtividade baixa. Nós agora estamos procurando fazer alguns reajustes, porque erramos no início, até pelo corre/corre do material. Nós não tínhamos certeza sobre quais seriam as

melhores plantas para colocarmos no campo, mas já estamos fazendo estes ajustes e temos certeza que vamos chegar à produtividade que interessa à região (médio produtor).

Acredito que a clonagem vai contribuir para a recomposição da economia local da cidade de Camacan. Os proprietários estão retornando às suas propriedades e estão apostando nessa tecnologia. Os preços também estão contribuindo para que ocorra essa animação (pequeno produtor).

De tudo isso, o que observamos é a crença massiva de que a clonagem significa a esperança de que a lavoura cacaueteira poderá ressurgir das cinzas e alavancar a ressurreição da economia local/regional. Outro dado importante é o nível de consciência de que ela não garante retorno às condições anteriores, ao tempo áureo do cacau, seja em relação à produtividade ou em relação aos ganhos e prazeres que já foi capaz de proporcionar. A elevação do preço internacional do cacau gera euforia, mas também gera cautela, vigília, acompanhamento do que está acontecendo nas outras áreas produtoras de cacau e na economia internacional.

Até aqui desenvolvemos uma série de reflexões sobre a cidade de Camacan, o município e sua região de inserção, na tentativa de demonstrar que o urbano e o rural se entrecruzam e um explica o outro. Os resultados da cacauicultura, de uma forma ou de outra, refletem na cidade de Camacan. Assim, movida por este raciocínio, passaremos a investir no registro de algumas ações desenvolvidas no território de Camacan (na sua maioria, planejadas na cidade), mas que efetivamente se concretizam no espaço rural, porque este se constitui no ambiente detentor das possibilidades em latência, chamadas a se realizar, e uma vez tornadas concretas poderão ter a capacidade de contribuir com a reestruturação econômica e socioespacial da cidade.

8 DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA NO ESPAÇO RURAL DE CAMACAN

Pelo que observamos, a crise não excluiu o cacau da vida dessa gente. O camacaense ainda acredita ao cacau o status de “o negócio da região”. As expectativas de retomada da cacauicultura, a partir da clonagem, alimentam os sonhos de todos os atores sociais locais, sejam urbanos ou rurais, sem que deixem de reconhecer que não haverá retorno às condições pretéritas dessa cultura e que ainda têm um grande problema a resolver, que é a questão do crédito.

A presidência do Sindicato Patronal dos Produtores de Cacau chegou a nos revelar que a diversificação pela substituição, qualquer que seja, se constitui numa mera atividade complementar. Para ele [...], o cacau é o negócio da região. [...] a primeira opção é o cacau; a segunda é o cacau; a terceira é o cacau; da quarta em diante pode se pensar na cultura que pode entrar como complemento.

A diversificação da atividade econômica em Camacan, em domínios espaciais da atividade agrária do cacau, é experiência que permite afirmar que o camacaense tem buscado a superação da crise econômica, seja na perspectiva particular da cidade ou em relação ao município como um todo. Algumas tentativas têm sido implementadas, repercutem sobre a cidade porque, no mínimo, geram emprego e dinheiro que passa a circular no interior da mesma. São estas as principais experiências:

8.1 POUSADA FAZENDA RAINHA DO SUL

A Pousada-fazenda Rainha do Sul (Figura 43) constitui um exemplo de diversificação. Um pequeno negócio, um espaço or-

ganizado a partir de 4 casas já existentes na fazenda e ampliadas com a própria renda que ela foi capaz de gerar. Foi a primeira a ser instalada na região (1994), atendendo inicialmente a pessoas que vinham de Goiás e Mato Grosso, sendo que, atualmente, o atendimento está muito mais voltado para baianos que desenvolvem negócios em Camacan e cidades circunvizinhas. Os seus usuários pertencem à faixa considerada de classe média (assalariada).



Figura 43 - Pousada Fazenda Rainha do Sul – Município de Camacan.

Essa foi a saída que a empresária encontrou para fazer frente aos custos de sua propriedade, dizimada pela doença vassoura-de-bruxa e levada à produção zero, principalmente por ter aderido à orientação da CEPLAC de cortar todas as árvores doentes, para evitar a propagação da doença.

Para ela, o corte das árvores dificultou o processo de obtenção de financiamento porque o agente financiador (Banco do Brasil) exigia a existência de 500 plantas por hectare no momento que o crédito chegou à região (1995). Como não tinha mais nenhuma árvore, a questão só foi resolvida porque ela conseguiu uma autorização do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente para fazer um manejo auto-sustentável de 2 hectares de terra, com o compromisso de retirar a madeira e replantar a área com espécies nativas da Mata Atlântica.

A venda de madeira (que não corresponde a uma atividade

de diversificação da economia regional/local) e a pousada foram as condições de saída para aquele momento. Com o dinheiro derivado dessas atividades plantou cacau clonado nos 2 hectares de terra, e o resultado, segundo a mesma, já começa a despontar e garantir a condução de toda a propriedade.

Tomada pela emoção, ela nos fez a seguinte revelação: “A crise foi muito grave, penalizou a todos, desagregou a minha família, empurrou os meus filhos para a migração internacional (Estados Unidos e Europa) por falta de condições estruturais e de manutenção [...]”.

A luta dessa cacauicultora, como de tantas outras e outros, foi muito grande, primeiro para garantir a própria sobrevivência, segundo, para continuar com suas terras, o que não foi possível para muitos.

Afirma a empresária que os resultados dessa conjugação de esforços já permitiram a compra de uma propriedade e que o programado, e já em curso, é organizar uma empresa familiar para ter a segurança de continuidade dessas terras em mãos da família.

Hoje, já superada a necessidade de vender madeira, a empresária continua clonando com recursos próprios e diz não querer ser dependente de crédito bancário (pois considera um suicídio). Vê a pousada-fazenda como um empreendimento que deu certo, uma ação de diversificação que não frustrou, como muitas outras que foram tentadas por outros cacauicultores, tomando a exemplo a piscicultura e o cultivo de café, e que ela não se dispôs a implementar porque antes tomou precauções se orientando quanto às possibilidades de mercado, o que não lhe pareceu animador ou suficientemente seguro para que ela pudesse investir.

8.2 PROJETO DE PISCICULTURA

O município de Camacan e região de inserção têm a piscicultura como o mais complexo e importante projeto de

diversificação da economia regional. Para o desenvolvimento desse projeto, a família Benjamim doou um terreno no interior da Fazenda Santa Úrsula, a sua rede de energia, assim como legalizou toda a documentação (escriurou) em atendimento às exigências da União. Em seguida, montou toda a estrutura da unidade de beneficiamento de pescado com recursos do governo do Estado da Bahia, próximo a R\$1 milhão, com programação de fazer um contrato de gestão com os piscicultores do Sul da Bahia.

A unidade conta com uma fábrica de gelo (Figura 44), tem capacidade para produzir cerca de 3 toneladas de pescado por dia, em tanques (Figura 45); é composta por câmara de espera, túnel de congelamento, mesa de avisceração e câmara de saída. Logicamente com um completo sistema de tratamento de água, considerando que, para cada quilo de pescado processado, são necessários 10 litros de água.



Figura 44 - Estação de Piscicultura (instalada na Fazenda Santa Úrsula).



Figura 45 - Tanque para criação de peixes.

Após todos esses procedimentos, o empresário detectou que existe um problema muito grave no projeto: a questão da gestão do investimento. Para ele, muito mais que a comercialização, o difícil é a gestão do empreendimento porque falta espírito coletivo, espírito associativista entre os componentes da associação de piscicultores da região. A avaliação é de que é muito difícil reunir pessoas oriundas do cacau e fazer com que elas objetivem uma coisa coletiva e diferente do que habitualmente têm feito (atividade de produção do cacau - cada um com a sua metodologia).

O empresário também afirmou que essas dificuldades estavam conduzindo a uma tomada de decisão que seria a de entregar o projeto para ser gerido por um empresário do ramo, com capital e, principalmente, com conhecimento para gerir, porque esse tipo de pessoa teria condições de melhor saber quais as possibilidades de ganhar dinheiro. E concluiu que pessoas como ele, acostumadas aos afazeres da cacauicultura, infelizmente não têm qualificação para tomar conta de um investimento dessa natureza.

Para a fábrica funcionar, há necessidade de capital mensal de aproximadamente R\$25 mil (uma realidade financeira posta no ano 2004) para a manutenção das despesas fixas, como conta de luz e água, além da manutenção dos equipamentos. Segundo depoimento de um dos representantes da família Benjamim,

a associação não dispõe desse montante porque é uma associação nova, empurrada pela vassoura-de-bruxa e, de certa forma, uma atividade compulsória, uma coisa forçada e que pode não dar certo. Talvez possa vir a ser mais um dos elefantes brancos que existe nesse país.

Sentimos, por todas essas revelações, que se trata de um empreendimento que necessita ser reorientado. A história vai dizer o caminho que foi possível tomar.

8.3 CULTIVO DO CAFÉ E OUTRAS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

Outra experiência de diversificação está relacionada ao cultivo de café (Figura 46) que, na avaliação da maioria dos cacauicultores, foi frustrante para os que tentaram empreender essa atividade, e o fizeram tão somente por uma indicação do mercado, num momento em que os preços eram convidativos. Eles apontam que o cacau é uma cultura que até suporta o abandono por dois, três anos, e ao se retomar os cuidados ela volta a produzir. O café não: se houver abandono de uma propriedade de café, durante um ano, perde-se todo o plantio. Além disso, os custos são elevados, modifica o meio ambiente e inviabiliza o retorno ao cultivo do cacau (um retorno significaria mais investimento para readequar o meio ambiente através de sombreamento, entre outras ações).



Figura 46 - Recorte de uma área de produção de café no Sul da Bahia.

Para o Presidente do Sindicato Patronal (produtores de cacau) o café foi uma opção no momento em que o produto estava com o preço elevado, uma boa posição no mercado, mas que se esqueceu de analisar a média histórica – naquele momento estava alto, mas já apontava para baixo. Foi o mercado que apontou para a introdução do café naquele momento e quem seguiu esse indicador se arrependeu, porque teve todas as expectativas frustradas.

Para ele, os empresários acostumados com os afazeres do café, como os capixabas que se instalaram no município de Camacan, que não têm fascínio pelo cacau, talvez sejam os que, até certo ponto, tiveram acertos com essa atividade. O mais grave talvez esteja atrelado às alterações ambientais que a cafeicultura está provocando nessa região. A sua prática promove um expressivo

desnudamento do solo e elimina a possibilidade de retorno à cacauicultura, uma lavoura que requer sombreamento. Sem ele, água e chuvas poderiam estar sendo desreguladas, considerando a acentuada eliminação das árvores.

Além de todas as alternativas mencionadas, os camacaenses também buscaram trabalhar com o cultivo de pupunha, goiaba, banana, graviola, entre outros frutos. Alguns empreendimentos estão em processo de expansão, estão derivando para o desenvolvimento da agroindústria, mas nada tão alvissareiro que faça com que os cacauicultores reconheçam serem capazes de ter um resultado econômico tão satisfatório como o que o cacau já foi capaz de proporcionar. Os resultados não são animadores, tanto que um representante da Casa da Agricultura revelou que não estão mais orientando e nem viabilizando financiamento de projetos para esses fins. A atividade que ainda continua recebendo atenção por parte do Estado, segundo o representante do EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A., é a pecuária, de modo especial a voltada para a produção de leite.

Um dos produtores (do rol dos pequenos) revelou que tentou diversificar a sua produção plantando banana, mas teve resultados negativos porque uma praga atingiu as bananeiras e ele não sabia como lidar com a questão. Para ele “o cacau é a região, o resto é ilusão”.

REFLEXÕES FINAIS

A crise da lavoura cacauieira, que ocorreu a partir de 1987 - quando se inicia a terceira crise de ciclo longo -, associada às novas exigências e imposições de ordem nacional/global, é a principal responsável pelas radicais metamorfoses socioespaciais no âmbito do território cidade de Camacan.

Na avaliação da Fundação Centro de Projetos e Estudos da

Bahia (1992, p.39), “é patente o incremento da pobreza nas cidades da região, com o acirramento dos fluxos migratórios relacionados ao desaquecimento da economia do cacau”. Para ela, esse quadro produziu efeitos indiscutíveis no processo de degradação urbana de todas as cidades inseridas no território do cacau.

Os diversos segmentos da sociedade camacaense demonstraram, em suas falas, que a cidade empobreceu, andou para trás, perdeu população, investimentos, agências bancárias, assumiu ares de cidade arrasada. O caos econômico deixou a sua gente em estado de torpor e fez eclodir um caos social e ambiental sem precedentes. Uma faixa remanescente da Mata Atlântica primária passou a ser fonte de renda para os cacauicultores, permitindo que proliferassem as serralherias. Entre garantir a sobrevivência e preservar a natureza, optou-se pela primeira posição, e a natureza, ainda hoje, passado o primeiro tempo, o mais agudo da crise, ainda é vítima desse processo, como também são vítimas os pobres despossuídos dos meios de produção, expulsos do campo, sem trabalho e marginalizados nas cidades.

De uma hora para outra, assim como aconteceu com os negros quando da abolição da escravatura, dormiram empregados e amanheceram desempregados, e os patrões dormiram ricos e acordaram pobres, e todos foram nivelados por baixo.

Quando viviam os tempos áureos da lavoura cacauqueira, jamais os trabalhadores foram convidados para ser parceiros, para dividir a riqueza. Hoje, os poucos que ficaram ou retornaram ao campo são convidados a ser parceiros, são chamados a correr os riscos, a dividir a miséria, como ficou registrado em uma das falas dos cacauicultores. Essa realidade impõe que se faça uma leitura crítica, reflexiva, para que se possa chegar ao âmago da questão e entender essa nova relação de trabalho que se instala na região. Muito provavelmente um importante tema para uma pesquisa.

Camacan perdeu população e importantes investimentos

comerciais foram à falência, tiveram que fechar as portas. A cidade perdeu o movimento, porque o capital que circulava no seu interior se esvaiu por conta da crise, e passou a conviver com todos os tipos de carências. As transformações no seu conteúdo socioespacial, em decorrência da desagregação da economia, reorientaram fluxos e funções, o que permite dizer que a cidade foi conduzida ao estado de marginalidade espacial, tanto que o governo local chegou a decretar estado de calamidade, tamanha a gravidade da situação.

Passado o estado de letargia, os comerciantes começaram a investir no revigoração do comércio e os produtores a selecionar material genético resistente à vassoura-de-bruxa, junto a produtores de outras regiões, passando a fazer substituição das copas das plantas (tecnologia da clonagem), a eles vindo se associar a CEPLAC, aproximadamente dois anos após (1997), com a instalação de uma Estação Experimental, de material genético resistente à doença, na Fazenda Rainha do Sul. A região inteira teve como base, para recuperação da lavoura (numa fase inicial), o que foi feito pelos produtores de Camacan.

A sociedade que era mais hermética no tempo da riqueza se propõe a mudar o modo de ser (questão também apontada no decorrer do texto) e mesmo com todas as dificuldades, que ainda são reais no seio da cacauicultura, começa a deslanchar um processo de reorientação da vida, do seu cotidiano. Depois dessa reação, acreditamos que já é possível dizer que a cidade não se entregou, ou seja, não se perdeu na crise.

Nesse contexto, o território (cidade de Camacan), como tantos outros, é chamado a promover a valorização dos seus atores locais, de forma que eles possam atuar responsabilmente e de modo a conseguir um triunfo econômico. Também se faz importante a tomada de decisões que revalorizem o seu espaço, demarquem os concorrentes (endógenos e exógenos) e redefinam os caminhos políticos e socioeconômicos a serem trilhados.

A crise estrutural existente no âmbito desse território necessita de relações de cooperação, pois que também há redes e sub-redes de conflitos no interior do território, a isto se somando as que são exógenas e provavelmente as mais contundentes, porque movidas por razões que, na maioria das vezes, não correspondem aos anseios locais.

A cidade aprendeu com a crise e a ela agradece porque encontrou uma forma de caminhar sem estar totalmente dependente do cacau. Hoje, pelo menos alguns dos seus agentes sociais avaliam a vassoura-de-bruxa como “um mal” e “um bem” e até acreditam na possibilidade de um dia ainda se erguer um monumento em que esteja escrito: “obrigado vassoura-de-bruxa - graças a você aprendemos a ser menos individualistas; plantamos o espírito da solidariedade e da cooperação; absorvemos e estamos em processo de consolidação de um espírito empresarial, nos tornamos mais humanos e mais próximos um dos outros, pois em dado momento da história fomos nivelados por baixo, empobrecemos todos juntos”.

Ainda que o pensamento tenha evoluído nessa direção, para não deixar de falar em permanência, poder-se-ia dizer que o maior deles, registrado na fala do Presidente do Sindicato Patronal, é de que o cacau é a primeira, segunda, terceira e quarta razão de ser da região e da cidade de Camacan, um lugar que foi chamado a afeiçoar-se às demandas do campo desde os idos de 1961, por isso mesmo caracterizada como uma cidade do campo.

De tudo isso, podemos concluir que os camacaenses ainda têm um forte sentimento de amor pelo cacau e que a luta pela recuperação da lavoura cacauzeira continua sendo uma importante meta a ser conquistada. São muitos os entraves, mas enquanto houver sonho e luta haverá esperança capaz de gerar a possibilidade de se construir uma nova realidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS; Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 97-98.
- ARAÚJO, A. C., CAMPOS, R. T. Análise da evolução do valor da produção de cacau no Estado da Bahia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, n. 1, jan.,1998.
- ASMAR, Selem Rachid. **Sociologia da microrregião cacauceira**. Itabuna: Gráfica e Editora Ltda., 1983.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Uma (re)visão Historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: USFM, 2004.
- BAIARDI, Amílcar Rocha. **Subordinação do trabalho na lavoura cacauceira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- _____. A crise da cacauicultura baiana: uma revisão histórica. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, **Anais**. Poços de Caldas: SOBER, 1998.
- BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização – na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. São Paulo: FAPESP, 1995.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Globalização e reestruturação da rede urbana**: uma nota sobre as pequenas cidades. Território, n. 6, jun., 1999.

COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização. In: **BAHIA**: análises e dados. Salvador: SEI, 2000. p. 38-52.

DINIZ, José Alexandre; DUARTE, Aluízio Capdeville. **A Região Cacaueira da Bahia**. Recife: SUDENE, 1983.

DUARTE, A. C. Regionalização – considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

FORÚM NACIONAL DA AGRICULTURA. Grupo Temático Cacau. **Proposta básica de políticas para a cadeia produtiva do cacau**. [s.l.]: FNA, 1997.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. **Ilhéus-Itabuna**: estratégia de desenvolvimento. Salvador: CPE, 1992.

GASPARETO, A. Perspectivas da Região Cacaueira numa economia globalizada. **Especiaria**, v. 1, n. 1. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, abr. 1998.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUCIONALIZAÇÃO da Ceplac deve sair ainda este ano. **Jornal Agora**, 23 a 25.10.2004, p. 7.

OLIVEIRA, Clarice G. S. de. **Novas indústrias em Ilhéus e Itabuna**. Dissertação (Mestrado), 2001.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS; Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 99-104.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**: técnica, e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

TRINDADE, Gilmar Alves. **A participação das associações de moradores na produção/gestão do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado). UFBA, 2001.

CAPÍTULO 2

CIDADE DE CAMACAN, TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E REGIÃO: INTERPRETANDO OS CONTEÚDOS DA PAISAGEM

Gilmar Alves Trindade

“Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social ao longo do processo histórico. Deste modo, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade”.

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS (2004)

1 A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: UMA BREVE INTRODUÇÃO

O processo recente da urbanização brasileira aponta para o aumento do número e para a importância das cidades de médio e pequeno portes. Alguns autores (SANTOS, 1996; MARICATO, 2001; DAVIDOVICH, 2003) têm até discutido que a tendência indica um processo de desmetropolização; isso não quer dizer que as metrópoles tenham estagnado seu crescimento, mas que em muitas regiões do país as cidades de médio porte têm crescido em ritmo mais acelerado que elas.

As metrópoles tradicionais – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém – continuam a ter importância nacional e/ou regional, principalmente por distribuírem ordens, serviços, mercadorias e informações para suas áreas de polarização; entretanto, recentemente, novas regiões

metropolitanas foram oficialmente criadas no Brasil – as de iniciativa estadual – sobretudo a partir de 1994, conforme deliberação dos termos da política urbana que a Constituição Federal de 1988 delegou aos governos estaduais. De acordo com Davidovich (2003, p. 61), o Brasil possui atualmente 22 regiões metropolitanas oficiais, quando somavam apenas 9 no início da década de 1990.

Paralelamente ao estabelecimento dessas novas regiões metropolitanas (como Goiânia, Vitória, Florianópolis, Natal e Maceió, entre outras) houve o crescimento das cidades de médio porte em diferentes regiões do Brasil, impulsionado especialmente pelo processo de desconcentração industrial e pelo incremento do agronegócio associado às áreas de modernização agrícola. Neste último caso, fazendo-se referência ao território baiano (Figura 1), podemos citar os exemplos de Barreiras e Juazeiro.



Figura 1 - TERRITÓRIO BALAIANO FRAGMENTADO EM MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS.

Verifica-se que as transformações são impulsionadas pela crescente urbanização do campo, caracterizada pela ampliação do fornecimento de serviços públicos ao meio rural e pela desconcentração de indústrias. Estas últimas, segundo estudos da SEI (2003, p. 6),

Objetivam vantagens de localização, de mão de obra e de custos com tributos municipais, estaduais e federais. Portanto, serviços públicos e indústria convertem-se em opções de ocu-

pações para as famílias rurais [...] são desfeitas as concepções de rural como oposição ao urbano tendo-se uma espécie de integração, interconexão ou continuum rural - urbano.

Entretanto, ainda fazendo-se referência ao Estado da Bahia, encontramos formas diferenciadas de uso do território no contexto das (novas) articulações entre os espaços urbano e rural. No caso da microrregião Itabuna-Ilhéus, tradicionalmente conhecida como região cacauera, ainda existe uma significativa dependência das atividades associadas à produção e comercialização do cacau, apesar das iniciativas e projetos que indicam a diversificação produtiva. A região encontra-se em crise desde fins da década de 1980, em razão da queda nos preços internacionais do cacau, que foi agravada nos anos 90 pela disseminação de doenças nos cacauais, como a vassoura-de-bruxa. Tal problemática interferiu profundamente no processo de urbanização regional, em virtude das mudanças de conteúdo rural / urbano e da intensificação dos fluxos migratórios das zonas rurais para as pequenas e médias cidades da própria região e/ou das zonas rurais e das cidades de pequeno porte regionais para cidades de outras regiões da Bahia e de outros estados da Federação, especialmente o Espírito Santo.

Existe, portanto, uma série de elementos que devem ser considerados na análise das transformações socioespaciais que ocorrem em dada porção do território; como propõem Santos e Silveira (2001, p. 259), há que considerar desde as características naturais herdadas até as formas de modificação da materialidade no espaço geográfico, a diversidade das heranças históricas e das formas de impacto do presente, resultantes das interrelações que os homens estabelecem entre si e com a natureza transformada.

Com relação à Região Cacaueira em geral e ao município de Camacan em particular, uma série de fatores, conjuntamente, contribuíram para sinalizar o ritmo das transformações que a partir da década de 1990 intensificaram-se, posto que,

os baixos preços e a produtividade declinante formam um novo perfil de produtor, que mal consegue cobrir seus custos com a receita da sua produção. Como consequência, ele é levado a se desfazer de seu patrimônio e a reduzir os tratos culturais nas fazendas, causando o desemprego de mais da metade da mão de obra que trabalha com o cacau. Ocorre também o fechamento de muitas empresas e tem início a importação de cacau africano (COUTO, 2000, p. 40).

Esse conjunto de fatores provocou efeitos no campo e na cidade, nas cidades de pequeno e médio portes; redimensionou os fluxos migratórios intrarregionais e interregionais; empobreceu o produtor e o trabalhador rural; alterou as relações comerciais intraurbanas e interurbanas; transformou consideravelmente a paisagem urbana nas “cidades do cacau”, na medida em que a pobreza urbana intensificando-se, materializou-se com a expansão das periferias urbanas.

Nesse contexto, a reprodução do espaço urbano de Camacan vai desenvolvendo-se no bojo das articulações da cidade com a região. Nenhuma cidade explica-se por si mesma. O binômio cidade-região (KLINK, 2001) focaliza o desenvolvimento urbano associado à teia de relações que a cidade estabelece com sua hinterlândia imediata e com os centros regionais e, conseqüentemente, as articulações desses centros com outros lugares do Brasil e do mundo, especialmente quando se considera o tempo presente envolto no âmbito do processo de globalização.

A necessidade de considerar esse expediente explica-se pelo fato de que

no bojo do processo de urbanização a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Via rede urbana e a crescente rede de comunicação a ela vinculada, distantes regiões puderam

ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial (CORRÊA, 1989, p. 5).

Dessa forma, é impossível compreender Camacan sem relacionar o seu processo de reprodução espacial com sua hinterlândia imediata. A cidade é considerada um subcentro regional que atende à demanda por serviços e comércio, proveniente da zona rural, dos distritos e da sede do próprio município, e dos municípios de Jussari, Arataca, Pau Brasil, Mascote e Santa Luzia. Sendo assim, entende-se que para a análise das transformações socioespaciais ocorridas em Camacan, recentemente, há que se considerar a articulação da cidade com os municípios de sua hinterlândia imediata, com a microrregião Itabuna-Ilhéus, a Bahia, o Brasil e o mundo. Por intermédio das redes geográficas (SANTOS, 1996b; CORRÊA, 1989; DIAS, 1995) os lugares se inter-relacionam; faz-se necessário compreender como essas articulações entre diferentes escalas geográficas se dão, para que se torne possível a apreensão das teias de relações endógenas e exógenas, responsáveis pela constituição dos lugares e pelas transformações a que são submetidos no transcorrer do tempo, onde a história construída pelos homens materializa-se no espaço, inscreve-se na paisagem.

Sendo assim, Camacan coloca-se para nós como um lugar interessante para investigação de questões dessa natureza, na medida em que passou por transformações significativas a partir da década de 1990, transformações essas que alteraram seus próprios conteúdos geográficos, suas relações campo/cidade, e suas articulações com a região, com o país e o mundo. A análise da paisagem urbana de Camacan é apenas o primeiro passo que nos leva a buscar compreender os significados dessas transformações e tentar desvendar seus conteúdos.

2 CAMACAN: O LUGAR E SUAS SINGULARIDADES

A cidade de Camacan, sede do município que integra a microrregião Itabuna-Ilhéus, apresenta-nos uma paisagem emblemática, no sentido de mostrar objetos urbanos que denunciam mais a pobreza que a pujança dos áureos tempos em que o município foi o maior produtor de cacau do Brasil.

Durante muitas décadas a elevada produção de cacau na Bahia e, em particular, no município de Camacan, foi responsável pelo enriquecimento de muitas famílias proprietárias de fazendas de cacau nessas latitudes (15° a 20°) meridionais do território brasileiro. Acontece que a maior parte dos médios e grandes proprietários era ausenteísta. Produzia no município, mas morava fora, em capitais como Salvador e Rio de Janeiro, e em lugares como Ilhéus e Porto Seguro. Certamente por isso a pujança a que nos referimos anteriormente parece refletir-se mais nas sedes das grandes fazendas – verdadeiras mansões que contêm até mesmo referências da arquitetura pós-moderna (Figura 2) do que na própria cidade. Esta, conta, atualmente, com apenas um prédio de apartamentos, o Edifício Porangaba, que possui 4 andares e não sofreu nenhum tipo de intervenção nesses 23 anos de construído (Figura 3).



Figura 2 - Fazenda Serra Boa, município de Camacan.



Figura 3 - Edifício Porangaba, área central de Camacan.

Na área central da cidade, tudo parece acontecer, convergindo para a Av. Dr. João Vargens (Figura 4). Ali está a sociedade em movimento no seu processo contínuo de reprodução. Os fluxos de pessoas e transportes são mais intensos, assim como a concentração de agências bancárias, empresas de produtos agropecuários e maiores lojas de calçados e eletrodomésticos. Nos últimos anos, houve considerável incremento do comércio informal (concentrado principalmente nas proximidades da agência do Bradesco), certamente como consequência do desemprego causado pela crise da cacauicultura a partir de 1989.



Figura 4 - Av. Dr. João Vargens, área central de Camacan.

Nas periferias da cidade, há atualmente um expressivo processo de favelização, notadamente na zona sudeste de Camacan (proximidades da Estação Rodoviária) onde um misto de casas construídas com madeira e de alvenaria, em um terreno com topografia acidentada, denuncia o acirramento da pobreza urbana, cada vez mais presente também em cidades brasileiras de pequeno porte, revelando as estratégias de sobrevivência dos mais pobres na busca por conquistar seus direitos na / à cidade (Figuras 5 e 6).



Figura 5 - Paisagem da periferia de Camacan, bairro da Rodoviária.



Figura 6 - Paisagem da periferia no entorno da área central de Camacan.

A paisagem de Camacan, então, à primeira vista, vai nos revelando formas assim difusas, resultado das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais no transcorrer do tempo. A cidade é datada historicamente. E neste processo históricogeográfico há um elemento definidor de como os grupos sociais se organizaram e, em torno dele/atraves dele /em função dele, construíram a cidade. Esse elemento-chave para a compreensão do que Camacan significa, atualmente, é o cacau. Foi através dele e de todo um séquito de relações sociais, culturais, políticas, ecológicas e econômicas que ele engendrou, que muita riqueza foi produzida – e pobreza também; e nessa teia de articulações entre a sociedade e a natureza, construiu-se esse lugar singular no sul da Bahia, a cidade de Camacan.

2.1 O PROCESSO HISTÓRICOGEOGRÁFICO E A PRODUÇÃO DO LUGAR

A partir do século XVIII, o processo de produção socioespacial do recorte situado entre 14º/16º S e 39º/41º W do território baiano,

passará a ser fortemente conduzido por uma nova atividade econômica, a cultura do cacau. A partir de então, a região sul da Bahia terá um novo aspecto. Segundo Santos (1957), atribui-se ao francês Louis Frederic Warneaux a introdução do cacau na referida região; as sementes foram trazidas do Pará em 1746 e doadas a Antônio Dias Ribeiro, que as plantou na Fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, atualmente município de Canavieiras, àquela época território sob jurisdição da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

Em fins do século XVIII (1783), a lavoura cacauieira já se constituía em importante atividade econômica da região, atingindo, nesta época, o entorno da cidade de Ilhéus. A partir de então, ainda segundo Santos (1957, p. 45), a produção do cacau desenvolve-se rapidamente, fazendo do sul da Bahia um dos primeiros lugares produtores do mundo.

Tem início, a partir daquele momento, um incremento dos fluxos migratórios oriundos de outras regiões da Bahia e mesmo de outros estados do Brasil (especialmente de Sergipe), em direção à nascente “região do cacau”. Tais fluxos iniciarão o processo mais acelerado de povoamento da região, que se acentua durante o século XIX, contribuindo então com o surgimento de pequenos núcleos e povoados que, com o passar dos anos, se transformarão nas atuais cidades do sul da Bahia. Como bem definiu o CAR,

o surgimento e a expansão de uma determinada atividade econômica numa área específica de uma região, geralmente possibilita o aparecimento, num primeiro momento, de núcleos de povoamento que, em função das taxas de crescimento da atividade e de suas repercussões aos níveis social e econômico, progressivamente, são elevados à categoria de cidades (1997, p. 11).

Por exigir umidade climática e pedológica para o seu floresci-

mento, o cacau passou a conquistar os terrenos próximos às margens dos rios (Pardo, Panelão, Cachoeira, Almada etc.) e seus tributários; e é justamente aí que são instaladas as primeiras fazendas dedicadas a essa atividade. Gradativamente, estradas e caminhos rurais são abertos, interligando os lugares da região e possibilitando o transporte e escoamento do produto. Em algumas décadas, a partir de então, a paisagem estará profundamente alterada, ganhará novos conteúdos em função do contato daqueles colonos com a natureza. Uma cultura específica será construída então. Na ação daquela sociedade, naquele momento histórico, sobre a natureza deste recorte do sul da Bahia, uma outra paisagem será erigida. A cultura do cacau passará a ter, então, uma enorme força simbólica, retirada da materialidade do espaço produzido, passando a ser responsável pela definição de um caráter regional particular, específico, próprio do sul da Bahia.

Associado ao desenvolvimento da cacauicultura e ao conseqüente incremento das atividades comerciais, toda uma rede de fluxos inter-regionais passa a se estabelecer. Os núcleos do povoamento inicial expandem-se espacialmente e passam a adquirir o status de cidades em um meio ainda eminentemente rural. Na primeira metade do século XX, Ilhéus e Itabuna já detêm a primazia como centros de polarização regional, em virtude do conjunto de funções que engendram – centros do comércio atacadista e varejista, *locus* de concentração das atividades financeiras e das firmas exportadoras, centros de decisão política, entroncamento rodoviário (Itabuna) e base portuária para o escoamento do cacau (Ilhéus), entre outras funções urbanoregionais.

Em 1833, Canavieiras, situada na foz do Rio Pardo, já possuía o status de sede municipal. Entre 1890 e 1914, o desenvolvimento da cacauicultura é responsável pelo surgimento de um novo lugar situado às margens do rio Panelão - tributário do Pardo - e inscrito na jurisdição territorial de Canavieiras; trata-se de Camacan, que só irá adquirir sua emancipação política em 1961, sendo que sua instalação definitiva data de 7 de abril de 1963.

A trajetória têmporo-espacial de Camacan no contexto da chamada Região Cacaueira  , dessa forma, relativamente recente. São pouco mais de quatro décadas de territorializa o da cidade, de constru o de uma paisagem urbana com forte cont do de ruralidade.

Segundo dados do IBGE (2000), o município de Camacan (Figura 7) possui área territorial com 635,2 Km². O rio Panelão banha o município, atravessando sua sede (cidade de Camacan) para, em seguida, ir desaguar no rio Pardo. Além da sede, o município possui 4 distritos: Leventura, Jacareci, São João do Panelinha e Novo Itamarati (Figura 8).

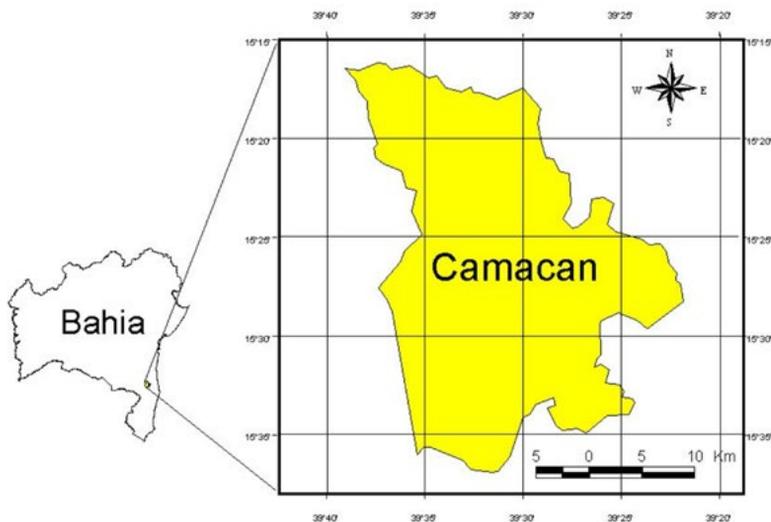


Figura 7 - LOCALIZA O DE CAMACAN NA BAHIA.

Elabora o - SOUZA, 2005.

Camacan limita-se com outros seis municípios da microrregião Itabuna-Ilhéus (Itaju do Colônia, Jussari e Arataca – ao norte; Santa Luzia, a leste; Mascote, a sudeste; Pau Brasil, a oeste) e com um município da microrregião de Itapetinga (Potiraguá, ao sul).

Tais municípios tiveram seus processos de urbanização originados, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, período que coincide com a construção da Rodovia BR-101 (1973), elemento indispensável para a configuração da rede urbana regional, associada diretamente ao escoamento da produção de cacau que, a partir das estradas vicinais, atingia a referida rodovia e, através dela, o porto do Malhado, em Ilhéus, de onde o cacau era então exportado, principalmente para a América do Norte (EUA e Canadá) e Europa (Suíça, França, Inglaterra, Rússia e Holanda, entre outros países).

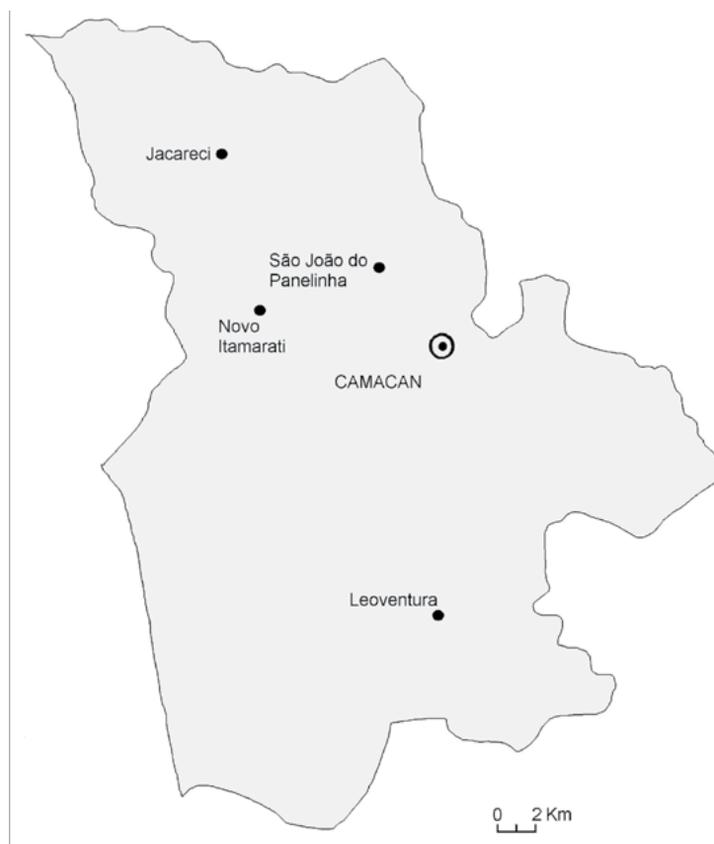


Figura 8 - CAMACAN: localização dos distritos.

3 CIDADE, REGIÃO E REDE URBANA: A PRODUÇÃO

DO ESPAÇO URBANO EM CAMACAN

A produção do espaço urbano de Camacan desenvolve-se no bojo das articulações da cidade com a sua região. Nenhuma cidade explica-se por si mesma. O binômio cidade-região (KLINK, 2001) focaliza o desenvolvimento urbano associado à teia de relações que a cidade estabelece com a sua hinterlândia imediata e com os centros regionais e, em consequência, as articulações dessas regiões com outros lugares do país e do mundo.

A necessidade de considerar este expediente explica-se pelo fato de que

no bojo do processo de urbanização a rede urbana passou a ser o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Via rede urbana e a crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial (CORRÊA, 1989, p. 5).

Nesse sentido, é impossível compreender Camacan (de ontem e de hoje) sem relacionar o seu processo de reprodução espacial com a sua hinterlândia imediata. A cidade é considerada um subcentro regional que atende à demanda por serviços e comércio, proveniente da sua própria zona rural, dos distritos e da sede, e dos municípios de Jussari, Arataca, Santa Luzia, Mascote e Pau Brasil.

Camacan encontra-se a 540 km de Salvador e a 88 km de Itabuna; das cidades do seu entorno, está mais próxima de Pau Brasil, a 24 km. O acesso principal a Camacan dá-se pela rodovia BR-101, partindo-se de Itabuna (ao norte) ou de Eunápolis (ao sul). Camacan encontra-se a 5,6 km da BR-101, via BA-251 (Figura 9), rodovia que articula a 101 a Pau Brasil, através de Camacan. Segundo dados da Prefeitura Municipal, há 12 linhas

de transportes interurbanos que conectam Camacan a Itabuna, Salvador, Porto Seguro e outros lugares da Bahia. O transporte intraurbano é realizado pela empresa Viação Camacã, que atende à sede, aos distritos, à zona rural e até mesmo a municípios vizinhos.



Figura 9 - Trecho da BA-251, que articula Camacan à BR-101.

Apesar de considerarmos, por um lado, aquele modelo tradicional de hierarquia urbana que submete os centros locais aos regionais, e estes aos nacionais, e encontra-se, em parte, ultrapassado, em função dos expedientes decorrentes do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994), não podemos deixar de também considerar que em subespaços regionais do território brasileiro (onde a densidade técnico-científico-informacional dá-se de forma concentrada e não diluída por todo o território), ainda é possível pensar-se em hierarquia urbana quando tratamos das articulações entre os centros urbanos de pequeno e médio portes na escala regional.

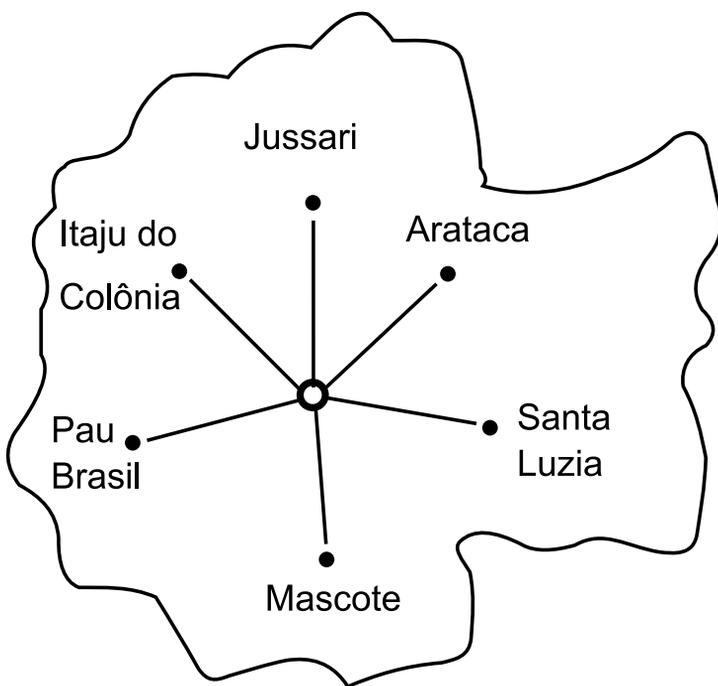


Figura 10 - Área de influência de Camacan.

O contexto específico de Camacan e dos municípios que lhe são contíguos (Figuras 10 e 11), serve como corolário para tais argumentações. Apesar da crise econômica que se instalou na região durante a década de 1990, o comércio de Camacan e os serviços que a cidade oferece continuaram funcionando como instrumentos da polarização exercida sub-regionalmente, sobre um espaço geográfico habitado por aproximadamente 120.000 pessoas. A cidade dispõe, atualmente (2004), de 3 agências bancárias (Bradesco, Banco do Brasil e Banco do Nordeste), Receita Federal, Agência do INSS, Tribunal do Trabalho, agência da CEPLAC, entre outros órgãos; além disso, dispõe de um setor terciário que tem se dinamizado nos últimos anos; são lojas de calçados, confecções, eletrodomésticos, produtos agropecuários, material de construção,

farmácias etc. Na avaliação do tesoureiro do CDL local,

o comércio de um modo geral mudou de cara até mesmo para atrair esses clientes das cidades vizinhas. Camacan é a única cidade dessa região que ainda tem rede bancária e onde o comércio oferece uma quantidade maior de lojas com produtos mais variados; temos muitas lojas de material de construção que abriram para atender a uma nova demanda surgida com essa tendência de revigoreamento do cacau; as pessoas estão reformando casas, construindo; as lojas de móveis se modernizaram (pesquisa de campo, 2003).

Vale mencionar, contudo, que o período posterior à crise da cacauicultura da década de 1990 engendrou uma série de transformações no processo produtivo da região. A nova situação trouxe perplexidade para toda a sociedade regional nos municípios que sobreviviam economicamente dos negócios com o cacau. A vida mudou radicalmente, para ricos e pobres, para os cacauicultores e para os trabalhadores rurais mal remunerados. Os efeitos da crise atingiram as cidades (não é possível dissociar o urbano do rural). Grandes, médios e pequenos produtores de cacau, descapitalizados, foram levados a mudar drasticamente suas relações com a lavoura, com a família, com seus empregados, com a própria região que então era símbolo de prosperidade e de riqueza de/para poucos. As relações de produção se transformaram, alteraram-se os conteúdos socioespaciais, uma nova mentalidade regional vai gradativamente emergindo. É impossível compreender o que houve em Camacan e em toda a microrregião Itabuna-Ilhéus sem um olhar minucioso, apurado, detido, sobre as mudanças orgânicas processadas durante toda a década de 1990, um corte de tempo em que encontramos, concretamente, como se dá o processo de reconfiguração regional.

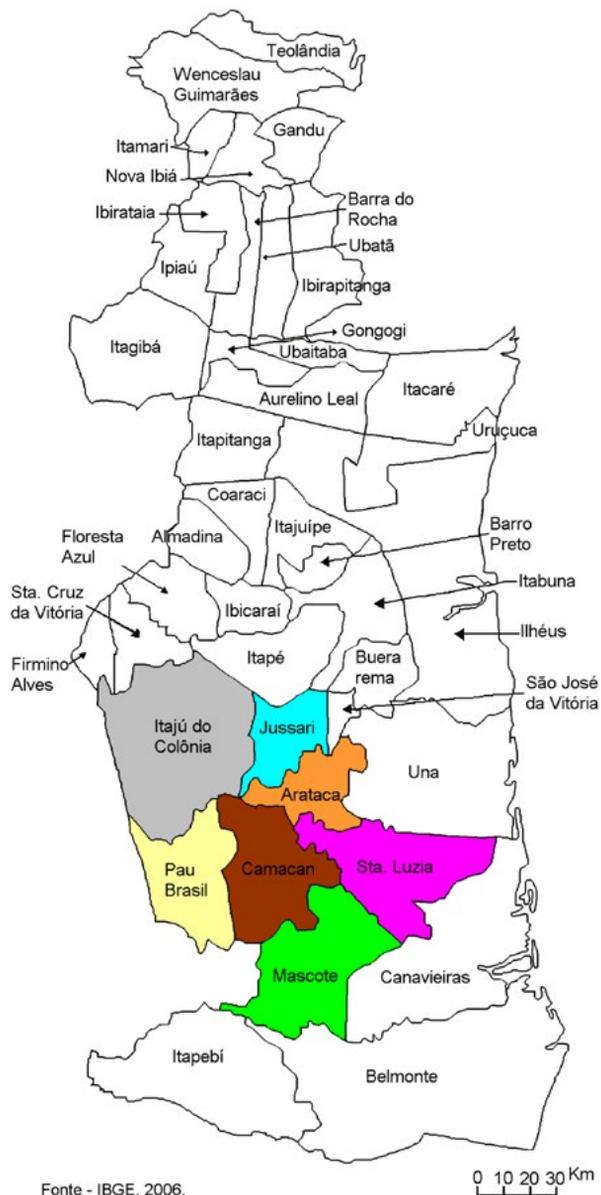


Figura 11 - MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS: DESTACANDO A HINTERLÂNDIA DE CAMACAN.

4 A CIDADE E A REGIÃO: OS EFEITOS DAS TRANSFOR-

MAÇÕES SOBRE A HORIZONTALIDADE DO COTIDIANO

A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras. Todo o lugar muda.

MILTON SANTOS

Categorias como cidade e região só adquirem validade ontológica se compreendidas no âmbito das relações socioespaciais que as engendram. Elas são, antes de tudo, resultado das ações (que encerram interesses econômicos, políticos e culturais) decorrentes do embate entre os indivíduos no bojo do processo contraditório de (re)produção do espaço geográfico.

Homens e mulheres, conscientes ou não de sua condição enquanto membros de uma classe social, são partícipes - protagonistas ou coadjuvantes - no âmbito do referido processo. Há diferentes maneiras de ver/viver a cidade; por isso mesmo, enquanto texto aberto, a cidade vai nos revelando conteúdos por meio de sua paisagem, vinculada inexoravelmente ao movimento dos diferentes fluxos que ali têm lugar.

O espaço geográfico, em geral, e o espaço urbano, em particular, não se reproduzem sem conflitos, sem os antagonismos próprios de uma sociedade que é desigual, posto que participe do movimento contraditório de reprodução do capital. Em Camacan, seguramente, não será diferente. O lugar surge e se expande em função das atividades econômicas associadas à lavoura cacaueteira, portanto, no bojo do agronegócio de uma importante *commoditie*, intrinsecamente associada à reprodução do espaço em diferentes regiões tropicais/equatoriais da América do Sul e Central, África Ocidental, Ásia Meridional e algumas ilhas da Oceania (Figura 12).

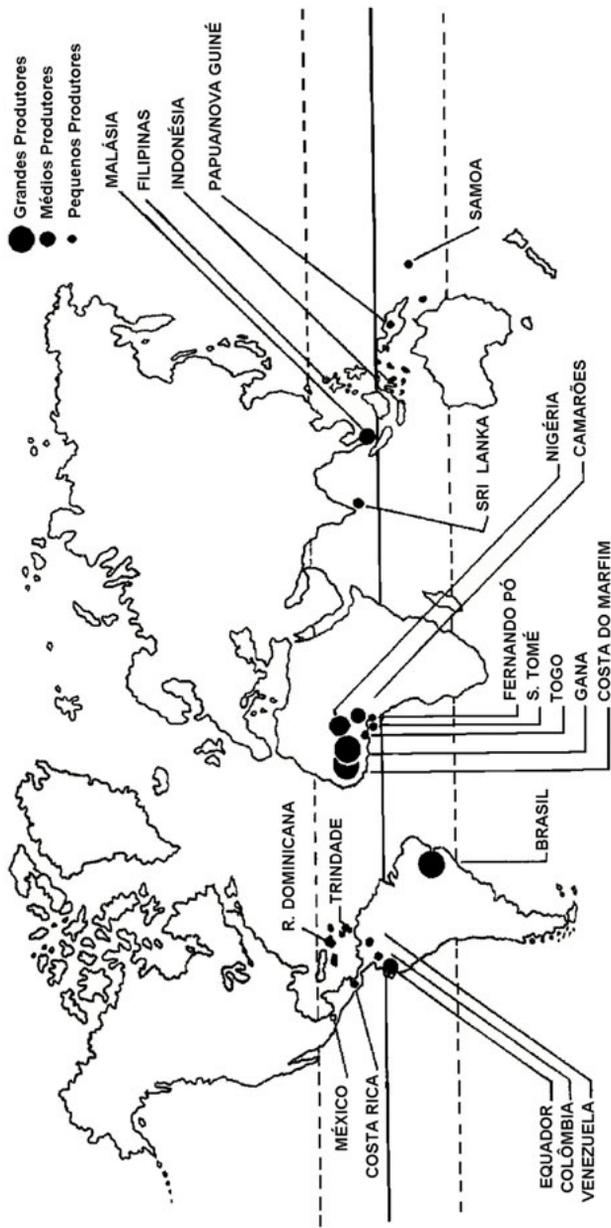


Figura 12 - REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU.

Fonte: CEPLAC, 1992.

Camacan e a região “cacaueira” da Bahia integram, portanto, essa rede mundial que viabiliza a reprodução do capital associado a esta *commoditie*, especificamente, mas que se vincula, por meio de outras redes (financeira, transportes, informações etc.) ao processo geral de reprodução do capital.

No momento em que um trabalhador rural transporta, sobre o próprio corpo, um saco com amêndoas de cacau (15 arrobas) entre o local da produção do fruto e o veículo que levará a carga para uma exportadora de cacau instalada na cidade, ele está participando do processo geral de reprodução do capital. Cabe um esforço de construir mentalmente a teia de relações engendrada a partir da atividade cacaueira, do fruto, ao ser colhido nas inúmeras fazendas da região, até a cotação do produto na bolsa de valores de Nova York ou Londres, ou à chegada desse fruto industrializado sob a forma de chocolate, nas prateleiras de lojas em diversos lugares do mundo. Quanta riqueza o cacau alimenta! Todavia, localmente, no lugar da produção *lato sensu*, na cidade de Camacan, tal riqueza não aparece.

É a cidade que revela, portanto, esse conteúdo (Figura 13). Nas suas interrelações com o campo e com a região, e nas interrelações dessa região com o país e o mundo, Camacan é (re) produzida como outro lugar qualquer da periferia do capitalismo: a riqueza produzida no bojo de relações sócioeconômicas é apropriada de forma desigual pelos diferentes atores sociais que participam do processo – do trabalhador assalariado ou do pequeno produtor ao industrial europeu ou ao especulador que aplica nos derivativos da *commoditie* do cacau. É a relação dialética mundo-lugar. Todos participam de um mesmo processo, mas em escalas e perspectivas diametralmente diferenciadas.



Figura 13 - A pobreza urbana revelada através da moradia.

Apesar de tudo, é a cidade que resguarda a dimensão do humano, mesmo que esse homem não possua as condições intelectuais para compreender o seu papel no bojo desse processo. Mas ele consegue ver que a cidade se manifesta também através do contraste entre pobreza e riqueza, que a paisagem vai, aos poucos, revelando. Esta análise estimula a ideia de que

entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de viver, agir e pensar. Significa entender o processo de produção do humano num contexto mais amplo: o da produção da história, de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência (...) mas na medida em que o espaço é também produto das relações complexas de determinada sociedade, num dado momento histórico, sob a base de relações materiais de produção, o espaço urbano se cria como produto histórico e social a partir da

contradição entre uma produção socializada e uma apropriação privada (CARLOS, 1997, p. 79, 83).

Dessa forma, através dos depoimentos de diferentes atores sociais que experienciaram a história mais recente de Camacan, buscar-se-á compreender de que forma e em que proporção as transformações verificadas na cidade e na região, a partir de 1989, interferiram no seu cotidiano, produzindo novos conteúdos que apontam para a mudança. E, mais ainda, se tais transformações exigiram uma nova maneira de se relacionar com o(s) outro(s) e com a cidade.

5 PASSAGEM DO TEMPO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS

Muita coisa mudou e vi muita coisa acontecer. Antigamente eu via entrar carretas na propriedade para levar o cacau, quando mil sacas saíam de carreta, ou então caminhões e até mesmo F-4000; e por último, no período da crise, eu vi um meeiro entrar com a bicicleta para pegar um saco de cacau. Essa simbologia para mim representa o conteúdo das transformações (JOSÉ ROBERTO BENJAMIN, Eng.º agrônomo e produtor rural em Camacan, 2003).

Em uma das etapas mais estimulantes do trabalho, passamos vários dias em Camacan, no 2º trimestre de 2003, entrevistando formalmente e conversando informalmente com diferentes atores sociais do lugar: grandes, médios e pequenos produtores rurais, representantes de entidades patronais e dos trabalhadores, lideranças políticas municipais, gerentes de agências bancárias, donas de casa, gerentes de estabelecimentos comerciais, líderes comunitários, representantes da CEPLAC e da CDL, educadores, entre outros; inclusive pessoas

que, estando presentes no momento de determinada entrevista, faziam questão de também nos dar seus depoimentos, informalmente, acerca de como as transformações ocorridas na cidade/na região haviam afetado drasticamente suas vidas. Esse fato aconteceu por repetidas vezes. Alguns dos entrevistados formalmente/informalmente emocionaram-se tanto no decorrer dos seus relatos, que chegaram a chorar.

Um projeto de pesquisa dessa natureza não poderia prescindir de dar voz, efetivamente, às pessoas do lugar. Trata-se de ouvir atentamente e registrar as impressões racionais/emocionais de diferentes atores sociais que estiveram/estão diretamente expostos aos efeitos das transformações sócioeconômico-culturais que tiveram lugar em Camacan a partir da década de 1990 – período em que se intensificaram, no campo e na cidade, as consequências do declínio da produção de cacau na região.

Ao longo deste trabalho, questões de ordem econômica, política, sócio-cultural e ambiental têm se amalgamado buscando compreender a mudança de conteúdos socioespaciais verificada em Camacan, e por extensão na “região cacauzeira”, em função da disseminação da vassoura-de-bruxa, a partir de 1989. Tais transformações, sintetizadas enquanto dados quantitativos pela estatística e apresentadas enquanto informações pela(s) mídia(s) e pelos órgãos governamentais, tiveram um significado profundo sobre a vida das pessoas diretamente ligadas aos negócios do cacau.

Consideramos que o processo de reprodução do espaço de uma cidade com as especificidades de Camacan só pode ser compreendido se vinculado aos negócios do cacau (relação urbano/rural, cidade/região etc.). Nesse sentido, as pessoas que vivem no lugar, todas elas, sofrem os efeitos da crise do cacau; mesmo que não atuem diretamente na produção rural, participam do processo na medida em que parte da renda proveniente dos negócios do cacau é drenada para a cidade; tomemos como exemplo o caso de um trabalhador rural assalariado empregado em uma fazenda de

cacau na região, morador do distrito de Leomentura, mas que realiza suas compras – armazém, lojas, feira, – na cidade de Camacan. Por outro lado, o mesmo comportamento é verificado em uma senhora, viúva, aposentada, que mensalmente faz as compras de suas necessidades básicas no comércio de Camacan. Portanto, a crise da cacauicultura não é apenas rural, ela é simultaneamente rural e urbana, na medida em que esses dois espaços são concretamente articulados através das práticas sociais que o cotidiano revela. Dessa forma, entendemos que

essa transformação do cotidiano em evento observável é que permite à ciência enfrentar o processo da sua feitura e compreender duas vozes contraditórias que subsistem na trajetória científica: uma voz que fala da ciência já estabelecida e claramente dedutiva e outra da ciência que ainda está se fazendo (LATOURE APUD FERRARA, 2000, p. 24).

Essa opção/postura metodológica aproxima o pesquisador do seu objeto de estudo, e abre a possibilidade do diálogo com os sujeitos sociais partícipes do processo sobre o qual o trabalho se desenvolve. No âmbito das Ciências Humanas, neste caso específico, recusamos os resultados definitivos, posto que somos conscientes do movimento do devir (histórico) fruto das (novas) contradições que emergem do bojo das relações socioespaciais engendradas no cotidiano.

6 RELATOS DE QUEM VIVEU A CRISE E PRESENCIOU A MUDANÇA DE CONTEÚDOS DA PAISAGEM

O declínio da produção de cacau, especialmente em virtude da propagação acelerada da vassoura-de-bruxa, descapitalizou os

produtores rurais. Alguns se viram obrigados a erradicar a plantação de cacau e substituí-la por pastagem/pecuária e café. Esses foram os casos mais extremos, constituindo-se mais em exceção que em regra. Além disso, a atividade madeireira expande-se bastante durante a década de 1990 (Figura 14); tanto o fluxo de caminhões pela BR-101, carregados de toras de madeira retiradas da Mata Atlântica denunciam este fato, quanto a instalação de inúmeras madeireiras na cidade/no município de Camacan. A paisagem revela este conteúdo.



Figura 14 - Madeireira instalada no entorno de Camacan.

De acordo com um engenheiro agrônomo e grande produtor rural em Camacan, foi a atividade madeireira que sustentou muitos proprietários naquele período: “encontrei um amigo que me disse que tinha mandado derrubar uma árvore para fazer a feira [...] quando tudo parece desabar em Camacan por causa da crise, a saída foi esses capitalistas, proprietários dessas matas, se voltarem para a derrubada da madeira a fim de resolverem problemas imediatos”. Depreende-se, assim, que além de todos os problemas sociais resultantes da crise da cacauicultura, a questão ambiental também emerge como problema. Na impossibilidade dos ganhos com a

venda do cacau, a saída, para muitos, grandes, médios e pequenos produtores, foi mesmo lançar-se sobre a derrubada de madeiras nobres da Mata Atlântica, a fim de cumprir os compromissos e garantir a sobrevivência.

Da mesma forma, uma empresária e proprietária de imóveis rurais no município informou ter recorrido ao IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - e solicitado licença para fazer manejo auto-sustentável de alguns hectares da mata em sua propriedade; segundo ela, “enquanto esperava o empréstimo, continuava a clonar com os recursos advindos da venda da madeira do manejo”.

De fato, em decorrência dos problemas financeiros, alguns produtores agrícolas derrubaram árvores nobres e centenárias, como o jacarandá e o jequitibá, provocando danos ao meio ambiente, inclusive com a finalidade de vender a madeira para serrarias clandestinas. Tal pressão sobre a Mata Atlântica (Figura 15) tende a desestruturar o ecossistema da região, ameaçando as cabeceiras dos rios e riachos, além de provocar erosão, uma vez que o relevo da região possui acentuada declividade; esse processo, portanto, tende a facilitar a lixiviação do solo desprovido de cobertura vegetal (COUTO, 2000, p. 39, 40).



Figura 15 - Remanescentes da Mata Atlântica em Camacan.

No capítulo acerca da diversificação da produção regional, exigência imposta após 1989 (apesar das recomendações de pesquisadores, décadas atrás, em torno da necessidade de diversificar pelos danos conhecidos da prática monocultora), vale ressaltar a análise do Presidente do Sindicato Patronal e produtor rural em Camacan. Na sua avaliação, diversificação deve ser diferenciada de outra prática chamada substituição. “Diversificar é utilizar o que você tem de potencial na sua empresa agrícola que se adequa ao cacau; porque dentro da cultura do cacau, a primeira coisa em que se pensa em fazer quando se fala em diversificar é derrubar toda essa cobertura vegetal, significa desmatar”, adverte o produtor. As implicações decorrentes de tal prática podem ser desastrosas, ambientalmente falando, com prejuízos geralmente irreversíveis para o solo, para a manutenção dos recursos hídricos, para a preservação das espécies animais nativas desse ecossistema, e até mesmo para o equilíbrio do microclima regional. Ainda segundo sua avaliação, a substituição do cacau pelo café deve ser descartada; além dos aspectos relacionados anteriormente, há que se considerar a conjuntura mundial com relação a esse produto, que abrange uma área de produção geográfica muito maior que a do cacau, sendo este mais específico e muito mais exigente. Além disso, a produção de café em outras regiões do Brasil é altamente mecanizada, “como é que eu vou colocar o meu produto no mercado com o custo de mão de obra que eu vou ter aqui, que vai ser muito maior do que aquele que trabalha com culturas mecanizadas?”, conclui o produtor, interrogando.

Por um lado, apesar das iniciativas, ainda incipientes, em torno da substituição do cacau pelo café, e da diversificação com pecuária, piscicultura, pupunha, entre outras; e por outro lado, em decorrência do êxito que se tem conseguido com a experiência da clonagem de cacau, a conjuntura parece apontar, para a hipótese de que a paisagem rural da sub-região polarizada por Camacan continuará sendo marcada pela

cultura do cacau, ainda por bastante tempo. A diversificação será paulatinamente ampliada, até mesmo porque os prejuízos da monocultura em momento de crise foram sentidos concretamente pela população da região; contudo, o negócio principal continuará girando em torno da produção de cacau, como sentenciou o produtor rural: “A primeira opção dessa região é o cacau, a segunda é o cacau, a terceira é o cacau; da quarta em diante você pensa na cultura que pode entrar como complemento; é o que eu creio”. Seguindo na mesma linha de raciocínio, também o engenheiro agrônomo consultado considera que “o cacau vai continuar sendo o carro-chefe da região, é a atividade que mais gera divisas e postos de trabalho, além de ser uma cultura conservacionista; conserva a Mata Atlântica”. Quanto a estas últimas considerações lembramos que não há consenso geral no meio científico, na medida em que alguns estudos consideram que o próprio fato da existência da lavoura cacauífera em meio a remanescentes da Mata Atlântica já implica em intervenções antrópicas neste ecossistema.

7 REVISITANDO O CONCEITO DE PAISAGEM NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA DE ABORDAGEM

A paisagem como conjunto de indícios diz muito sobre a sociedade que a produziu.

ROGER BRUNET

A paisagem, enquanto categoria da análise geográfica, guarda uma riqueza de conteúdos que, ao serem desvendados, nos ajudam a compreender melhor como acontece o processo de reprodução do espaço e, por extensão, de constituição dos lugares e regiões. A paisagem que temos hoje é resultado de um longo processo histórico no qual o trabalho humano transformou os dados da

natureza em dados sociais, geográficos.

A paisagem apresenta-se a todo momento diante dos nossos olhos enquanto materialidade constituída por objetos naturais (rios, vales, vegetação, serras, litorais etc) e objetos artificiais (as construções humanas de um modo geral). Cada região possui uma particularidade, resguarda conteúdos socioespaciais que as diferenciam de outras regiões, e é através da paisagem, a priori, que tomamos contato com tais diferenciações. A paisagem é, portanto, o elemento inicial que o geógrafo utiliza, através da observação, no momento de realizar a análise espacial.

Em Camacan, como em toda a microrregião Itabuna-Ilhéus, nos deparamos com paisagens humanizadas, paisagens geográficas: a cidade construída em áreas mais elevadas do relevo ou em vales próximos aos leitos dos rios; os remanescentes da Mata Atlântica avistados das janelas dos automóveis, ônibus e caminhões que trafegam pela BR-101; as fazendas de cacau, o sistema de cabruca, as cercas delimitando a extensão da propriedade privada. Todos esses elementos – sociais, culturais – estão presentes na paisagem que a nossa visão alcança. Entretanto, não se pode ficar apenas na aparência da paisagem, “nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado” (SANTOS, 1996a, p. 62).

A paisagem não é estática, transforma-se a todo momento; enquanto materialidade do trabalho humano sobre o espaço geográfico, a paisagem revela os elementos que estão em metamorfose, através das formas que surgem como adição ao que anteriormente existia. No caso específico de Camacan, basta pensar nas paisagens que existiam anteriormente à crise da cacauicultura e nas paisagens que existem atualmente, nos espaços urbano e rural. Os conteúdos são outros, e a mudança deu-se em menos de duas décadas. Há, portanto, uma dinâmica na paisagem que pode ser datada historicamente, pois

A paisagem tem um movimento que pode ser mais ou

menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais etc [...] a paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental [...] mas a paisagem não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis (SANTOS, 1996a, p. 69).

Não há como fugir daquilo que a paisagem, de imediato, revela: como a sociedade se organiza, como os espaços são apropriados e ocupados pelos ricos e pobres, como as pessoas trabalham, moram, vivem/sobrevivem. A paisagem informa sobre qualidade de vida, sobre como os recursos naturais estão sendo utilizados, sobre como os recursos econômicos estão sendo distribuídos, alocados. Quem mora bem, quem mora mal, quem perambula pelas ruas sem moradia – a paisagem revela, de imediato, isto; no entanto faz-se necessário ir mais profundamente na análise da organização socioespacial a fim de compreender as razões profundas que explicam os dados que a paisagem *a priori* revela. Assim, “a observação da paisagem vai permitindo uma leitura e uma interpretação da nossa situação no mundo de hoje, revelando, na sua dimensão visível, a história do lugar” (CARLOS, 2004, p.36).

A paisagem urbana de Camacan, como de qualquer outra cidade de pequeno ou grande porte no bojo do capitalismo, revela-se contraditória na medida em que representa/apresenta a materialidade que emerge do contexto das relações de trabalho e de produção, relações sociais desiguais e contraditórias. A área central da cidade e os bairros habitados por pessoas de poder aquisitivo maior (casas bem construídas e cercadas de uma melhor infraestrutura) contrastam com os bairros mais afastados, nas periferias, mas também com lugares próximos ao centro, nos morros com

maior declividade do terreno (casas precariamente construídas, muitas vezes inacabadas, com nenhuma ou apenas uma incipiente infraestrutura no seu entorno).

Depreende-se, assim, que a cidade é apropriada de forma diferenciada pelas pessoas que nela vivem/sobrevivem. A cidade é vista/sentida também de forma diferente. Cada morador tem uma razão profunda para amar ou odiar a cidade. Em Camacan, como já mencionado anteriormente, os contrastes existem e estão lá, visíveis na paisagem; não apenas na paisagem urbana, mas também em muitas das sedes das propriedades rurais, testemunhas de um tempo em que os grandes produtores de cacau preferiam morar com suas famílias, nas sedes das fazendas, do que no espaço caótico da cidade.

De acordo com Carlos (1996, p. 50), “o primeiro aspecto que chama atenção quando se observa a paisagem urbana é o choque dos contrastes, das diferenças”. Não há como negar a natureza desigual e contraditória intrínseca ao processo geral de reprodução do capital. A sociedade estrutura-se de forma desigual; os indivíduos e grupos sociais têm acessos diferenciados aos bens públicos e privados; as pessoas vivem/sobrevivem na cidade de acordo com as condições que lhes são impostas no bojo da classe social da qual fazem parte. Neste sentido,

Os contrastes que emanam da observação da paisagem se fundamentam no fato de que o espaço é produzido pelo trabalho social geral da sociedade como um todo e apropriado individualmente; criando uma contradição entre a produção e o seu consumo, fundamentado na contradição capital - trabalho, expressa no fato de que as prioridades e diretrizes do processo de produção do espaço não são as prioridades da sociedade, de um modo geral (CARLOS, 1996, p. 62-63).

A consideração e análise da paisagem ajuda o geógrafo a

multiplicar os pontos de vista (CLAVAL, 2004, p. 32), e esta visão ampla que busca considerar a interação entre os dados da natureza e os dados sociais, a articulação entre escalas geográficas e ordens de grandeza diferenciadas, que interconecta os fenômenos locais, regionais, nacionais e mundiais, além de buscar representar cartograficamente os elementos que a análise espacial apontou.

A paisagem foi um elemento imprescindível durante todo o período da investigação geográfica que realizamos em Camacan e no seu entorno (Figuras 16 a 29). Em muitos momentos, o termo paisagem aparece na forma de um conceito instrumentalizado naquele contexto de análise. Por outro lado, em muitos trechos em que não aparece explicitamente, a paisagem está ali, implícita, como dado da realidade objetiva que precedeu a discussão dos fatos encontrados em Camacan, pois, afinal, é através da paisagem que estabelecemos o primeiro contato visual com o lugar onde as transformações aconteceram.



Figura 16



Figura 17

Figuras 16 e 17 - Os “vazios” e os “cheios” revelados na paisagem urbana de Camacan.

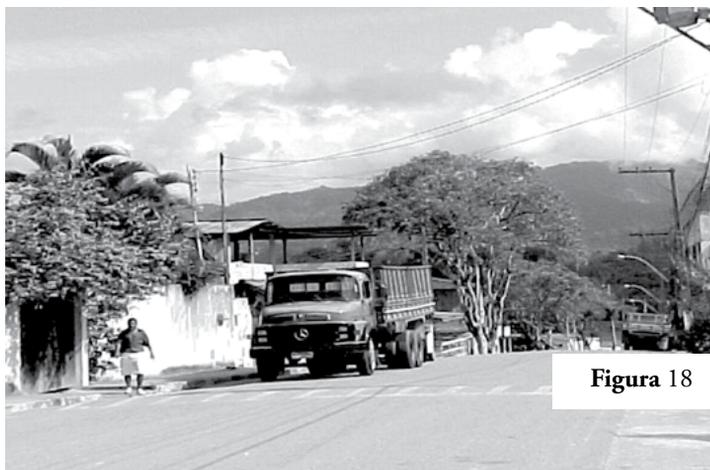


Figura 18



Figura 19

Figuras 18 e 19 - Paisagens urbanas em meio ao verde que ainda resiste em Camacan.

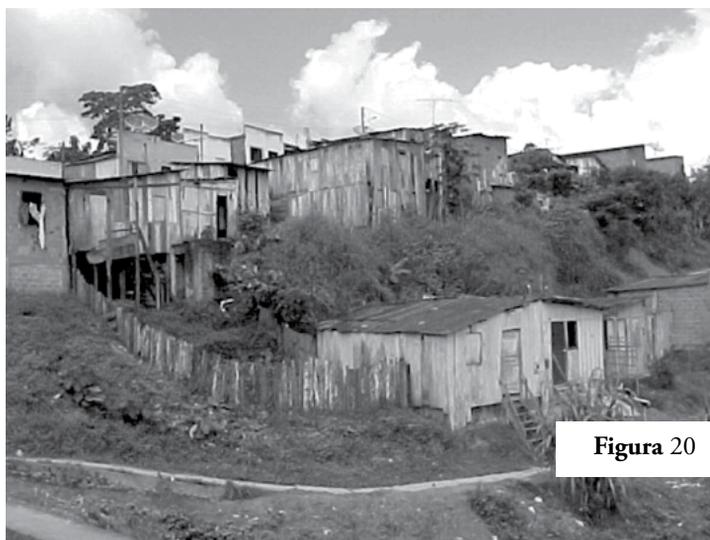


Figura 20



Figura 21

Figuras 20 e 21 - Moradias no alto dos morros e a estação rodoviária.



Figura 22



Figura 23

Figuras 22 e 23 - Transformações e permanências (1925) em São João do Panelinha.



Figura 24



Figuras 24 e 25 - O passar do tempo... em São João do Panelinha.





Figura 27

Figuras 26 e 27 - As crianças, do alto, veem a cidade que se transforma.



Figura 28



Figuras 28 e 29 - O rural e o urbano se confundem na paisagem de Camacan.

Durante todo o percurso de construção do trabalho, em nenhum momento negligenciamos os ensinamentos de Santos (1996b, p. 88), a partir da consideração de que a paisagem é apenas uma parte da situação, um dado da realidade; a situação como um todo é definida pela sociedade, por suas relações de trabalho e pelo processo ininterrupto de reprodução do espaço, sempre conduzindo a transformações.

7.1 PAISAGEM URBANA EM CAMACAN: PERMANÊNCIAS OU TRANSFORMAÇÕES?

Os reflexos da crise – crise que é tanto rural quanto urbana – provocaram mudanças radicais na paisagem da cidade de Camacan. A pobreza se intensifica. No espaço da cidade a materialização da

pobreza torna-se visível através da expansão do processo de favelização. Nas metrópoles e cidades de médio porte, em todas as regiões do país, as favelas se expandem a perder de vista nas periferias das cidades, periferias cada vez mais distantes do centro, espacialmente e socialmente (SANTOS, 1996c; MARICATO, 2001).

Para os pobres das periferias, resta um expediente de escassez. Para consumidores de “2ª classe”, serviços de “2ª classe” (SANTOS, 1987). Qualidade de educação precária; serviços de saúde que geralmente atendem mal; dificuldades de acesso por se morar em locais de acentuada declividade do terreno; precariedade e até mesmo ausência de saneamento básico; ausência de áreas de lazer – é como se para os mais pobres restasse apenas a tela da TV como diversão, à noite, no sábado, no domingo; exacerbação da violência, principalmente entre os mais jovens. Nas periferias urbanas, vive-se, de fato, à margem da cidade/da sociedade. Os pobres não são tratados efetivamente como cidadãos. Nas periferias, é como se os pobres lá nem estivessem (SANTOS, 1987).

Destarte, tal problemática não é mais restrita apenas às cidades de grande e médio portes; ela está cada vez mais presente também nas cidades de pequeno porte, principalmente em regiões que passaram por crises econômicas prolongadas, como é o caso da microrregião Itabuna-Ilhéus (TRINDADE, 2005a).

O caminho que apontamos para buscar compreender como os efeitos da crise da cacauicultura se abateram sobre o espaço urbano de Camacan, após 1989, conduz à análise da configuração da paisagem urbana, associada ao movimento da sociedade por meio dos fluxos que têm lugar na/a partir da cidade.

O centro tradicional da cidade – representado pela Av. Dr. João Vargens e seu entorno imediato – mudou de conteúdo a partir da década de 1990 (Figura 30), bem como as áreas periféricas da cidade, notadamente aquela localizada na região sudeste de Camacan - em direção à BR-101 (Figura 31), onde, tanto ações formais engendradas

pela gestão oficial da cidade em parceria com grupos empresariais exógenos, quanto ações informais oriundas das articulações de populares com lideranças políticas locais foram responsáveis por produzir novos elementos na paisagem urbana, apontando para a emergência de uma outra Camacan. À lógica da reprodução socioespacial, somaram-se outros elementos decorrentes de mais de uma década de crise.

No bojo dessas transformações, novos signos urbanos passam a definir, a identificar, a representar a “nova” cidade, ainda que simbolicamente. O conteúdo novo passa a interferir concretamente no cotidiano das pessoas; é como se aquele equipamento, visível na paisagem, representasse o desejo coletivo por transformação. Na fala dos diferentes atores sociais entrevistados, identificamos a onipresença daquele que parece ser este ícone, este signo prenhe de (novos) significados para aqueles que vivem em Camacan: as instalações da Fábrica *Malwee* – situada estrategicamente ao lado da rodovia que dá acesso à cidade, a poucos quilômetros do centro. Símbolo dos “novos tempos”, testemunha concreta de que Camacan, através do segmento industrial, insere-se efetivamente a globalização tecnoeconômica.



Figura 30 - Área central da cidade de Camacan.



Figura 31 - Periferia na zona sudeste de Camacan.

No entanto, praticamente na frente da fábrica, no outro lado da Rodovia BA-251 surge e se expande um “novo” bairro, mas com

traços dos “velhos” tempos: o bairro do Valdemar ou da Rodoviária, na entrada da cidade, via BR-101, referência contundente da pobreza urbana, da escassez, da exclusão socioespacial.

O processo de construção do bairro da Rodoviária desenha-se como estratégia de sobrevivência e de direito à moradia, reclamos dos mais pobres que, estando à margem da sociedade, materializam sua condição socialmente vilipendiada, principalmente através do acesso à moradia. Como convenientemente observou Silva (1991), “o lugar espacial é o lugar social”.

As periferias urbanas revelam, por meio das paisagens que são construídas, as contradições inerentes ao processo geral de reprodução do capital. Os efeitos da crise econômica na região/no país atingem a todos os indivíduos e classes, mas atingem de forma diferenciada. Das falas selecionadas de dois atores sociais de Camacan podemos apreender de que forma o conteúdo das transformações afeta as pessoas, engendrando consequências de contornos diferenciados.

O primeiro ator social é um dos maiores produtores rurais do município de Camacan. Sua empresa rural empregava 297 trabalhadores no período anterior à crise da “vassoura-de-bruxa”; atualmente (2003), possui apenas 8 empregados; chegou a produzir 7 mil sacas de cacau (aproximadamente 28 mil arrobas); mas no auge da crise sua produção chegou a apenas 29 sacas de cacau. A crise desestruturou o sistema produtivo ligado à cultura do cacau e, em consequência, alterou drasticamente a estrutura familiar. O produtor foi obrigado a passar mais tempo na(s) sua(s) propriedade(s), até mesmo para tentar compreender o que estava acontecendo. Altera-se o conteúdo na relação do produtor com a terra, com a fazenda. Antes da crise, a prática do absentéismo era regra na relação produtor/propriedade rural, na região cacauceira; atualmente, pequenos, médios e grandes produtores têm se fixado nas sedes de suas fazendas e até mesmo na cidade de Camacan.

Hoje o produtor passa mais tempo em contato direto com suas propriedades, também pela necessidade de trocar experiências com os demais produtores e com a comunidade regional.

Nesse sentido, a crise tem também seu viés positivo: alterou profundamente a mentalidade regional, forçou as pessoas a se comportarem de outra forma quanto às relações capital/trabalho, cidade/campo, cidade/região. Apesar de tudo, nem todos optaram por ficar, mesmo entre os grandes proprietários; dois irmãos do produtor rural aqui referenciado decidiram emigrar, um para os Estados Unidos, outro para Salvador; “fiquei aqui porque criei raízes e agora tento superar esta situação”, conclui ele.

O segundo ator social selecionado no bojo da presente discussão é um líder comunitário, homem humilde, mas profundo conhecedor das mudanças processadas no lugar durante a década de 1990. No seu relato, informações que revelam como se deu o incremento do processo de periferização em Camacan na última década, especialmente em relação à construção do bairro da Rodoviária, na periferia sudeste da mancha urbana de Camacan.

O bairro surgiu em decorrência da doação de lotes feita pelo proprietário no início da década de 1990, período que coincide com o momento de intensificação das consequências da crise “da vassoura-de-bruxa”. Não constitui-se, portanto, em invasão, até mesmo porque a transação foi referendada pela Câmara de Vereadores, na época.

O principal intermediário entre aqueles que pleiteavam um terreno e o proprietário dos lotes foi o primeiro a construir uma pequena casa no lugar, aquele que se transformaria no líder comunitário do bairro em construção. Ele informa que “a pessoa vem e pede que está precisando de uma moradia; eu vou investigar se ela tem morada, porque se ela tiver eu não vou dar o terreno”. Na afirmativa do líder comunitário, construindo-se, junto com o bairro, o poder de decidir sobre a quem destinar os lotes. Cabe considerar as intenções políticas que geralmente são associadas a

este tipo de expediente, seja pelo próprio líder comunitário ou por aquele(s) que ele porventura representa.

Aqueles que recebem um lote têm até dois anos para providenciar a construção da casa, além de capinar, roçar, cercar o terreno, caso contrário o lote é passado para outro interessado. E cada vez o número deles é maior. São pessoas da própria Camacan (zona rural e urbana), de Arataca, São João do Paraíso, dos distritos dos municípios vizinhos, e os que vieram desempregados das fazendas de cacau da região.

De acordo com o líder comunitário, as casas são inicialmente construídas de madeira, doada ou vendida pelas serrarias do município. Gradativamente, a Prefeitura providencia a infraestrutura para o fornecimento da água; a energia elétrica “não é própria”, há instalações clandestinas, mas já há sinalização da COELBA quanto ao fornecimento convencional de energia para o bairro; esgotamento sanitário não tem, não há fossas sépticas, o esgoto corre a céu aberto; mas já existe um posto de saúde e uma casa para atender a portadores de deficiência mental.

As ruas, gradativamente, vão ganhando nomes, pois é necessário um endereço para receber correspondências dos que migraram, para abrir crediário na loja ou mesmo para servir como referência a alguém que deseja visitá-los. Os moradores ainda não têm título de propriedade do terreno, no entanto “o povo, quando faz a casa, bate recibo do que tem em cima”, afirma o líder comunitário.

A maior parte do bairro da Rodoviária (Figura 32) situa-se em terreno de acentuada declividade, fato que evidencia as características do sítio urbano de Camacan, local cujo relevo apresenta-se ondulado por compor a bacia do sudeste baiano, cujas altitudes médias variam entre 200 e 400m. Houve desmatamento da encosta para possibilitar a construção das casas. Em virtude da necessidade de sobrevivência dos mais pobres e da letargia dos poderes públicos estabelecidos, quanto ao fomento à construção de moradias populares, as preocupações ambientais são secundarizadas e o uso do

solo urbano acompanha os procedimentos que têm caracterizado a urbanização brasileira: negligência da gestão urbana quanto aos expedientes do planejamento urbano, uso desordenado do solo e legalização compulsória da “cidade ilegal” (TRINDADE, 2001).



Figura 32 - Expansão urbana - zona sudeste de Camacan.

A expansão urbana em Camacan, especialmente na região sudeste da cidade, aponta para a necessidade de ações do poder público municipal, no sentido de elaborar políticas que otimizem o uso do solo urbano; essas políticas passam necessariamente pela elaboração e consecução de um plano diretor urbano realmente coerente com a organização socioespacial de Camacan, e com a alocação de equipamentos e serviços estratégicos nos lugares apontados no plano e referendados pela população local. Convém lembrar que o município de Camacan enquadra-se entre aqueles para os quais há legislação federal que normatiza a exigência de elaboração de um Plano Diretor Urbano; segundo o Artigo 182 da Constituição Federal de 1988, os municípios com mais de 20.000 habitantes devem elaborar

seu Plano Diretor Urbano; esta normatização foi referendada em 2001 com a aprovação da Lei Federal nº 10.257, o Estatuto da Cidade (TRINDADE, 2005b).

8 O FLUXO DE PESSOAS: A CRISE, A EMIGRAÇÃO E A CIDADE

[...] por isso tiveram que sair e foram pra beira da praia.

SR. COSME DOS SANTOS, PRES. DO SIND. DOS TRAB. RURAIS DE CAMACAN

De acordo com os dados do IBGE (Censos 1980, 1991, 2000), Camacan inclui-se entre os municípios baianos que registraram perda de população entre 1980/2000. Dentre esses municípios, encontram-se alguns que, como Camacan, estão localizados na microrregião Itabuna-Ilhéus: Ibicaraí, Jussari, Itaju do Colônia, Floresta Azul, Arataca e Pau Brasil.

Tabela 1 - Emigração líquida com perdas absolutas de população

Município	População			Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1980	1991	2000	1991-2000
Jussari	9.059	8.470	7.556	- 1,26
Itajú do Colônia	10.832	9.773	8.580	- 1,44
Camacan	40.498	37.023	31.055	- 1,93
Arataca	15.534	13.594	11.218	- 2,11
Pau Brasil	18.792	16.179	13.048	- 2,36
Mascote	19.212	20.178	16.093	- 2,48

Fonte - SEI, 2003; IBGE Censos 1980, 1991, 2000.

A tabela apresenta a população absoluta de Camacan e dos municípios do seu entorno imediato, entre as décadas de 1980 e

1990. Os números registram perdas significativas do contingente populacional no decorrer do período referenciado. Tais números registram a emigração líquida ocorrida nos municípios da “região do cacau”, especialmente dos que migraram das zonas rurais, mas também de muitos que viviam nas cidades e tiveram que ir embora em virtude da escassez de trabalho nos espaços rural e urbano.

Apesar dessas perdas de população por emigração, vale ressaltar que Camacan, no âmbito da região Litoral Sul da Bahia, está entre os 10 municípios cujos graus de urbanização em 2000 situam-se acima de 50% (IBGE, 2000). Naquele ano registrou-se que 78,19% da população de Camacan viviam em espaços considerados, oficialmente, como urbanos – a sede e os distritos – apesar de grande parte dessas pessoas tecerem, no seu cotidiano, relações que são eminentemente rurais, até mesmo por viverem na cidade ou nos distritos e terem como ocupação uma atividade no setor primário.

Neste mesmo período, por outro lado, a região do Extremo-Sul da Bahia teve sua população aumentada consideravelmente; tal aceleração do ritmo de crescimento populacional certamente se deve à ampliação dos movimentos migratórios de outras regiões, como a Litoral Sul. Se a análise da tabela 01 nos revela a perda de contingentes populacionais no Litoral Sul, os dados da tabela 02 informam acerca dos ganhos expressivos de população verificados no Extremo-Sul da Bahia no mesmo período.

Tabela 2 - Extremo-Sul: população de alguns municípios que apresentaram imigração líquida

Município	População			Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1980	1991	2000	1991-2000
Santa Cruz Cabralia	7.557	6.535	23.888	15,49
Porto Seguro	14.419	34.661	95.721	11,95
Mucuri	15.143	17.606	28.062	5,32
Alcobaça	11.672	15.410	20.900	3,44
Teixeira de Freitas	49.269	85.547	107.486	2,57
Nova Viçosa	18.587	25.570	32.076	2,55

Fonte - SEI, 2003; IBGE Censos 1980, 1991, 2000.

Com exceção de Teixeira de Freitas, os demais municípios que aparecem na tabela são litorâneos e têm no turismo importante atividade econômica. Tais acréscimos populacionais são majoritariamente urbanos, ou seja, as pessoas que imigraram foram atraídas em função das atividades produtivas formais e informais oferecidas nas cidades, ou porque possuíam algum membro da família ou amigo já instalado no lugar – esta informação apareceu em grande parte das falas dos nossos entrevistados em Camacan; para estes, muitos dos que emigraram de Camacan “seguiram o rastro” de alguém que foi antes, principalmente em direção às cidades litorâneas do Extremo-Sul da Bahia ou para o Estado do Espírito Santo. Em Porto Seguro, como corolário desse processo migratório, existe hoje um bairro chamado “Baianão” que é constituído predominantemente por emigrantes oriundos de Camacan, Pau Brasil, Arataca, Santa Luzia e outros municípios da “região cacauceira”. As periferias de Porto Seguro foram ampliadas significativamente após a crise regional de 1989.

Percebe-se que a crise da cacauicultura no sul da Bahia provocou profundas alterações na configuração urbanoregional do Litoral Sul do Estado da Bahia, e mesmo de outros estados da Federação. Redefiniu novas relações e novos conteúdos no

espaço rural; alterou as articulações entre o rural e o urbano; exigiu novas leituras acerca de paradigmas regionais tradicionalmente estabelecidos – a região cacaueira; obrigou os atores sociais envolvidos a rever os seus papéis e redimensionar suas ações com relação às atividades associadas à cultura do cacau; transformou radicalmente a paisagem urbana, não tanto pelos novos (e poucos) signos da modernidade que foram inseridos, mas principalmente pela exacerbação da pobreza urbana patente nos barracos e casebres expostos nas periferias das cidades “do cacau” às margens da BR-101. Estas periferias que estão se expandindo rapidamente sem que sejam tomadas providências pelos poderes públicos locais no sentido de orientar o uso do solo urbano e dotar esses novos bairros das condições mínimas de serviços e infraestrutura indispensáveis à vida.

Antes de chegarmos em Camacan (em 2003) para o início da pesquisa, ainda na BR-101, nosso primeiro contato com o lugar deu-se a partir do distrito de São João de Panelinha – paisagem à margem esquerda da rodovia (Figura 33).

Ao visualizarmos aqueles casebres de madeira no alto, no morro, nos perguntamos: onde está a pujança, a riqueza do município outrora grande produtor mundial de cacau? A região era rica, mas os resultados da riqueza eram apropriados seletivamente pelos envolvidos com os negócios do cacau. Nada de novo há nisso, obviamente, se considerarmos que tal contexto insere-se no âmbito do processo geral de reprodução do capital. Mas, ainda assim, devemos ponderar acerca das formas como este capital tem sido historicamente apropriado na região. A condição de trabalhador – rural ou urbano – implica em condições menos vantajosas que a dos detentores dos meios de produção, numa sociedade capitalista. Entretanto, a condição de pobreza do trabalhador, quando transformada em pobreza extrema e/ou miséria social, inviabiliza a própria assimilação dos

conteúdos novos que o processo produtivo tende a exigir – como as inovações tecnológicas. Mais que isso, a condição de pobreza extrema retira do homem todo o sentido de sua humanidade e nega-lhe as possibilidades de construção do futuro.



Figura 33 - Recorte da paisagem no Distrito de S. João de Panelinha.

As periferias urbanas estão se expandindo muito rapidamente na região, como já mencionado, no tempo e no espaço. Simultaneamente, aumentam os reclamos dos mais pobres por habitação, saúde, educação e trabalho, requisitos essenciais à realização da vida. A cidade que temos hoje pode servir de parâmetro para projetarmos a cidade do futuro. As decisões que forem tomadas agora – coletivamente – implicarão no tipo de cidade (e de cidadão) que teremos em breve. Isto serve para São Paulo, Itabuna ou Camacan. É preciso que as coletividades se envolvam de fato com as questões municipais. É preciso construir instrumentos democráticos que incentivem e permitam a participação popular quanto aos destinos da cidade (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Parafraçando

Henri Lefébvre (1991), faz-se necessário construirmos juntos uma nova maneira de nos relacionar com o espaço urbano, para que se possa garantir efetivamente o direito à cidade, não para uma minoria privilegiada, mas também para todos aqueles que, excluídos da cidade, às portas do urbano, aguardam pelo momento em que possam de fato viver plenamente a/na cidade.

9 OS NOVOS CONTEÚDOS URBANOS: A CAMACAN DO SÉCULO XXI

Um (novo) equipamento industrial foi instalado no vetor sudeste de Camacan, às margens da BA-251, sendo imediatamente alçado à categoria de signo urbano emergente, presente no discurso e no inconsciente dos diferentes atores sociais consultados. É a promessa de transformação. Apenas um objeto urbano, entretanto, preche de significados.

De acordo com os dados da Prefeitura Municipal (2004) e do IBGE (2000), Camacan conta com indústrias de pequeno porte, distribuídas principalmente no setor de bens de consumo não-duráveis e de construção, entre elas: laticínio, palmito, confecções, artesanato, cerâmica, telhas e tijolos, além das indústrias madeireiras que produzem móveis, janelas e portas. São pequenas unidades de transformação cujo resultado da atividade tende a atender à demanda local e aos municípios do entorno imediato.

Recentemente, como corolário das políticas nacionais de desconcentração industrial, foi instalada na cidade uma unidade fabril da Indústria de Confecções *Malwee*, um novo objeto inserido na paisagem urbana de Camacan. A materialização da fábrica na paisagem tem um significado tão profundo para os moradores do lugar que passa a compor o discurso de grande parte deles. Na construção desse discurso, que é simultaneamente individual e

coletivo, emerge o desejo de transformação e a crença de que os problemas sócioeconômicos serão minimizados a partir do início das atividades da fábrica.

Para o representante do Executivo Municipal, a chegada da *Malwee* significaria uma importante alteração da realidade, especialmente pelo impacto da geração imediata de 270 empregos que, somados aos indiretos, poderia atingir a quantidade de 500 postos de trabalho; havia “esperança”, naquele momento, de que, após o início das atividades da indústria, a cidade/o município pudesse caminhar efetivamente para a consolidação da diversificação das atividades produtivas; além disso, o pagamento de salário aos empregados significa maior circulação de dinheiro no comércio de Camacan.

Sendo assim, a clonagem do cacau seria responsável pelo revigoreamento da agricultura regional; os novos ramos de atividades informacionais – como a venda de *software e hardware* – e a abertura de novos estabelecimentos teriam o papel de ressignificar as funções comerciais da cidade no contexto da sua hinterlândia imediata; e finalmente a indústria, promessa de transformação da economia urbana/regional e de inserção do lugar – Camacan - no âmbito das novas lógicas de um mundo globalizado, em que à desconcentração da indústria dos grandes centros metropolitanos vincula-se sua territorialidade em cidades de médio e pequeno portes, muitas vezes distantes dos grandes centros da economia nacional.

A *Malwee* (Figura 34) instalou-se em Camacan em meados de 2003, entrando de fato em funcionamento em 12/11/2003, com a razão social Confecções Camacan Ltda. Trata-se de uma empresa ligada às atividades têxteis, com sede em Santa Catarina. Segundo informações de sua administração local, a unidade de Camacan é a única localizada fora do Estado de Santa Catarina. A fábrica foi instalada às margens da BA-251, nas proximidades da Estação Rodoviária; o galpão foi subsidiado pelo governo do Estado da Bahia e construído em terreno cedido pelo Município. A energia elétrica, a água e a telefonia são custeadas pela própria

empresa. Entretanto há isenção fiscal para o período de 15 anos.



Figura 34 - Instalações da MALWEE ao longo da BA – 251.

A administração da fábrica é exercida por um técnico catarinense. Para atender à demanda local por emprego e à demanda da empresa por mão de obra barata foram contratadas 75 pessoas (contrariando as expectativas do prefeito), sendo 71 vagas ocupadas apenas por mulheres para as atividades de produção (segundo a administração, elas teriam “maior habilidade com as mãos”) e 4 vagas para homens, para os serviços de vigilância. Apesar de não ter havido exigência de escolaridade, mais de 50% dos empregados possuem o ensino médio completo. O salário inicial é de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), podendo atingir, após quatro meses, R\$ 294,00 (duzentos e noventa e quatro reais), números de setembro de 2004, quando o salário mínimo estabelecido por lei é de R\$ 260,00. O administrador da fábrica não vê a possibilidade de geração de empregos indiretos, como acreditava o prefeito.

Como corolário do modelo flexível de produção (HARVEY,

1998), tem-se que a contabilidade da fábrica é terceirizada; quanto à produção, o corte das roupas é feito na matriz, em Santa Catarina; na unidade de Camacan apenas se concretiza a costura das peças. Estabelece-se, assim, os princípios da desterritorialização da produção, na medida em que fabricados em pedaços e em vários lugares, os produtos também se desenraízam, não sendo mais determinados pela sua territorialidade, o que viabiliza uma administração globalizada (HAESBAERT, 1995; 2001; 2002), fundada nos vetores das chamadas inovações tecnológicas do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994; 1996b; 2000; 2001) que possibilita, através das redes geográficas, as articulações entre os lugares da gestão, da produção, da circulação e do consumo.

A fábrica está produzindo camisas e camisetas de algodão, principalmente para a linha infantil. A produção mensal é de 120.000 peças destinadas ao mercado nacional (98%) e ao Mercosul (2%). O transporte e o escoamento da produção (circulação/distribuição) também são terceirizados, sendo realizados por uma empresa que atende à matriz catarinense.

Após um ano de funcionamento em Camacan, o administrador da fábrica considera como positivo o saldo das atividades produtivas desenvolvidas pela empresa na unidade Camacan, caso contrário, segundo suas próprias palavras, “já teríamos ido embora”. Esta parece ser a lógica de um mundo em que a competitividade entre empresas (e entre lugares) passa a requalificar o conteúdo da configuração socioespacial, uma vez que “o imperativo da competitividade exige que os lugares sejam previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior” (SANTOS, 1996b, p. 271).

Nesse sentido, pensar em Camacan e nos novos conteúdos da reconfiguração urbanoregional discutidos anteriormente, impõe que se reflita, como sugere Santos (1996b), que o exercício de tais ações passa a depender da existência (e permanência), em

Camacan, das condições locais que garantam eficácia a esses processos (industriais, tecnológicos, culturais). Ao se realizarem tais processos, muitas vezes são vistos apenas como “questões locais”, especialmente pelas pessoas que vivem no lugar; portanto, faz-se necessário articulá-los às demais escalas da análise geográfica (regional, nacional, mundial), para que seja possível compreender as teias de ações políticas, econômicas e culturais que inter-relacionam a ordem global, universal, planetária, com a ordem próxima, local, regional, experienciada no cotidiano.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reprodução do espaço geográfico de Camacan e de sua hinterlândia, tradicionalmente relacionado ao processo geral de reprodução do capital dentro do agronegócio do cacau, só se explica quando articulamos o lugar com o mundo, e toda a teia de relações sociais viabilizadas por intermédio das ações endógenas e exógenas que produzem paisagens, territórios e regiões particulares. Da mesma forma, atualmente, a cidade e a região devem ser analisadas através desses pressupostos que articulam efetivamente os conteúdos espaciais com as diferentes escalas geográficas e os lugares em que essas ações se processam (Camacan, seu entorno, a região Itabuna-Ilhéus, a Bahia, o Brasil, o mundo).

Apesar de exposta aos reclamos externos (as transformações exigidas recentemente) e simultaneamente procurando (re)construir sua lógica interna própria (a permanência da cultura do cacau, mas com novos conteúdos), Camacan deve buscar encontrar um sentido novo, que pode (e deve) ser construído utilizando-se das lições que ficaram em decorrência dessa última crise da lavoura cacauzeira (1989), sem deixar de refletir acerca de como esses novos conteúdos (como o industrial) devem ser assimilados e de como a sociedade local pode participar, efetivamente, na construção do

presente – que aponta para o futuro.

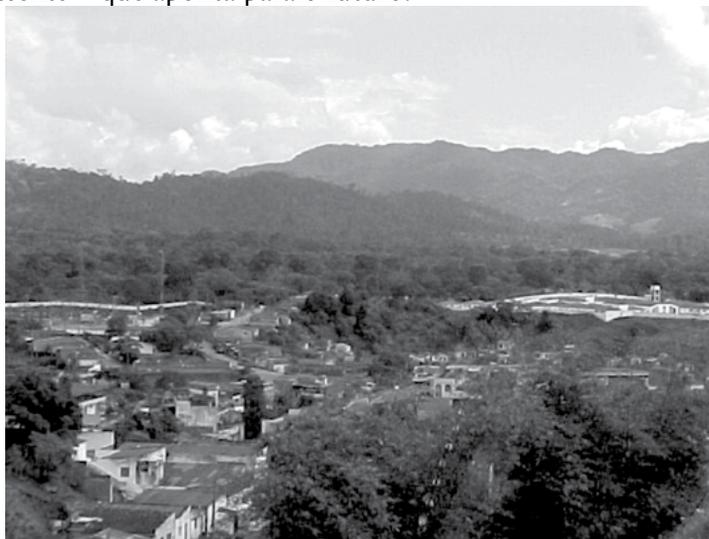


Figura 35 - Um recorte da paisagem urbana de Camacan atualmente.

Nesse espaço localmente construído, podemos encontrar, como observa Santos (1996b), os elementos que articulam a lei do mundo e a lei do lugar (Figura 35). Cabe, assim, à sociedade local, se apropriar da sua própria história – recente e mais distante no tempo – a fim de que possa decidir quais os caminhos mais acertados para a (re)construção de Camacan – a cidade e o município – e de como esse lugar deve projetar sua inserção nos contextos regional, brasileiro e mundial.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **A Cidade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CAR/BA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia. **Subespecialização Regional**. Salvador: CAR, 1997.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, Roberto Lobato et al. (Orgs.). **Paisagem, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 13-74.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1991.

COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização. In: **Bahia**: análises e dados. Salvador: SEI, 2000. p. 38-52.

DAVIDOVICH, Fanny. Metrópole e Contemporaneidade: algumas pontuações. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 57-72.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluázio Capdeville. **A Região Cacaueira da Bahia**. Recife: SUDENE, 1983.

ESTATUTO DA CIDADE. **Lei 10.257**. Brasília, 10 de Julho de 2001.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp, 2000.

GRAMACHO, Ivan da Costa et al. **Cultivo e beneficiamento do cacau na Bahia**. Ilhéus: CEPLAC, 1992.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Org.). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.

165-205.

_____. Território, Cultura e Desterritorialização. In: CORRÊA, Roberto Lobato et al. (Orgs.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 115-144.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1980**.

_____. **Censo Demográfico 1991**.

_____. **Censo Demográfico 2000**.

KLINK, Jeroen Johannes. **A Cidade-Região**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMACAN. **Propostas do Plano Diretor Urbano**. 2003.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996b.

- _____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1996c.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Dinâmica Sociodemográfica da Bahia 1980 – 2000.** Salvador: SEI, 2003.
- _____. **Recentes transformações no rural baiano.** Salvador: SEI, 2003.
- SILVA, Armando Correia da. **Geografia e lugar social.** São Paulo: Contexto, 1991.
- SOUZA, Álvaro José de et al. (Orgs.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade.** Cascavel/PR: Edunioeste, 2000.
- SOUZA, Geórgia Juli Goes. **Transformações socioeconômicas na cidade de Camacan.** Projeto de Iniciação Científica. Ilhéus: UESC, 2005.
- TRINDADE, Gilmar Alves. **A participação das Associações de Moradores na produção/gestão do espaço urbano em Itabuna/BA.** Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 2001.
- _____. A gestão do espaço urbano local. In: **Revista Especiaria**, n. 11,12 (jan/dez.2003). p. 197-219. Ilhéus/Editus, 2005a.
- _____. Práticas recentes na gestão do espaço urbano em Itabuna/BA. In: **Revista GeoTextos**, v. 1 (dez. 2005). p. 117-135. Salvador: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFBA, 2005b.

CAPÍTULO 3

CAMACÃ: SÍMBOLO DAS TERRITORIALIDADES DA CULTURA CACAUEIRA

Maria Helena Gramacho

Nesta vida que a todo instante nos expõe ao acaso ou à fria indiferença do destino, as trajetórias existenciais dos indivíduos e das coletividades sofrem impactos e guinadas, imprevisíveis e irremediáveis, abrindo-se abismos insondáveis onde tudo só fazia pensar em macios aclives e planaltos (REALE, 1977, p. 222).

1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES: UM OLHAR CULTURAL

O nosso olhar neste trabalho recai sobre uma discussão de corte cultural da trajetória, permanências e transformações têmporo-espaciais da cidade de Camacã, cuja paisagem simboliza e espelha o espaço de tradição da produção da lavoura cacaueira ou, simplesmente, o território do cacau, cultura consolidada há mais de um século.

Trata-se de apresentar alguns resultados alcançados num estudo sob esta ótica concernente às transformações advindas da maior crise que se instalou nesta lavoura a partir das últimas décadas do século XX (1980 – 1998), causada por uma multiplicidade de fatores históricos, como a herança colonial, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a estrutura agrária e seus conflitos com o desenvolvimento econômico, a incursão da globalização e, concentrando sobre si todas essas causas e tornando-se a principal

responsável pela *débâcle* regional e, por extensão, pela “quebra” da cidade de Camacã, a “vassoura de bruxa” (*Crinipellis perniciosa*), doença que se tornou responsável por “baixar o pano” da cena final da era do monopólio do cacau no Sul da Bahia.

É impossível teorizar sobre uma sociedade urbano-regional sem inserir nessa teorização o rural-regional e sem a compreensão das suas formas e dos processos pelos quais ambos são constituídos culturalmente. Esta é a razão pela qual a análise das transformações culturais de Camacã perpassa pela discussão dos contornos histórico-culturais do rural-urbano da região, cujo passado e tradição se inserem na construção do presente.

2 A CULTURA COMO CENTRO DE CONVERGÊNCIA DOS TEMPOS

Otávio Paz diz, com seu discurso poético, que “a visão do agora como centro de convergência dos tempos [...] transformou-se numa crença subjacente nas atitudes e ideias da maioria de nossos contemporâneos. O presente tornou-se o valor central da tríade temporal” (In REALE, 1977 p. 159). O autor se refere às mudanças relacionais entre os três tempos, salientando, porém, que essa mudança não implica o desaparecimento do passado ou do futuro, que, ao contrário, adquirem maior realidade e ambos, passado e futuro, tornam-se dimensões do presente, ambos são presenças e estão presentes no agora.

A crise atual global se reveste de múltiplas dimensões: crise monetária, crise industrial, crise do mercado de trabalho, crise do Estado-providência, crise da cultura. Quando uma região mergulha numa crise, como a região cacaueira, a realidade sofre um processo de ruptura, perturbando a tradição e, nesse jogo de crises, os acontecimentos acarretam movimentações intensas desestabilizadoras que

se encadeiam, se sobredeterminam e se sobrepõem umas às outras.

Vivemos um tempo marcado pela ênfase dada às noções de ruptura, de diferença, de pluralidade. “Enquanto em outros momentos culturais insistia-se na noção de continuidade e unidade, hoje, como um dos traços característicos do pensamento contemporâneo, prevalecem as categorias de multiplicidade, de corte, de alteridade” (PESSANHA, In: BORNHEIM, 1997, p. 17).

A mudança é o processo pelo qual o futuro invade nossas vidas e é importante examiná-la de uma maneira mais íntima, não apenas a partir da perspectiva da história, mas também do ponto de vista dos indivíduos que trabalham, amam, choram, riem; que respiram cotidianamente e que experimentaram a grande virada da vida.

São as crises que empurram a história para novos horizontes. “A experiência da ruptura tornou-se o espaço ‘natural’ em que se move o homem contemporâneo” (BORNHEIM, 1997, p. 20). São homens e “homens”: aqueles que mandam do alto dos seus postos avançados, que ganham as guerras, vencem as crises, traçam destinos, comandam territórios, e aqueles outros sem voz, que caminham pelas frestas da terra, se satisfazem com as sobras das “generosas” parcelas do poder; homens desumanizados, desconstruídos, desterritorializados, destituídos do saber, do poder e do querer humanos. Foram, outrora, nações altivas nas suas culturas, (Tupi, Guarani, Tapuia, Xavante, Yanomami, Kaingang, Krahô, Tupinambá, Txukarramãe, Pataxó, Yawalapiti, Kalapalo etc.) e hoje, pontilham territórios dispersos pelo Brasil, alguns em aldeamento, ou desaldeados, como memória viva dos antigos Filhos da Terra, Filhos do Sol e Filhos da Lua, no limiar do extermínio cultural.

Nos tempos de pós-modernidade, tornou-se impensável a abordagem do conceito de tradição independentemente desse seu corolário atual que é a ruptura, a crise. “No passado, o surto da ruptura não conseguia prejudicar de modo substancial a estabilidade

da tradição” (BORNHEIM, 1997, p. 15); hoje, é justamente uma força de destruição cultural que vem caracterizando os novos tempos.

As utopias sonhadas pelos instauradores da burguesia do cacau começam a tornar-se realidade concreta em meados do século XVIII, quando se inicia o desbravamento e a implantação, na Bahia, dessa cultura, graças “à lógica do lucro e do cálculo capitalista”, e teve como pano de fundo “a crise da indústria açucareira no Brasil colonial”. Nessa época o cacau ocupou a hinterlândia da cultura canavieira litorânea e se firmou graças à figura do “desbravador, um capitalista que aspirava converter-se também em proprietário fundiário, dirigente do processo produtivo” (BAIARDI, 1984, *passim*). Nesse período (1746-1820), o imenso arquipélago da economia colonial brasileira, constituída de produtos tropicais de exportação e de natureza escravista, entra em crise. O cacau, economia agroexportadora, tem a função de acumulação primitiva em escala mundial, produzindo excedentes que se transformavam em lucro no comércio internacional, criando mercados nas colônias e determinando que o lucro gerado fosse apropriado pela burguesia metropolitana e pelo local.

De 1821 a 1895 o “desbravamento se consolida” (BAIARDI, 1984, p. 57) e a produção passa a ter um retorno ampliado do capital-dinheiro permitindo a acumulação capitalista que, por sua vez, possibilita a compra da força-de-trabalho de imigrantes, originários na sua maior parte das áreas carentes da Bahia, Sergipe e Alagoas (CEPLAC, 1976, p. 49).

Por um tempo, essa realidade utópica se fez presente na configuração espacial da região cacauzeira, com toda a pujança do seu significativo “verde”, mas essa paisagem foi bruscamente transformada pela crise que se aliou a uma outra mais geral, a crise na nossa tradição ocidental, trazida pela globalização.

Nietzsche tem razão: são todas as formas passadas de tradição que ostentam os sinais de desgaste; o mundo se fez uma “aldeia global”, num processo que, tudo indica, é irreversível. Somos levados a crer, por

isso, que o próprio conceito de tradição (e não apenas as suas formas concretas), passa a manifestar transformações em seu sentido último.

Compreendemos aqui tradição como o “conjunto de valores dentro dos quais estamos estabelecidos; não se trata apenas de formas do conhecimento ou das opiniões que temos, mas também da totalidade do comportamento humano [...], do conjunto de valores constitutivos de uma determinada sociedade” (BORNHEIM, 1997, p. 20).

A prova mais contundente das transformações na tradição está precisamente na profunda modificação que se verifica hoje no caráter regional da cultura. Essa clivagem teve início quando houve o entrelaço entre as culturas dos pioneiros ou desbravadores e os autóctones, no avanço inexorável do capital sobre a terra, contenda que se revestiu de uma ferocidade ímpar no tempo dos coronéis e que se arrasta até os dias atuais.

Desse modo, podemos dizer que o crescimento da lavoura cacaueteira esteve historicamente associado à destruição da sua matriz cultural indígena e se reveste de um grande teor maléfico que destinou nações e indivíduos a um lugar subalterno na sociedade, assunto ao qual voltaremos mais adiante.

Camacã foi esmagada por uma ruptura na sua tradição, quando seu crescimento econômico, assentado sobre um capital altamente concentrado nas mãos dos grandes e médios proprietários, sofre um colapso, levando a cidade a perder cerca de 1/3 de sua população em menos de uma década, em função da crise produtiva na lavoura cacaueteira, fator que provocou rápidas mudanças e alterações sociais que a deixaram, por um período, destituída de futuro e de perspectiva.

3 AS DIMENSÕES CULTURAIS DO URBANO-RURAL DE CAMACÃ: UM POSICIONAMENTO CONCEITUAL

Na tentativa de aplicar a ideia de cultura aos problemas

urbano-rurais da região cacaueira, compartilhamos, neste trabalho, das posições teóricas dos geógrafos que trabalham com a Geografia Cultural, como CORRÊA; ROSENDAHL; MIKESSELL; WAGNER (2000; 2002) COSGROVE, DUNCAN, JACKSON (2000; 2002; 2003), que veem a cultura desgarrada da concepção holística transcendental, concebida como uma entidade supraorgânica, uma força externa pairando sobre os indivíduos, tendo as suas próprias e autônomas leis, como variável explicativa independente. Nessa ótica, “os indivíduos são seres passivos, ‘mensageiros da cultura’”, como critica Duncan (In: CORRÊA, 2003). Segundo este autor, na concepção supraorgânica, “a cultura não explica nem o todo nem os resíduos deixados pelas teorias sociais, particularmente os da economia” (DUNCAN In: CORRÊA (2), 2000, p. 61), sendo, ao contrário, ela, a cultura, quem deve ser explicada.

A cultura não é um poder, algo ao qual pode ser atribuída a causa dos acontecimentos sociais, dos comportamentos, das formas das instituições ou dos processos de mudança; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos e explicados. “É a matriz em permanente evolução dos sentimentos e das maneiras de perceber as coisas que caracterizam todas as comunidades em um momento dado” (HERMET, 2002, p. 16).

Segundo Corrêa (2003), só a partir de 1970, quando a sociedade se torna mais urbana, é que os geógrafos passam a perceber o urbano como essa matriz cultural, e, parafraseando Berque (1998) e Duncan (1990), como marca e, respectivamente, como um texto, no qual se leem a sociedade e suas múltiplas interpretações da paisagem urbana.

Uma grande crise e o declínio de uma região, numa concepção holística da cultura, são autônomos e amplamente independentes dos indivíduos que deles participam. A ordem, portanto, seria alcançada na medida em que essas configurações de larga escala “resolvem-se por si próprias” ou “procuram seu equilíbrio”. Desse modo, “o todo e não as partes individuais é a força ativa

determinante, e os indivíduos são meros agentes que cumprem tarefas determinadas por uma causa formal transcendental, isto é, a sociedade, a cultura, Deus” (DUNCAN, In: CORRÊA, p. 67, 2003). Podemos entrever essa passividade e impotência no discurso das pessoas quando se referem a Deus como causador dos grandes acontecimentos e quando absorvem passivamente as formas representativas e simbólicas da cultura.

Nesse ponto, acrescentaremos uma questão referencial para o nosso trabalho: Camacan ou Camacã?

As línguas das várias etnias compreendidas sob o etnônimo Pataxó Hãhãhãe não estão mais operativas, salvo por vocábulos lexicais. Até 1911, as línguas pataxó e kamakã estavam seguramente em plena vigência, o que significa que o violento contato a que os índios foram compelidos, através do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), causou-lhes terrível impacto, atingindo também as línguas nativas, assunto ao qual voltaremos num capítulo específico deste trabalho. Visto isso, inferimos que nem um termo nem o outro corresponde ao original na língua kamakã, que etimologicamente significa “terras elevadas” e está relacionada aos antigos habitantes do território do atual município de Camacã e seu entorno (Instituto Sócio Ambiental, p. 1 de 19, 2006).

Entendendo que a geografia cultural não é um mero reflexo passivo das forças político-ideológicas e econômicas que, ao construir territórios vão destruindo e excluindo culturas, como a da nação “Kamakã”, adotamos, neste trabalho, a terminologia linguística menos deturpada da original: Camacã.

Por força da Lei municipal datada da década de 1960, o vocábulo Camacã foi substituído por Camacan, sendo esta, atualmente, a designação oficial do Município. Entretanto, continuamos encontrando Camacã (o município, a cidade) escrito de ambas as formas, tanto em documentos oficiais quanto nas expressões populares. Quanto a Kamakã, parece que juntamente com a língua

falada dessa nação, se perdeu no tempo, desaparecendo o seu uso. Por outro lado, respeitamos a posição daqueles que adotam o modo institucionalizado, o que explica a dupla grafia encontrada neste livro.

Sem pretendermos apresentar uma definição precisa de cultura, mesmo porque, ao fazê-lo, estaremos negando sua “subjetividade essencial” como diz COSGROVE (2003, p. 103), faz-se necessário reinterpretá-la como o trabalho da humanidade, como o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num mundo de símbolos e significados, ao qual dão sentido e atrelam valores e incluem especificidades de tempo e lugar (HARVEY, 1998).

Assim, as forças aglutinadoras que repercutiram com ressonância no mundo dos homens e das mulheres da região cacauceira de Camacã não são externas a eles e elas, visto que são indivíduos que fazem escolhas, interagem, negociam e impõem restrições uns aos outros. As instituições são resultantes da interação social e, frequentemente representam os interesses de alguns grupos em oposição a outros. A produção e reprodução da vida material é, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Nesse caso, os indivíduos são contextos para a leitura dos códigos e símbolos que incluem não apenas a linguagem como também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a crença, a cerimônia e as construções - o mundo vivido, porque “toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação” (HARVEY, 1998, p. 105). Assim é que os atores da produção cacauceira redesenharam a paisagem quando plantaram as sementes da cidade de Camacã, trazendo os cheiros do fruto do cacau, das flores e folhas da mata, os sons e murmúrios do campo que, com os acréscimos das casas comerciais, das igrejas, das residências, compõem um painel repleto de informações, de emoções, de cultura. Desse modo, um mero observador, aquele que vê apenas com a visão tridimensional, per-

ceberá a cidade em suas formas comuns, destituída de amplitude e acuidade. Tuan (1980) diz que “uma pessoa que simplesmente ‘vê’ é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena. O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos”. Trata-se então de uma observação “distante” das informações potenciais (entre as quais, as experiências do passado, as emoções, os sentimentos), e são esses dados informativos que nutrem as nossas percepções superficiais possibilitando-nos “ver” a paisagem não como resultante de um determinismo cultural, mas como uma relação simbólica que existe entre cultura e espaço.

Certamente que estamos olhando uma sociedade que apresenta uma estrutura de classes e nela a produção simbólica é apropriada e elaborada pela classe dominante (neste caso, a classe política e os grandes produtores de cacau), exercendo sobre as outras um poder simbólico que, por sua vez, é devidamente legitimado pelo discurso hegemônico, ocultando as relações específicas de dominação. A luta de classes se dá, como reconheceu Gramsci, ao nível ideológico.

Com essas referências podemos considerar então que, na apropriação simbólica do mundo do cacau, o homem vai produzindo uma multiplicidade de culturas, pintando paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicas.

4 O MOVIMENTO DA GLOBALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CACAU

Foi na década 1960 - 1970 que o termo "globalização" passou a ser utilizado com diferentes sentidos, em debates múltiplos. O seu sentido exato é contestável e não existe uma definição única e universalmente aceita para ele que, de um modo geral, tem sido concebido como

a ação à distância (quando os atos dos agentes sociais de um lugar podem ter consequências significativas para ‘terceiros distantes’); como compressão espaço-temporal (numa referência ao modo como a comunicação eletrônica instantânea vem desgastando as limitações da distância e do tempo na organização e na interação sociais); como interdependência acelerada (como a intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais, de tal modo que os acontecimentos de um país têm impacto direto em outros); como um mundo em processo de encolhimento (erosão de fronteiras e das barreiras geográficas à atividade socioeconômica); e como integração global, reordenação das relações de poder interregionais e [...] intensificação da interligação inter-regional (HARVEY, 1989; GIDDENS, 1990; ROSENAU, 1990; JAMESON, 1991; ROBERTSON, 1992; SCHOLTE, 1993; NIEROP, 1994; GEYER; BRIGHT, 1995; JOHNSON et al. 1995; ZÜRN, 1995; ALBROW, 1996; KOFMAN; YOUNGS, 1996; HELD et al., 1999, In HELD, MCGREW, 2001).

Quando se instalam as primeiras economias - mundo nos séculos XV e XVI, a produção era extremamente subordinada às condições naturais, e a circulação se dava praticamente a partir do próprio corpo. A natureza, então, é reitora da história. Na sua evolução, “a natureza diversifica-se e se faz outra porque mudam seus elementos e ela própria como um todo” (WHITEHEAD 1919, apud SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 30).

Todavia, atualmente, vivemos num mundo onde já não temos o comando e deixamo-nos governar e dominar pelas coisas; sucessivas divisões territoriais do trabalho dão movimento à sociedade e transformam os conteúdos e as funções dos lugares em que a produção é

o motor do processo (SANTOS 1997; SANTOS; SILVEIRA 2001).

Analisar a inserção da globalização num espaço agrário-monocultor tipo exportador e de tradição colonial é tarefa muito difícil, mas também muito rica. A cada olhar, nos deparamos com uma mudança de disposição de cenário diante das destruições e criações. É como virar uma página, o que "exige uma nova Paideia adequada ao novo cenário" (ARGULLOL, 1999, p. 70). Requer um olhar atento aos seus diferentes tempos, em suas diferentes escalas, em seus diferentes aspectos. Não se trata de uma delimitação fácil, como abrir uma gaveta e retirar seus significados para inseri-los em determinado local e período. Trata-se não apenas de se utilizar a palavra, mas também a imagem, a consciência, a sensação por estarmos vivendo um momento marcado por um processo de desmesurado poder de acrescentar, destruir e mudar.

Obviamente, esse processo vem acompanhado do "discurso político ou da argumentação cultural correspondente, a fim de que as populações [...], por intermédio de seus grupos dominantes, convençam-se de uma forma ou de outra de que a globalização, com seu atual conteúdo é o único horizonte natural no futuro dos povos do planeta" (ORTEGA; LOPEZ, In: SANTOS et al., 2002, p. 172).

Dessa maneira, é costumeiro se identificar a globalização por meio de seus sinais exteriores: *Mc Donald's*, *Coca-Cola*, *Fitness*, entre outros. Nos pontos mais distantes, nos deparamos com nomes conhecidos, símbolos da nova "era", objetos compartilhados em grande escala "mobiliando nosso meio ambiente" (ORTIZ, 2000, p. 10), que constituem os contornos da paisagem. As formas, os cheiros, os sons se fundem num caleidoscópio de significados que costumamos chamar de "nosso" (Figura 1).



Figura 1 - Os sinais da globalização no comércio periférico de Camacã.

As corporações transnacionais, com seus produtos mundializados e suas marcas facilmente identificáveis balizam a pequena cidade de Camacã, incluindo-a nas configurações do novo tempo globalizado: Iogurte Danone, cerveja *Budweiser*, tênis *Reebok*, chocolates *Nestlé* mapeiam sua paisagem, tornam-se familiares, símbolos estrangeiros que reduzem a tradição local a espaços periféricos de menos apelação comercial, de menos beleza: são as oficinas de automóveis, as borracharias, as feiras que, no passado, se constituíam no principal comércio, no local dos encontros dos compadres e comadres, um caleidoscópio de cores, sons e cheiros, a alma da cidade. O dia de feira se anunciava no nascer do sol, com a chegada dos animais, dos produtos, dos vaqueiros, caminhões e gente de toda a vizinhança, ostentando as melhores vestes, os melhores cavalos com seus arreios reluzentes de tão polidos. “A bênção, meu padrinho”, “a bênção, minha madrinha”, “como vai, compadre?”, “vou como Deus quer, comadre”, são expressões do linguajar comum, de um estilo de vida que se foi (Figuras 2).



Figura 2 - Feira da cidade de Camacá no início do século XX.

Hoje, os supermercados englobaram todos os tipos de mercadorias num único espaço, limitando-o a um só estabelecimento. As feiras, sem condições de competir, vão restringindo os produtos e, aos poucos, perdendo sua outrora cativa freguesia (Figura 3).



Figura 3 - O mercado moderno, Cesta do Povo, próximo à área central de Camacá.

Essa modernidade-objeto impregna as residências das fazendas, seus antigos campos de pouso, as ruas do comércio (com suas vitrinas e mercadorias em exposição), os móveis de escritório, os utensílios domésticos etc., e preenche a cidade de referências globais (ORTIZ, 2001) (Figuras 4 e 5).



Figura 4 - Casebre típico das áreas periféricas de Camacá.



Figura 5 - Sede da fazenda de um grande produtor de cacau.

O caráter da globalidade dá um novo sentido à cidade, aprofundando a divisão social e espacial do trabalho na busca de uma nova racionalidade. O emprego do saber e da técnica, da supremacia de um poder político (agora sob novas roupagens), homogeneizador, controlador e vigilante, coloniza o mundo vivido, “tanto no plano do indivíduo quanto no plano do espaço” (CARLOS, 1994, p. 192).

Desse modo, sempre acompanhada de contradições, a globalização se desenvolve sob padrões de crescimento desigual, proporcionando, para uns poucos, “fatias opulentas”, e para muitos, a grande maioria, “as migalhas, as partes desconexas do todo” (SANTOS, 1997).

Enquanto algumas coisas se globalizam, outras se tornam mais locais com o renascer das tradições regionais, a dinamização das políticas municipais, descentralização da educação e da saúde. Nessas transformações, as cidades detêm o papel mais importante (DAWBOR; IANNI; RESENDE, 1997).

Imiscuindo-se gradativamente nos espaços, nas palavras de Bernal, a globalização “provoca a transformação total dos fundamentos da vida humana” (In: SANTOS, 1996, p. 17), corroendo a cultura, acirrando fragmentações e promovendo exclusões.

5 OS ARTÍFICES DA CULTURA CACAUEIRA

O significado histórico do nascimento da região cacaueira dependeu de eventos longínquos no tempo. Mas, antes de trilhar os caminhos dos seus precursores, é necessário nos posicionarmos sobre os conceitos das categorias geográficas de análise, uma vez que a própria dinâmica territorial a isso nos obriga.

Sem entrar na polêmica que envolve os conceitos de região e território, e sobre o fim ou recomeço de ambos, polêmica que vem de há muito tempo, e entendendo os conceitos como instrumentos teóricos e recursos analíticos para compreender o real, tratamos a

categoria “região” como uma parcela dentro de uma meso-escala onde se manifestam determinados processos sociais formadores de uma identidade regional, “um produto de um processo social determinado que, expresso de modo complexo no/pelo espaço, define-se também pela escala geográfica em que ocorre, podendo ser assim um tipo de território” (HAESBAERT, 2002, p. 148).

Tomamos a liberdade aqui de adotar e transpor o conceito de região proposto por Haesbaert em seu trabalho na Campanha Gaúcha como:

um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classes que nele reconhece sua base territorial de reprodução (HAESBAERT, 2002, p. 138, grifo do autor).

Por seu turno, podemos considerar que território tem um sentido mais amplo que região, pois envolve as múltiplas formas de apropriação do espaço, nas diversas escalas espaço-temporais. O território incorpora sempre uma dimensão simbólica referente a uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais aos espaços que compartilham como forma de “controle simbólico”, além da dimensão mais concreta de caráter “político-disciplinar” referente à ordenação do espaço como forma de “disciplinarização dos indivíduos” (HAESBAERT, 1977, *passim*).

O território é, portanto, o produto de uma relação desigual de forças envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

Desse modo, na Microrregião Ilhéus-Itabuna (mais precisamente na zona contínua do Litoral Sul da Bahia), esta tradicional

região cacauera da Bahia (SILVA, 2004) ou o território do cacau, área de maior produção desta cultura.

A expansão planetária da lógica do capital transformou o mundo em um conjunto de sistemas. No passado, a região acolhia em seu seio o absoluto. Hoje, o sistema expulsa esse mesmo absoluto. Vivemos sob um processo de sistematização constante de todas as formas, desde o tráfego e a construção urbana até as formas de organização da produção e da distribuição de riquezas (SOUZA, A.J.; SOUZA, C.; MAGNONI JÚNIOR, 2000).

A região do cacau expressa muito mais do que a manifestação concreta de suas fazendas, estradas, cidades, matas. Nela há espaços ou territórios (enquanto espaços, concreta e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola, em muito, os seus limites físicos e sua utilização material. São os denominados “espaços de referência identitária” (POCHE, 1983, In: HAESBAERT 1977, p. 149), a partir dos quais se cria uma leitura simbólica, que pode ser sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas da qual, de qualquer forma, emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva que, neste caso, é também uma identidade territorial.

Na formação das identidades da região cacauera, fortalecidas não apenas pelos territórios “naturais” em seu sentido concreto, mas também por territórios simbólicos, todo o passado está presente, convergindo e pesando para a significação dos fatos que hoje se experienciam.

Assim, “pode-se dizer que o futuro se contém, até certo ponto, no passado” (REALE, 1977, p. 216), que inclui todas as transformações e inovações que transcorreram pelas sendas da história, agregadas aos diversos eventos para formar o fugidio presente. Mas, há algo no passado que condiciona o futuro, de tal modo que “a realidade se mantém sempre dentro de um horizonte de possibilidades, desejadas ou temidas, em todo caso, possibilidades abertas” (GADAMER, In: REALE, 1977, p. 217).

No Brasil colonial, a paisagem rural era bastante individualizada, ainda não se constituindo em dificuldade a separação campo e cidade. Nessa época, “o mundo rural era o quadro da existência da maior parte da população brasileira (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 40), o que perdurou até meados do século XX, – ainda em 1940, 70% da população aí residiam”, especialmente em regiões da “grande lavoura”, como a cana-de-açúcar, café, cacau. Essas culturas constituíam as unidades fundamentais dos processos econômicos, sociais, culturais e políticos no limiar do século XX enraizadas no Brasil colonial, não significando, porém, que sejam concebidas como “comunidades rurais isoladas” (ibid., p. 42).

Gerada pelas frentes pioneiras, a cidade de Camacã se situa na parte leste do município, entre vales, colinas e morros. Centro administrativo e financeiro, a cidade encontra-se estreitamente articulada ao cacau. Sua vitalidade cultural vincula-se a este traço identitário que a distingue das cidades de outras regiões, possuindo uma centralidade significativa, advinda da tradição e da difusão dos conteúdos culturais da região (ORTIZ, 2000, p. 74).

Considerando que o cacau se constitui numa monocultura de exportação, de exploração do trabalho e da natureza, a sua relação com a sede municipal e seus distritos é parte integrante das suas condições de existência e seu território foi se expandindo na medida em que uma rede de estradas foi sendo gradativamente instalada.

O cenário físico-ambiental revela um município “completamente inserido no domínio da floresta ombrófila densa e sua vegetação é basicamente caracterizada por estágios de regeneração florestal associados à ação antrópica, podendo ser encontrados fragmentos de mata em estágio inicial (capoeira), médio e avançado de regeneração” (Figura 6).



Figura 6 - A cidade com o seu entorno de matas semi-devastadas.

Por outro lado, a maior parte do município encontra-se em diversos estágios de degradação pela introdução da cultura do cacau (Plano Diretor Urbano de Camacan, 2003); isso porque a CEPLAC, para aumentar a produtividade em um curto período de tempo, reduziu o número de árvores do extrato superior da mata em cerca de 1/3 do total anteriormente existente. Essa medida se baseou em experimentos conduzidos pelo CEPEC (Centro de Pesquisas do Cacau) que demonstraram conclusivamente que nas condições de uso de fertilizantes e calagem aliadas ao controle de sombreamento, usualmente feito com a “retirada do excesso de sombreamento pelo processo de envenenamento” (ALVIM; ROSÁRIO, 1972, p. 36), o aumento da produção em um ano seria de cerca de 30 a 50%. Portanto, grande parte da mata foi destruída e com ela as populações indígenas que tinham as terras do cacau como seu território.

Criou-se, assim, o mito da lavoura cacauieira como “preservacionista”, discurso esquecido com o advento da crise, quando o restante das árvores de madeira nobre foi vendido para reposição do capital. Muitas fazendas retiraram completamente a mata para implantar outras culturas em substituição ao cacau, como o café, deixando na paisagem enormes clareiras de vegetação rala, com

acentuado processo de erosão. Em 1972, a região cacauceira tinha 500 aplicadores de “arboricida” (Arsenito de sódio e Tordon-101) trabalhando todo o ano (ALVIM; ROSÁRIO, 1972). No entanto, não resta dúvida que a plantação do cacau no sistema agroflorestal de cabrucamento, plantio sem destruição do manto florístico total, no qual o cacau forma um sub-bosque (o que ocorreu em poucas áreas), conservou mais a mata, ao contrário das regiões onde predominaram atividades de silvicultura e pecuária (Figuras 7, 8, 9 e 10).



Figura 7 - Cacaueiro com vassoura-de-bruxa, vendo-se os galhos em forma de vassoura e os frutos secos.



Figura 8 - Cacaueiro saudável, com sombreamento em sistema de cabruca.



Figura 9 - Cacaueiro clonado, medida de resistência à progressão da vassoura de bruxa.



Figura 10 - Cacaual com sombreamento de eritrina.

Camacã pode ser considerada a área “core” da região cacauera da Bahia, pelo acervo de identidades regionais difundidas, ou apenas imaginadas, vinculado ao cacau, como a literatura, as festas, o folclore. Os livros de Jorge Amado e Adonias Filho, as músicas regionais, as festas profanas e religiosas etc. são manifestações culturais eivadas de identificações estereotipadas e muitas vezes idealizadas sobre coronéis e a cultura cacauera.

No sentido de descortinar o amplo panorama geográfico-cultural da cidade de Camacã e sua hinterlândia, tentaremos fazer emergir do processo histórico as figuras-símbolos da região do cacau, inserindo-as numa ordem superior de eventos, numa dialética que inter-relaciona as partes e o todo envolvente de significações que formam a “consciência comum”, que Reale (1977, p. 235) indica como o “complexo de inclinações, tendências, atitudes ou estilos de vida vigentes”, que formam o modo de ser próprio de dada comunidade nacional.

5.1 OS PIONEIROS DESBRAVADORES

A personalidade da região cacauera foi sendo construída num longo trajeto do seu espaço produtivo em que os traços do passado cristalizavam-se como tradições e símbolos. No início, esse traçado esteve ligado ao ritmo constante da natureza.

No final do século XIX e início do XX, pioneiros e aventureiros se embrenharam pela Mata Atlântica, abrindo caminhos por entre o emaranhado de árvores e cipós a machado e facão, descendo e subindo rios e contornando cachoeiras, à procura da terra ideal, aquela que acolheria o fruto dourado que se tornaria o símbolo de uma época e de uma região: o cacau.

A história de Camacã se confunde com as origens do plantio das primeiras mudas de cacau na Fazenda Cubículo, localizada em Canavieiras, sesmária doada por D. Pedro II à família Ribeiro.

Em 1888, com 12 homens, João Elias Ribeiro empreende uma expedição subindo o Rio Pardo, alcançando a nascente do Rio Panelão, onde semeiam as primeiras sementes. A expedição deixou esculpida numa pedra o marco de uma missão cumprida. Surge o primeiro símbolo daquela que se tornaria conhecida como região cacauera. Dez anos depois, o mesmo João Elias Ribeiro (Figura 11) realiza uma segunda expedição e, defrontando-se com a exuberância das plantas semeadas, carregadas de frutos, inicia o plantio sistemático do cacau, na fazenda Vargito, que dá origem a Camacã. As primeiras construções simbolizam a posse do território do cacau: a casa sede e a capela.



Figura 11 - Coronel João Elias Ribeiro.

Fonte - CEDOC, UESC.

A esposa de João Elias Ribeiro, Dona Carolina Severiana Ribeiro, era natural de Alagoinhas, Bahia. Conhecida como “Mãe Calu”, católica fervorosa, morou na Fazenda Lagos, no município de Canavieiras, até a sua morte, em 1924, aos 75 anos de idade (Figura 12).



Figura 12 - Dona Carolina Severiana Ribeiro.

Fonte - CEDOC, UESC.

Segundo D. Maria Joaquina, tataraneta de João Elias Ribeiro e proprietária da fazenda Rainha do Sul, (onde foram feitas as primeiras experiências de clonagem do cacau, e hoje é uma pousada ecológica), a partir dessa época (1892), seus tios-avós Manoel Elias Ribeiro e Antonio Elias Ribeiro começaram a chegar. As terras foram distribuídas, cabendo, a cada um, 50 hectares (Figuras 13 e 14).

*A Pousada Rainha do Sul surge como
uma homenagem aos primeiros
destruidores da região.*



Figura 13 - Sede da Fazenda Rainha do Sul, no início do século XX.

Fonte - CEDOC, UESC



Figura 14 - Pousada Rainha do Sul, início do século XXI.

Esses pioneiros, ao empreenderem a grande jornada para a implantação da monocultura do cacau às margens do rio Panelão, abrem as primeiras estradas de “chão” ao longo da linha de apropriação das terras e das primeiras fazendas, inscrevendo na paisagem o sistema de povoamento e de classes da região, constituindo-se no ritual da sua formação social (Figura 15).



Figura 15 - Propriedade rural no entorno da cidade de Camacá, ao longo da BA-251.

Eram tempos em que o espaço produtivo era baseado no ciclo repetitivo e anual dos eventos naturais. A faixa produtiva tinha ainda dimensões reduzidas, cercada por florestas fechadas e o homem dependia das dádivas e do ritmo da natureza.

Empurrados para o interior, apossados e expatriados, os índios Camacã eram “corridos a rifle, pelos ‘civilizados’, que intentavam afastá-los de suas terras multisseculares para delas tomar conta” (CAMPOS, apud SÁ, 2003).

Naquela época, última década do século XIX (1898) e primórdios do século XX, as notícias se arrastavam pelos lugares ou morriam, estáticas, sem vias para escoarem.

O país, iniciando sua experiência republicana, fazia sua primeira eleição presidencial com a participação de todos os Estados e de 462 mil eleitores (FAORO, 1995, p. 620). A República Velha continua o movimento restritivo de participação popular. Quem podia participar eram os esclarecidos, donos do poder político, econômico e social, que comandavam a grande maioria de analfabetos, sem voz e sem vez. O exército chefiava o governo,

os governadores eram nomeados, o eixo decisório passava para os Estados que, sem a interferência do governo federal, tornavam-se grandes e fortes, com o aliciamento dos pequenos. “Nesse caldo de cultura, nutre-se o coronelismo” (Ibid., p. 623).

As primeiras estradas são abertas, (a do vale do rio Pardo foi aberta em 1932, por iniciativa de Dr. João Vargens). Mais tarde, em 1946, essa estrada se estende desde a região do Vargito até a cidade de Itabuna, ligando Camacã e sua hinterlândia à região de Itabuna, ao Porto de Ilhéus e ao restante da região Sul da Bahia (Figuras 16 e 17).



Figura 16 - Estrada do Vale do Rio Pardo.

Fonte - CEDOC, UESC.



Figura 17 - Rodovia BA 251, que liga Camacã à BR 101.

A construção das estradas Mascote - Itabuna e, posteriormente, Vargito - Canavieiras fez surgir novos povoados no interior do município, como o Arriba Saia (Santa Luzia) e Betânia, todos atraídos pelo transporte rodoviário. Os povoados próximos às estradas ganharam novo impulso de crescimento.

Antônio Elias Ribeiro foi um dos pioneiros e grande incentivador do cultivo do cacau nas terras de Camacã. Casado com Francisca de Campos Ribeiro, moravam na Fazenda Vargito, local conhecido como o ponto de partida para o surgimento da cidade de Camacã.

Manoel Elias Ribeiro foi o único dos pioneiros e exploradores da família Ribeiro que não permaneceu na região de Camacan. Também participou das expedições pelas matas em busca de novas terras para o plantio de cacau. Procuravam por terras longe do Rio Pardo porque as enchentes frequentemente prejudicavam os cacauzeiros de sua família na Fazenda Lagos, município de Canavieiras. Manoel Elias Ribeiro não acompanhou o desenvolvimento da região de Camacã porque migrou para a cidade do Prado, localizada mais ao sul da Bahia.

Alguns pioneiros enveredaram pela política, na estratégia de formar, com o Estado, uma “teia” de dominação econômica da força-de-trabalho (Figura 18).



Figura 18 - O transporte de barco pelo Rio Pardo, principal via de penetração dos pioneiros na região de Camacá.

Fonte - CEDOC, UESC.

“A dependência do trabalhador direto para com a burguesia cacauieira nos aspectos econômicos reflete-se, como não poderia deixar de ser, nos aspectos políticos e no sistema de poder” (BAIARDI, 1984, P. 109). Um dos exemplos mais notórios está na atuação dos “Ribeiro” na política, como Boaventura Ribeiro de Moura, que trabalhou para a emancipação política de Camacan, vindo a se tornar o primeiro prefeito eleito desta cidade. No seu discurso de posse na Prefeitura, ele deixa claro que a produção do cacau é o pano de fundo para a sua atuação política:

[...] não se esqueçam de que estamos começando com tudo novo: partidos novos, município novo, ideias novas. Tudo entretanto, senhores, depende de nossos primeiros passos.

Aqui, hoje, começamos a preparar a terra democraticamente para o plantio de uma árvore que, posso vos assegurar, não será o joio, mas posso asseverar que esta árvore a ser plantada, depende entretanto da colaboração imprescindível e indispensável de todos. Teremos assim árvores frondosas, com boa sombra e de bons frutos (Figura 19).



Figura 19 - Boaventura Ribeiro de Moura, no seu discurso de posse, na Prefeitura de Camacá.

Fonte: Sá, C. N., 2003.

E assim, ao longo do tempo, a monocultura do cacau vai construindo o suporte do desenvolvimento econômico da região e do seu comércio, criando a base mesma da estruturação regional. Os fluxos se concretizam no lombo das mulas, animais resistentes, verdadeiros símbolos dos caminhos do cacau. As cidades nascem da necessidade de se produzir intercâmbios. Essa economia, partindo da exportação da amêndoa do fruto do cacau, tornou-se, com o tempo, extremamente grandiosa, complexa e geradora de grandes fortunas.

No processo de estruturação da paisagem, os agentes privilegiados, pioneiros produtores, Igreja Católica e demais dirigentes da classe política dominante se apropriam das tradições para ancorar formas de gestão e transformação social e justificar hierarquias (HOBESBAWM; RANGER, 1997).

Dessa maneira, o próprio espaço é evocado para articular e reforçar o código cultural da classe dominante, que se reproduz na celebração da produção do cacau, através de formas rituais de comportamento, de modos particulares de vestir, na maneira de falar, no padrão de movimento. A divisão elementar e a apropriação cadastral da terra não apenas refletem, mas reforçam o código simbólico de uma configuração particular, que inclui, não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções.

A sociedade como um todo se articula através do modo de produção, na criação do espaço regional, mas, como o modo de produção é uma relação de poder, acaba trazendo implícita uma desigualdade, produto da dimensão real e técnica do trabalho, que se materializa na divisão do trabalho entre as parcelas do espaço; essa materialização não se dá sem lutas e conflitos. Essas lutas são consequência da contradição fundamental do espaço: produção socializada *versus* apropriação privada.

5.2 OS CORONÉIS DO CACAU

O coronel é o símbolo máximo da produção do cacau. “Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas – é o coronel, o líder econômico da região” (FAORO, 1995, p. 72). Para o homem da cidade, a sua imagem é reproduzida como “aquele que paga”

prodigamente a amante, seus vestidos caros e seu luxo para ostentação própria e desfrute alheio. No entanto, sua figura ultrapassa em muito essa moldura simplificada; ele representa a realidade social e política da região: o homem rico na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra, o dono do poder, que reconhece esse poder e o exerce com força e, ao mesmo tempo, comedimento, pleiteando, distribuindo, protegendo e mobilizando a segurança coletiva. Ele recebe ou conquista uma delegação, de fonte estadual na República, num pacto não escrito, manifestada no “compromisso”, numa troca de “proveitos” graças à qual reinará absoluto, com suas dragonas simbólicas, e com as armas mais poderosas que o governador lhe confia (FAORO, 1995).

Na expectativa do futuro, República, Estado, Igreja, Coronéis, organizam o regime, sob a indiferença das camadas liberais e com exclusão irremediável do povo nas decisões políticas, cabendo-lhes fazer com que as mudanças “permaneçam nos trilhos”, promovendo sempre os velhos presidentes da província e anulando qualquer pretensão de alguma “notabilidade de aldeia” vir a sagrar-se nas urnas, o que o governo mais temia. “Lidar com a justiça, com a polícia, com os cobradores de impostos, obter uma estrada, pleitear uma ponte são tarefas que exigem a presença de quem possa recomendar a população pobre, mal alfabetizada e sem maneiras” e por isso mesmo, sem acesso aos trâmites da burocracia estatal (Ibid., p. 75) (Figura 20).



Figura 20 - Coronel Antonio Elias Ribeiro.
Fonte: SÁ, C.N., 2003.

O seu relacionamento com os dependentes imediatos, como empregados, devedores, moradores em suas terras, capangas, se cristaliza num misto de autoridade de mando, poder e arrogância, atenuado por um laço de amizade que ameniza a subordinação. Em regra, “o compadrio une os aderentes ao chefe; o chefe, enquanto goza da confiança do grupo dirigente estadual e enquanto presta favores” auxiliado pelo próprio mecanismo policial e por capangas de sua extrema confiança, elementos subordinados, sem vontade própria, que executam as ordens do patrão, para o bem ou para o mal, mesmo que sejam contra seus semelhantes.

Virando a página, encontramos, na ruptura estrutural dos tempos, novos arranjos, um novo Estado, o mercado global. Esses são tempos das metamorfoses, do crepúsculo do coronelismo, da insinuação de uma nova mentalidade. Mas olhando pelas frestas do tempo, constatamos que esta nova mentalidade, ainda tímida, convive com

velhos conflitos e intolerâncias, sempre ligados à questão da terra e do trabalho. As entrevistas efetuadas com os diversos segmentos da escala produtiva e da sociedade local demonstram ora o tom mais cordial e conciliador dos donos da terra, ora a desesperança na luta pelos direitos usurpados; trata-se de um novo tempo, o limiar de uma nova mentalidade, mais igualitária e justa. No entanto, todos os discursos traziam um tom saudoso dos tempos áureos para aqueles que usufruíram dos lucros da fase de ouro do cacau. Para os que não fazem parte daquele processo produtivo, notamos um certo alívio e orgulho em se libertarem do jugo do cacau, sentindo-se agora os responsáveis pelo crescimento da cidade.

É preciso que haja uma sensibilidade com uma região que tanto contribuiu com a união. A BR 101 foi construída com recursos do cacau. Meu Deus! O governo tem que se sensibilizar com uma região em que três milhões de pessoas foram profundamente afetados por essa crise. O governo precisa devolver uma parte dos recursos do cacau, que foram usados para a construção do patrimônio nacional, que é nosso também (grande produtor).

Se a pessoa não tiver capacidade de enxergar para poder gerenciar as coisas, vai ficar muito difícil, porque é outra situação completamente diferente, e o trabalhador é vital nesse processo. A participação dele é 60%, 70% nesse processo. Então, é preciso capacitar e sensibilizar ‘essas pessoas’ para ter um compromisso “meio a meio” (grifo nosso), porque temos compromissos com banco, com juros “escorchantes” (grande produtor).

5.3 OS TRABALHADORES

O camponês perplexo e desprotegido se vê integrante de uma corrente, peça de uma engrenagem de significados.

Na percepção dos homens trabalhadores do campo, o sistema estatal lhes parece, na sua composição jurídica e impessoal, um longínquo mistério de sombras. Entre a roça e o grande mundo há o mistério, o desconhecido, a mão implacável dos acontecimentos que transtornam o irremediável destino de cada um deles (Figura 21).



Figura 21 - Trabalhador pulverizando o cacau com BHC a 1%, na década de 70.

Fonte: Alvim; Rosário, (1972).

O trabalhador sabe que o chefe manda e ao seu mando se conforma sem alguém que o represente para socorrê-lo desse domínio. No entanto, essa dominação, implantada através da lealdade, do respeito

e da veneração, é velada, sub-reptícia, visto que estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social. Suas relações com o senhor apresentam-se como um “consenso e uma complementaridade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente, é exercido para o bem” (FAORO, 1995, p. 633, *passim*).

Nas palavras do grande produtor, podemos traduzir o significado do estiolamento da consciência do trabalhador do cacau, submetido a uma relação puramente capitalista, onde o trabalho é subsumido ao capital:

Para os trabalhadores que viram a penalidade que nos foi imposta e ficaram com a gente, é preciso agora uma participação. Você não pode mais estabelecer uma relação de trabalho como era antes, com pagamento de salário mínimo, nas condições que ele é hoje, um salário de fome, uma verdadeira ferradura, ninguém trabalha hoje por R\$7,00 (sete reais) ao dia (grande produtor).

Como nos referimos acima, na relação de trabalho puramente capitalista, o trabalhador é totalmente despojado dos meios de produção. Isso, na lavoura cacauzeira, ocorre em todas as fases do processo produtivo, sendo o contrato verbal, com pagamento baseado na empreitada diária ou mensal, a princípio, a forma mais comum. Gradativamente, essas formas de relação vão se modificando para o contrato por empreitada. Essa mudança significou uma diminuição do poder de barganha dos trabalhadores, uma vez que o trabalhador, geralmente o de menor ganho, sentindo-se pressionado pelas perspectivas maiores de remuneração, trabalha muito mais. Os que têm melhores salários são diaristas ou mensalistas, e quanto mais os salários aumentam, crescem as chances de os assalariados terem o contrato registrado em carteira de trabalho.

Até meados da década de 80 a situação de vida dos trabalhadores

do cacau era grave, visto que percebiam menos que um salário mínimo regional, sem regalia para disporem de um pedaço de terra para a lavoura de subsistência, sem salários indiretos por parte do Estado. Nessa época, houve uma gradativa e crescente queda do número de trabalhadores residentes nos estabelecimentos, que cai de 77 para 20% no final dos anos 80 (BAIARDI, 1984).

Desse modo, as condições de autoconsciência e auto-estima, se não anuladas, são mínimas, visto como suas próprias referências existenciais se dissolvem no cotidiano do grande domínio, onde o trabalhador exerce a sua vida familiar, onde nasce, se casa, cria seus filhos, por vezes onde enterra seus mortos. As capelas, no interior das “casas-grandes” mais abastadas ou em suas vizinhanças, fazem lembrar que as práticas religiosas agrupam e reordenam os viventes dentro daqueles domínios (GARCIA; PALMEIRA, 2001).

A par da grande concentração de renda na região e do proprietário capitalista apropriar-se da maior parcela de renda gerada pela cacauicultura, coube aos trabalhadores, na derrocada da produção, as maiores perdas: perda de domicílio (o que os obrigou a emigrar para a periferia de cidades maiores); perda do aconchego das famílias (muitos homens se separavam das mulheres e dos filhos), tornando-se retirantes da região; perda econômica, visto que muitos se favelizaram e tornaram-se ou marginais ou subempregados; perda da identidade. Muitos outros, conscientes dessas perdas, voltaram para Camacã, numa atitude de ave desgarrada que perdeu tudo, menos o sentimento de pertença ao lugar.

O interessante é que, embora se encontre aprisionado, para o submetido inexistem grillhões, inexistem marcas de confinamento: como na caverna dos espelhos, de Platão, seu mundo é formalmente livre, como podemos perceber por alguns trechos das entrevistas:

A cultura está mudando: o fazendeiro não pagava o crédito, que era fácil, compravam carro novo, moravam em Salva-

dor, hoje não: o próprio fazendeiro está vindo para morar nas fazendas, e é também o empregado. Ele está dentro da empresa, senão, ‘quebra’. Hoje, ele tem que investir na propriedade. As coisas estão mudando, com gente nova investindo (pequeno produtor).

O fazendeiro tem que consolidar a mentalidade de estar na fazenda, junto com o peão, trabalhando com o peão (pequeno produtor).

Perguntado sobre a origem das pessoas que pediam morada, Sr. Valdemar, coordenador da construção do Bairro da Rodoviária, também chamado pelo povo de Bairro do Valdemar, respondeu:

Não existe gente só de Camacá [...]. Existe de todo lado do mundo nosso município [...]. Vem do Pau da Lua, de Arataca, Eunápolis, Teixeira do Progresso, Teixeira de Freitas, São João do Paraíso [...]. Sempre aparece alguém pedindo uma morada e os que vieram das fazendas, porque não tinham onde morar - devem agradecer ao Dr. Jackson e a Francisco Vargens (Sr. Valdemar, coordenador voluntário de um assentamento urbano).

Prado Júnior (1979), citado por Baiardi (1984), relata a inexistência de conflitos sociais pela posse da terra na Região Cacaueira da Bahia, dizendo que nas regiões de expressiva economia agrária no Brasil, como o Nordeste açucareiro, o Centro-Sul cafeeiro e a região Sul Baiana dos cacauais, a “reivindicação da terra não encontra eco, e não se esboçou aí, em proporções dignas de nota, nenhum sintoma de luta social” (p. 86).

Constatamos esse fato no depoimento do Sr. Valdemar, quando inquirido sobre onde as pessoas estão trabalhando:

Não tem lugar certo para trabalhar. Não só aqui, mas em todas as cidades não tem emprego. Aí, muitos ficam parado, outros arranjam para catar café, outros vão para outro canto [...]. Aqui não existe conflito. Não existe violência.

Eis o território das desigualdades: de um lado, a família do chefe da unidade agroindustrial, seus ascendentes e descendentes, eventualmente indivíduos agregados por laços de amizade e compadrio, vivendo na casa-grande; de outro, a multiplicidade de famílias de trabalhadores que residiam em casas diminutas; de um lado o cacau, produzindo à sombra da mata a perder de vista; de outro, o cultivo de mantimentos em roçados diminutos, uma concessão às vezes negada, para não tomar espaço para a grande lavoura; de um lado, o corpo ereto, a voz firme e forte; do outro lado, o andar curvo, o descanso de cócoras, a voz tímida, o silêncio; de um lado, a educação de qualidade, em cidades de médio e grande porte, ou mesmo no exterior, e de outro, a exclusão escolar, que redundava na situação social, implicando na anulação de toda possibilidade de criação do novo e do progresso da cultura.

Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma o destino daqueles que estão presos ao poder pessoal em um destino imóvel que se fecha insensivelmente no conformismo.

5.4 A SAGA DOS ESQUECIDOS: OS ÍNDIOS

Trabalhar com o tema indígena é uma tarefa por demais grandiosa e desafiadora, vez que se trata de refletir os elementos fundantes da natureza e da cultura humana, refletir o “nós e o outro”, bem como os quadros de referência que davam, a esses indivíduos, a segurança e a estabilidade do seu mundo social e da sua cultura.

Obviamente, não é nossa pretensão neste trabalho incorrerem em um estudo aprofundado da cultura das nações indígenas do município de Camacã, mas, para encetar a tarefa de analisar as permanências e

transformações da cidade sede deste município, uma região em crise, é preciso levar em conta muito cuidadosamente as ações desses povos como agentes principais na transformação da natureza, atores quase excluídos da literatura e dos trabalhos científicos na formação da paisagem cultural desse município e de sua sede.

Nas páginas que se seguem, na impossibilidade de pesquisarmos todas as nações que foram levadas para a reserva Caramuru-Paraguaçu, nos concentraremos na nação Pataxó Hãhãhãe. Buscamos, através do devir histórico, apreender a dinâmica social, política e cultural dessa nação indígena que se localizou na reserva próxima à cidade de Camacã, no município de Pau Brasil, e, a contragosto, se articulou com o branco invasor/dominador (Figura 22). No entanto, temos consciência de estar incorrendo numa injustiça histórica para com as outras nações, visto que é extremamente difícil delimitar os contornos culturais e étnicos entre elas. As nossas dificuldades podem ser ilustradas pelas pesquisas de Douville, C. Nimuendaju, Maria Aracy Lopes Silva e Greg Urban em que coligiram vocabulários entre os Pataxó setentrionais ou Hãhãhãe, em distintos períodos, mas apenas Wied Neuwied recolhe-o entre os Pataxó meridionais. Nimuendaju observou, a esse respeito, que não obstante o seu vocabulário divergisse daquele que o príncipe (Wied Neuwied) tomou de um grupo Pataxó na Vila do Prado, em 1816, ele acreditava tratar-se de vocabulários de uma mesma nação.

Nesse propósito, utilizamos, a par da observação e da análise de documentos, a aplicação de entrevistas com as pessoas mais idosas e com o chefe da reserva Caramuru-Paraguaçu. Desse modo, obtivemos um relato marcado pela voz dos oprimidos e conseguimos registros de testemunhos vivos, reais, ainda perplexos diante da luta e resistência travada com os detentores do poder.

Na história contada pelos entrevistados, nos vemos conectados ao seu destino, entregues, por determinado tempo, a vivenciar os significados das imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais que representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido ao modo de vida atual das

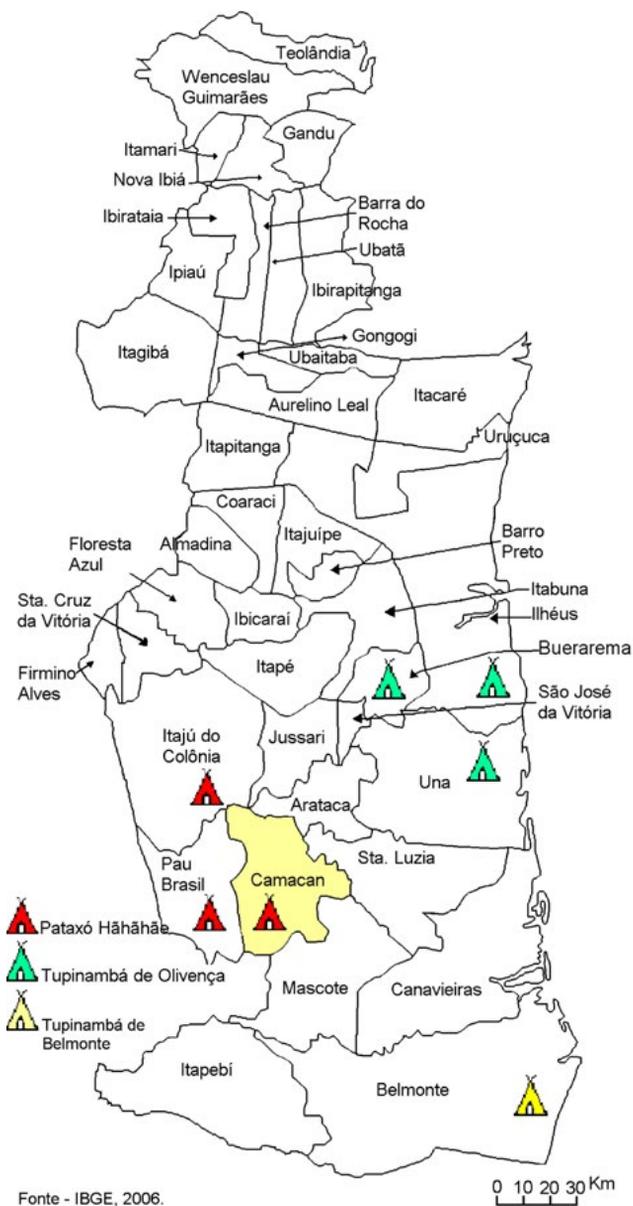


Figura 22 - RESERVA / ALDEIA INDÍGENA NA MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS.

O brasão da cidade é encimado por um castelo medieval, talvez evocando os feudos, áreas de terra sob a posse de um senhor de grande autoridade e poder sobre seus vassallos. No emblema, aparece a figura do rosto de um índio com “cocá” e rodeado por seis flechas, três acima da sua cabeça e três na parte inferior, rodeando o maxilar. Na parte superior aparece apenas a extremidade pontiaguda das flechas como se estivessem sendo arremessadas, com as pontas voltadas para fora, enquanto as da parte inferior correspondem à parte terminal, onde aparecem penas, parecendo estar enterradas no alvo. Nas laterais do rosto do índio, aparecem dois frutos do cacau. Uma faixa ornamenta o brasão, com o nome da cidade: Camacã, grafada Camacan (Figura 23).



Figura 23 - Brasão da cidade de Camacã.

De acordo com o Instituto Socioambiental, os índios conhecidos sob o etnônimo englobante Pataxó Háhãhãe, habitantes da reserva Caramuru-Paraguaçu, abarcam hoje as etnias Baenã, Pataxó Háhãhãe, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren (Figura 24).

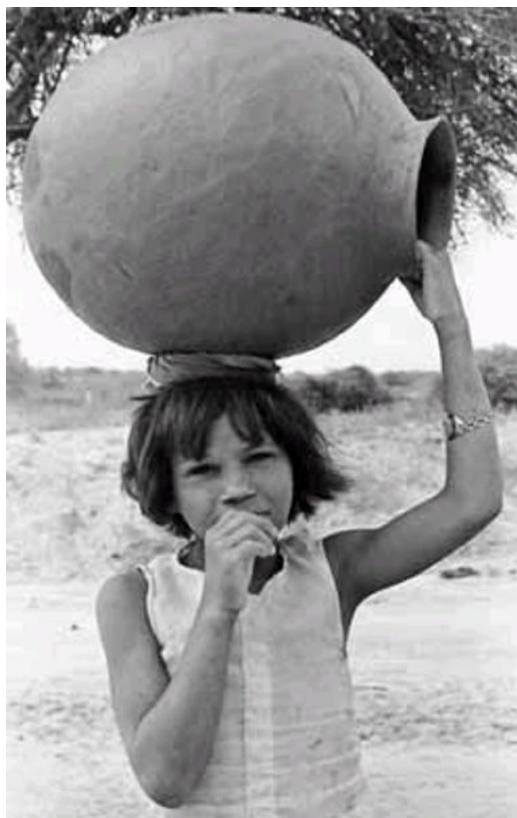


Figura 24 - Índia Pataxó Háháhãe.

A Reserva Indígena Caramuru – Paraguaçu foi criada pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1926, em terras devolutas do Estado da Bahia, “para gozo dos índios Pataxó e Tupinambá” (Lei Estadual nº 1916/26, Diário Oficial, Salvador, 11/08/1926, p. 9935). Atualmente, a reserva possui 54.099 ha, e compõe uma faixa que se estende do rio Cachoeira ou Colônia, ao norte, até o rio Pardo, ao sul, compondo os municípios de Itajú do Colônia, Camacã e Pau-Brasil, área que se encontra atualmente como reserva *sub-judice*.

A história dos contatos desses grupos habitantes, originalmente, da “Costa do Descobrimento” foi marcada por expropriações, deslocamentos forçados, transmissão de doenças e assassinatos. O impacto foi tão grande que destruiu a língua dos Pataxó e Kamakã, que até 1911 estavam vivas. A língua pataxó ainda persistiu até 1938, de acordo com o antropólogo Curt Nimuendaju (Instituto Sócio Ambiental, 2006, p. 1 de 19).

Devido à extinção de outras aldeias, por força da Lei nº.198, de 21/08/1897, do Poder Executivo do Estado da Bahia, diferentes grupos indígenas foram, em épocas distintas, deslocados para a área da reserva Caramuru – Paraguaçu. De Olivença, teriam vindo contingentes Tupiniquim e Botocudo (Aimoré e Guerén); de Santa Rosa, os Kariri Sapuiá que já haviam sido expulsos de Pedra Branca, situada na porção sul do Recôncavo baiano; e da antiga aldeia de Ferradas (São Pedro d’Alcântara), grupos Kamakã e Guerén (Instituto Sócio Ambiental, p. 3 de 19, 2006).

A crescente invasão do território pelos brancos em busca de novas fronteiras agrícolas causou a ocorrência de doenças e constantes guerras. Em uma dessas guerras, os Sapuiá se unem aos Kariri, passando a se constituir em uma só nação: os Kariri-Sapuiá. Nessa época, uma febre dizimava grande parte da população indígena, quando um antropólogo conduziu as nações para Nova Kamakã.

A cena da chegada dos Pataxó e de outras nações pode ser vislumbrada pelo relato de uma velha índia e de um cacique Pataxó Hãhãhãe da aldeia de Pau Brasil (Nova Kamakã), na reserva Caramuru – Paraguaçu (entrevista concedida a Maria Helena Gramacho, em 2005, na reserva de Pau Brasil):

Nós viemos de Pedra Branca (Recôncavo baiano) para Nova Kamakã, hoje, Pau Brasil. Naquele tempo, o mundo era só mata, muita água, muito verde. Era coisa bonita de se ver. A gente vivia de terra em terra. O Povo do Vejo

veio depois. Fez roça, casa. Naquela época a gente vivia mais da caça e pesca.

A abundância de frutos e animais, da pesca e da água nutria de bem-estar o cotidiano. O tempo existia somente do nascer ao pôr do sol. E o dia se levantava de acordo com o plano exato do grande espírito. Eles ainda não tinham noção dos pedaços do tempo, dos minutos, dos segundos, das horas. O passado era venerado e os símbolos valorizados porque continham e perpetuavam a experiência de gerações.

Por volta de 1936/1938, a área demarcada foi reduzida para 56 mil hectares. Os coronéis e os políticos de Itabuna entraram na briga pelas terras dos índios, pois eles diziam que era muita terra para pouco índio.

Perdemos as lutas e todas as nações foram transportadas para esta região e todos aqueles povos foram reduzidos oficialmente a uma só nação, os Pataxó Hãhãhãe, termo que significa mistura de povos (Gérson Pataxó, ex-chefe da tribo, e atualmente vereador pelas nações de Camacã).

O discurso hegemônico oficial tem a tendência nefasta de forçar uma unidade cultural para as nações indígenas brasileiras, pressupondo que todo índio tem as mesmas características étnicas e vive sob as mesmas estruturas sociais e políticas. Cada nação, no entanto, possui sua própria cultura, que só foi artificialmente homogeneizada com outras por um longo e violento processo de conquista, isto é, pela supressão forçada das diferenças culturais. Essas diversidades são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de “posições de sujeito”, isto é, uma variedade de identidades (HALL, 1997, p. 18). O depoimento do índio pataxó atesta bem isso, quando ele diz:

Mas nossas culturas são diferentes. O governo fez isso para que a gente se destruísse, se enfraquecesse [...]. Os Kiriri-Sapuíá e os Tupinambá têm muitas diferenças culturais em relação aos Pataxó. Os dois povos e os Kamakã não se dão bem até hoje.

Cada nação guarda seus 'segredos'. A gente não conta nossos segredos para os Tupinambá. São mais falsos. Os que se dão melhor são os Kamakã, mas na hora da luta comum, tudo se junta, contudo, os Tupinambá são os mais diferentes.

Assim, à medida que as áreas eram tomadas e postas em interconexão com os pioneiros para o plantio do cacau, ondas de transformação social atingem as nações indígenas. Dão-se as transformações do tempo e do espaço, que Gidens (1990), citado por Hall (1997, p. 16), chama de “desalojamento do sistema social”, que é a “extração’ das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo”.

Na reserva, as características mais íntimas e pessoais da existência cotidiana dos indígenas são alteradas. Destroem-se as identidades, rasgando as costuras que uniam os sujeitos às suas estruturas.

O coronel, de posse de um grande poder econômico e político, avançava pelas nossas terras, queimava nossas plantações e destruía nossas vidas.

O governo dava roça, material para ficar junto deles. Depois da demarcação, o governo foi mais ou menos. Depois o governo arrendava as terras aos coronéis. O arrendamento se transformava em propriedade. Começou a expulsão. Ofereciam presentes (porco, cachaça). Muitos pegavam e abriam outra

posse. O índio que não entregava, tocavam fogo e matavam. A própria polícia dava cobertura.

Os coronéis do cacau começam a brigar com o Major Liberato. O exército cercou tudo. O rio dividiu o Estado com o posto. O índio foi até o Rio de Janeiro, e quem dominava o posto era o exército que levou o Major preso. Em represália, o Major se juntou com os coronéis e a polícia caçando os índios como animais. Poucos se salvaram, muitos se espalharam. Em 1982, a professora Maria Hilda rejeitou todos esses povos, se reuniram e entraram nessa fazenda. Estamos com uma ação para anular os títulos. Dos 54 mil hectares, agora só são 16 mil. As terras indígenas que restam são as fazendas que estão nas mãos dos fazendeiros.

Para os índios, qualquer criança criada dentro dos seus costumes é índio. Não é a cor do cabelo, olhos, cor da pele que faz de um indivíduo um índio.

Além de emudecer o idioma, o rompimento mais impiedoso se deu nas estruturas sociais, porque os brancos se “casavam” com as índias ou simplesmente se apossavam delas, ocorrendo uma mudança dramática na “mistura étnica” da população.

É muita burrice de um povo, viver 500 anos e não aprender o que é um índio.

No colégio os professores ensinam a cultura branca e indígena. Hoje, o nosso país é formado de três partes: branco, índio e negro. Não existe mestiçagem. Cada um assume o que é, porque o que faz de cada um ser branco, negro ou índio é a cultura. Dentro de uma casa, 10 irmãos, cada um tem uma característica, mas são irmãos.

5.4.1 A LUTA PELO RESGATE CULTURAL

Atualmente os índios têm lavouras variadas, plantando café e, inclusive, cacau.

A aldeia tem mais de 200 famílias e mais de 1500 pessoas. O colégio foi uma luta. Os índios estudavam na cidade. Namoravam muito e casavam. Com o propósito de preservar a instituição social, os índios, liderados pelo chefe, fizeram uma lei para que índia não casasse com os branco. A preservação cultural é uma luta. Hoje a “aldeia” conta com Colégio, que tem uma proposta pedagógica indígena, mas que respeita as especificidades culturais de cada nação, com diferentes calendários marcando datas dos ritos de passagem, festas, plantação, colheita etc. A reserva dispõe também de um posto médico, posto da Funai, Rádio Comunitária, Associação, Sala de Internet e as casas residenciais, sem obedecer a um plano de arruamento, espalhadas pelo território.

Com mais recursos, os índios passaram a possuir certos bens como motos e carros, adquirindo certo status econômico e social e, conseqüentemente, trazendo mais preocupação ao chefe, visto que os rapazes e as moças ficaram disputados pelos não brancos da cidade, como os índios locais aculturados se autodenominam.

Apesar disso, pelas palavras do vereador e ex-chefe indígena Pataxó, pode-se inferir que a luta pela terra e pelo resgate cultural continua:

Nós dá um azar danado. Os prefeitos não ajudam. Não conseguimos quase nada. Os políticos têm uma discriminação muito grande com os índios. Falam que somos ruins, mas o índio quer paz. Seqüestram os índios. Em Pau Brasil quem manda são os fazendeiros.

O índio também mora na cidade. Mas não sai da rua. Temos

ainda religião, dança, Deus. Hoje temos religião católica, evangélica (que não gosta da cultura indígena). Preservamos nossas festas. Os fazendeiros fazem despachos. O mal existe.

Fazemos limpeza ajuntando os velhos, os jovens para fazermos as nossas danças. Os velhos chamam os guerreiros mortos para ajudar. A dança do toré serve para enfrentar o mal e trazer forças para a aldeia (Gerson Pataxó e D. Almerinda Pereira de Souza, Índia de 86 anos).

A comunidade Indígena Pataxó Hãhãhãe desenvolveu, em 19 de abril de 2005, (dia do Índio e Aniversário do município de Pau Brasil), nos três municípios onde se encontra a reserva Caramuru (Pau Brasil, Itajú do Colônia e Camacã), uma campanha denominada “Índio quer Paz”, que conta com o apoio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, da Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAÍ e da Thydêwá (ONG indigenista), (Instituto de Desenvolvimento de Tradição Indígena, 2006).

A Campanha visa reverter o quadro de violência e preconceito criado ao longo dos anos contra o povo Pataxó Hãhãhãe, como também o clima de tensão estabelecido em toda esta região devido aos graves conflitos pela disputa da área Caramuru – Paraguaçu, e culminará com a assinatura de uma carta compromisso pela paz, que deverá ser assinada por representantes e lideranças da comunidade Pataxó Hãhãhãe, Prefeitos dos três municípios, Câmaras de Vereadores, Igrejas Evangélica e Católica, Entidades Indigenistas, Polícia Militar, Civil e outras autoridades e segmentos da sociedade civil organizada destes municípios, intermediada pelo Ministério Público da Bahia.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento de Tradição Indígena (2006), atualmente a atividade agrícola está tomando novo rumo nas aldeias. A empresa “Embrapa Mandioca e Fruticultura” iniciou o trabalho de transferir tecnologia do seu programa de

melhoramento genético para os índios há três anos. “Eles participam inclusive indicando o que acham melhor plantar”, diz o pesquisador.

Pelo fato de a maioria das aldeias estar localizada em terras que já pertenceram aos índios e que foram invadidas e hoje retomadas, a atividade agrícola necessita de um monitoramento técnico, pois o solo ficou pobre devido ao uso excessivo e os índios não sabem como tratá-lo. Por outro lado, segundo o agrônomo Loyola, responsável pela implantação do programa, poucas são as áreas cultivadas. Há muitas matas e nas áreas de cultivo os índios utilizam técnicas rudimentares, que lhes foram transmitidas por seus antepassados.

Para estabelecer uma boa comunicação com os índios, os técnicos da Embrapa fazem visitas periódicas às aldeias para treinamento.

O cultivo que se destaca atualmente na aldeia de Mata Medonha é o de abacaxi. O problema do escoamento da produção é resolvido, em parte, utilizando os rios como hidrovias. Por isso, os técnicos da Embrapa estimulam a interação entre as aldeias para que a produção agrícola faça volume e justifique a demanda por estradas. “O ideal é que eles se integrem, o que ainda não acontece, e juntem a produção de mandioca e de frutas para vender no mercado local”, conclui o agrônomo da EMBRAPA.

A produção de mandioca também se destaca com a instalação de novas variedades melhoradas, a Mestiça e a Crioula. Os técnicos acham que será possível duplicar a produção média por hectare que hoje é de 12 toneladas, com o plantio dessas espécies.

Uma cultura de paz só se efetiva a partir do respeito aos outros, respeito à diversidade étnica e respeito à promoção da vida. Vida plena para todos. O direito do povo Pataxó Hãhãhãe ao usufruto exclusivo do território que tradicionalmente sempre ocupou é inalienável.

6 CAMACÁ: SÍNTESE DAS PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Tecendo os fios que dão continuidade e criam um sentido de sequência para o caos aleatório proveniente destas mudanças inevitáveis, passado e presente se relacionam e buscam uma sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência da cidade.

Da semente que hauriu o humus do cacau, fruto da história dessa região tão individualizada, nasceu a cidade de Camacá.

“A cidade é ao mesmo tempo uma região e um lugar porque ela é uma totalidade e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria” (SANTOS, 1997, p. 71).

Centro nevrálgico dos conflitos, a cidade, com suas capilaridades e ordenação indiferenciada, é o espelho da arrumação geográfica do espaço (MOREIRA, 1999). Em vez de podermos olhar o mundo real através de uma janela translúcida, temos de nos haver com as brumas do tempo, de onde “as imagens e a linguagem são uma espécie de signo, com uma enganadora aparência de naturalidade e transparência, como um mecanismo de representação opaco, distorcido e arbitrário, um processo de mistificação ideológica” (MITCHELL, 1986, In: COSGROVE; JACKSON 2003, p. 140).



Figura 25 - Paisagem da área residencial de classe média da cidade de Camacá.

Na medida em que os signos aliados ao tempo formam o quadro histórico da paisagem, é preciso capturar, nas suas cores, sons e sentimentos, as suas marcas, o “conjunto compartilhado de ideias, memórias e sentimentos que une sua população” (MEINIG, 1976, In: CORRÊA, 2003, p. 179) (Figuras 25 e 26).



Figura 26 - Residência de classe média alta.

Só em meados do século XX (1953) Camacã foi elevada à categoria de Distrito. Posteriormente, em 1961, passou a Município; contudo, a sua instalação só veio a ocorrer em 7 de abril de 1963, sendo Boaventura Ribeiro Moura o seu primeiro administrador (vide figura 17).

Naquela época, a paisagem já exprimia os progressos da modernidade e a transposição da cultura europeia, como automóveis trafegando pelas ruas de terra, homens e mulheres vestindo trajes europeus (paletó, gravata, saia comprida, chapéu), num clima quente e úmido, em um sítio urbano extremamente acidentado. A sua composição reflete fielmente o espírito do tempo e das pessoas, de arquitetura simples, com formas e estilos relativamente iguais, tão uniformes que parecem só se

individualizar pela pintura das suas fachadas. As portas da frente das casas dão para a rua diretamente, sem qualquer espaço para um jardim, ou lazer. Impregnada pelo sentido de sobrevivência e adaptação às condições impostas, essa ausência de verde parece negar o entorno opressivo das fazendas. Talvez neguem a dependência à produção do cacau, produto que significou alienação, submissão, opressão, pobreza.

A cidade se espraia pelos vales, onde se mostra mais pujante nas suas forças econômicas e, gradativamente, sobe os morros, revelando os diferentes tecidos sociais: nos terrenos mais nobres, de maneira harmoniosa, como o capital permite, as residências com altos muros, cerca elétrica, portões de madeira maciça, mostrando uma certa opulência e, naqueles devolutos, muito íngremes ou alagados, se instala a miséria num emaranhado caótico de barracos, construídos com todo tipo de material disponível, pintando um caleidoscópio de sons e cores diversos e confusos (Figura 27).



Figura 27 - O crescimento desordenado de Camacá; bairro periférico.

Na análise do discurso das entrevistas com diversos segmentos da sociedade camacaense, podemos ler significações de uma outra Camacã, por trás dos estereótipos e das aparências:

Bendita vassoura de bruxa (comerciante).

A lavoura cacaueteira tem que dar um salto secular em muito pouco tempo. Ela “nunca precisou” mudar as suas técnicas, nem a forma de se gerenciar (grande produtor).

É preocupante, a “visão Amadiana” - (literatura de Jorge Amado) – que vê o cacauicultor como “gastador”, “boêmio”, “cheio de mulheres”, mas existia também naquele tempo um segmento que já procurava eficiência, qualificação (grande produtor).

Essa visão estereotipada do cacauicultor como perdulário prejudica um pouco a visão dos de fora sobre nós. Estamos lutando neste momento para transformar essa visão em algo novo. A geração que não passou pela universidade, ficou alijada do processo porque não obteve consciência para virar o jogo (grande produtor).

Porque o processo é seletivo e altamente excludente. Neste momento a história está sendo reescrita. Não é mais aquela história escrita por Jorge Amado, vai ser uma história escrita sobre profissionais (grande produtor).

O acesso à cidade de Camacã se dá pela estrada BR-101, que continua na Avenida dos Pioneiros, chegando à Praça Dr. João Vargens, importante espaço funcional e simbólico que articula dois dos principais eixos de comércio e serviços da cidade: a rua Mascote e a Avenida Dr. João Vargens. À meia encosta, está implantada a igreja matriz e no topo desta elevação

o cemitério. As raras habitações de elevado padrão construtivo, bem como a maioria dos estabelecimentos comerciais e agências bancárias situam-se na parte baixa da cidade, particularmente na área de ocupação mais antiga (Plano Diretor da Cidade de Camacan, p. 87).

A paisagem urbana de Camacan não reflete a riqueza e a abundância da paisagem rural, que perdurou por quase um século, evidenciando a distância e a ausência do grande produtor. Na verdade, ela espelha, com o seu pobre conjunto paisagístico, o modelo produtivo da região, que, no choque com a crise produtiva, “desenraizou” e “desempossou” os trabalhadores da terra, e suas famílias, deixando-os “sem eira nem beira” (Figuras 28).



Figura 28 - Casas comerciais e residenciais no centro da cidade.

Na superposição dos tempos, os objetos e as ações dos seus habitantes se inscrevem, uns sobre os outros, em diferentes idades, ora espelhando o passado, numa aceitação silenciosa e muda, subordinados ainda ao movimento rural, ora testemunhando o presente, constituindo territórios onde o meio técnico-científi-

coinformacional indica a subordinação ao movimento global, caracterizando a cidade como meio urbano.

Assim, talvez possamos, do exterior dessa heterogeneidade de formas, estabelecer aquelas que permanecem como testemunhos do passado glorioso, e aquelas que se constituem no novo, nas transformações, na esperança, repercutindo no futuro dos cidadãos.

Quanto às primeiras, podemos identificar, na paisagem, as igrejas, as casas comerciais do centro velho, na Avenida João Vargens e imediações, as casas residenciais dentro desse perímetro, o velho calçamento das ruas, as casas exportadoras de cacau remanescentes da crise, as primeiras escolas, a rodoviária antiga e as ruínas da fábrica de chocolate Kaufmann. É difícil, tal a sua escassez, achar um objeto que se articule com o luxo, a riqueza e o poder dos tempos áureos do cacau. Estes remanescentes da época do fruto de ouro estão situados no campo, mais precisamente, nas fazendas, em algumas, lembranças de um tempo difícil de retornar: campos de pouso de aeronaves, residências luxuosas e artefatos agrícolas, corroídos pelo tempo de uso, pela falta de conserto, semienterradas pelo mato que cresce implacável, até no fundo da piscina, evidenciando que esses objetos não mais atendem aos fins para os quais foram construídos.

Em sobreposição a estes, podemos divisar outros objetos que atendem a uma nova realidade, melhor dizendo, a uma nova cidade que surge, mais independente “da sociedade agrária” na qual se configuram como objetos “sistematizados” e “sistêmicos”: A Igreja Evangélica, a própria Igreja Católica (renovada em sua função progressista), as escolas, com novos instrumentos técnicos, as ruas asfaltadas, os Bancos informatizados, o comércio, o comércio informal de bugigangas, a feira, as antenas parabólicas, a TV, as antenas repetidoras de TV e satélites, as favelas, as novas fábricas (Malwee), a nova rodoviária, o estádio de futebol, a nova praça recém-construída, com árvores e bancos no jardim, os bairros de invasão e os bairros

de casas financiadas, as oficinas de todos os tipos, proliferando principalmente nos bairros periféricos e na entrada da cidade, as residências novas com seus muros eletrificados etc.

O impulso nostálgico é um importante agente de ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada.

Mas o passado não morreu. Ele vive nas lembranças cuidadosamente guardadas dos saudosistas, que teimam em permanecer numa velha realidade hoje impraticável, passado que volta nas vozes dos habitantes da cidade:

Os produtores têm amor pelo cacau. O cacau deu tanta coisa boa pra gente! Os fazendeiros passaram a ser verdadeiros cientistas, para salvar a lavoura, que é tão linda, ecologicamente correta, tem toda uma cultura, uma tradição do povo (pequeno produtor).

Atualmente, a comunidade de Camacã parece ter desenvolvido uma visão crítica da crise, consciente da importância de sua participação no desenvolvimento sustentável da cidade. De acordo com os resultados apresentados pelo Plano Diretor, num trabalho sobre os diversos aspectos identificados como problemas, necessidades ou pontos fracos da cidade, tentando uma resposta para a questão “como Camacã deve ser no futuro?” os moradores enfatizaram a necessidade de atrair projetos que possam gerar empregos e renda e indicaram uma ordem de prioridades para Camacã tais como: implantação de saneamento básico em alguns bairros e distritos, elaboração de um projeto de urbanização, construção de praças, calçamento de ruas, melhorias na feira, no cemitério, construção de aterro sanitário e melhores condições de segurança para a cidade; além disso, necessidade de controle na criação de animais em via pública e melhoria do serviço de limpeza pública

(Plano Diretor da cidade de Camacan), em elaboração.

6.1 O TEMPO TEM TEMPO: DA GRANDE CRISE AO RENASCIMENTO

A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza (MERCER, 1990, p. 43, In: HALL, p. 10).

“Nesta vida que a todo instante nos expõe ao acaso ou à fria indiferença do destino, as trajetórias existenciais dos indivíduos e das coletividades sofrem impactos e guinadas, imprevisíveis e irremediáveis, abrindo-se abismos insondáveis onde tudo só fazia pensar em macios aclives e planaltos” (REALE, 1977, p. 222).

A vassoura-de-bruxa tornou-se o símbolo da *débâcle*, da hecatombe, cuja visibilidade é notória na região, delineando os contornos de uma nova época.

Camacã, cidade em expansão, sede de um dos municípios que tinha o maior índice de crescimento da Região Cacaueira, sofre uma ruptura na sua vida. Com a queda na produção do cacau, causada por uma grande seca e pela vassoura de bruxa, em 1989, doença que dizimou grande parte da lavoura em pouco tempo, a cidade sofreu uma grande catástrofe natural, como uma peste dos séculos passados.

A zona rural se esvaziou, os trabalhadores dispensados dos seus afazeres foram para Camacã, muitos sem indenização, depois de anos, às vezes gerações, morando nas fazendas e, sem alternativa e perspectiva de trabalho, saíram para outras regiões, reduzindo a população da cidade drasticamente.

Pais de família foram deixando para trás as mulheres, os filhos, os velhos, fato que criou um sério problema social. O processo de periferização da cidade foi ampliado na medida em que boa parte

dos trabalhadores rurais, agora despossuídos de qualquer tipo de rendimento, se fixou na cidade.

A crise agravou os índices de violência urbana e já no final da década de 90 aumentou os índices de uso de drogas, os roubos, assaltos, “coisas que não existiam”, segundo testemunhos da população.

Foi uma catástrofe, uma coisa horrível (pequeno produtor). De um ano pro outro, como num passe de mágica, perdemos tudo de bom que tínhamos (médio produtor).

O que está acontecendo hoje na região é que a maioria do povo da zona rural está vindo para a cidade e o trabalhador não quer voltar mais para o campo (Prefeito).

Toda essa crise agravou os índices de violência urbana, e, já no final da década de 90, aumentaram os índices do uso de drogas, roubos e assaltos... Tudo isso é agravado por causa da falta de oportunidades de emprego para os mais jovens (Prefeito).

A proletarização acelerada do trabalhador rural forçou-o a sair da “roça” para tentar vender sua força de trabalho. Desterritorializado do rural, tornou-se sujeito urbano, sem qualquer qualificação para exercer as tarefas da cidade. Seu desterramento e desenraizamento desfazem a um só tempo o seu vínculo ambiental e a sua raiz cultural, forçando-o a inserir-se no mundo e na cultura do trabalho e do mercado urbano.

Aí, para reproduzir-se, resta-lhe o sub-emprego ou emprego marginal, subordinado-se às piores situações de vida.

Com a diversificação das atividades, outras atividades vão se inserindo na vida urbana, desvinculadas do cacau. Assim, a necessidade de sobrevivência a qualquer custo faz o espaço da indústria fabril,

das matérias-primas dos alimentos, do escoamento de produtos, das oficinas, dos postos de gasolina, do comércio informal, ir para além da cidade, na direção do espaço rural circundante, se arrumando ao redor da cidade numa associação rural - urbano que se estende por todos os horizontes, espalhando-se em pontos que acompanham as estradas, mas não ultrapassando os limites territoriais das fazendas.

No período de 1989/1990, vieram as “concordatas” no comércio (totalmente dependente das rendas do cacau); as grandes empresas nacionais e outros exportadores fecharam as portas, sendo seguidos na derrocada pelos bancos e casas comerciais, restando as multinacionais no mercado: Cargill, Joanes, Chadler e Nestlé. A produção do cacau foi quase a zero e o produto tornou-se escasso. Os exportadores e as indústrias tiveram que importar cacau de outros países, fato que ampliou os seus custos, causando prejuízo devido às altas taxações. Tudo isso aumentou o desemprego e motivou um grande êxodo para outras regiões fora do território do cacau.

A população, “os nossos filhos”, “os trabalhadores” saíram principalmente para São Paulo, Guarapari, Porto Seguro e outras regiões, causando uma diminuição drástica na população da cidade (grande produtor).

“Tudo que a fazenda nos deu, nós procuramos devolver a ela, tentando vencer, debelar a doença”. Então o fundo do poço chegou muito cedo. O filme de terror foi muito rápido (grande produtor).

“É uma coisa impossível de ser administrada”, muitos produtores tiveram que demitir seus trabalhadores sem indenização; foi um caos total, a região sofreu um impacto como se fosse uma bomba arrasadora (Prefeito).

O que temos que fazer é uma mobilização regional, com todos

os políticos, sindicatos e fazendeiros. E aí vamos precisar do governo federal para avaliar os microagricultores, e que se estenda aos pequenos e médios produtores (grande produtor).

7 ALGUMAS OUTRAS CONSIDERAÇÕES: NA CONVI- VÊNCIA DOS TEMPOS, A ESPERANÇA

Até 1996, a seca e a vassoura-de-bruxa praticamente dizimaram o cacau. A partir de 1996, a princípio timidamente, com relutância, os produtores iniciam a experiência da clonagem e o trabalho de recuperação da lavoura. A partir de 1998 é que realmente Camacã começa a tomar outro aspecto. Reconhecido como o município em que o produtor teve a maior capacidade de resistência à doença, a partir de 1998 começa a reagir. Mesmo sem a presença da CEPLAC, os produtores investem na tecnologia de clonagem.

Em 1997, a CEPLAC começou efetivamente a fazer o trabalho de clonagem do cacau na fazenda Rainha do Sul, que se tornou modelo para a clonagem em toda a região cacauaieira.

Com a diversificação, o comércio começa a se reerguer, possibilitando a Camacã retomar a polarização dos municípios vizinhos: Arataca, Santa Luzia, Pau Brasil, Jussari, São José da Vitória e Mascote. A cidade já mostra uma retomada do seu desenvolvimento, o cacau dá sinais de recuperação, verifica-se um recuo da vassoura-de-bruxa.

O povo, mais animado, começa a construir, o comércio incrementa as vendas a crédito, possibilidade herdada do aumento da produção do cacau pela enxertia.

Agora é que nós estamos começando a ver a luz no fundo do túnel, porque os preços do cacau estão motivando as pessoas a reinvestir (Prefeito).

Até a feira mingou. A gente não tinha o que comprar e como comprar. Foi uma penúria, mas agora as coisas melhoraram (dona de casa).

Assim, o cacau clonado, juntamente com a diversificação agrícola, está revigorando a cidade. No entanto, os pequenos e micro produtores sentem-se abandonados pelos grandes, quando lembram que atualmente há em Camacã apenas cerca de cinco grandes proprietários rurais e, segundo eles, são os que têm acesso livre ao crédito agrícola.

Segundo os pequenos proprietários, os fazendeiros maiores estão reorganizando suas propriedades sob novas bases de trabalho, fixando suas residências, juntamente com a família, na propriedade e nela trabalhando.

Desse modo, há um certo pessimismo quanto ao soerguimento da lavoura cacaueteira como nos tempos anteriores à crise, mas acreditam que o cacau ainda é a melhor opção e que a clonagem é a saída para soerguer a região, que, no entanto, jamais será o que era antes, de acordo com o pensamento de pessoas de vários segmentos da sociedade local.

A crise e seus consequentes problemas trouxeram uma grande mudança na cultura camacaense, diria mesmo na região cacaueteira, no tocante à maneira de pensar e agir dos grandes e médios produtores que veem a crise agora como um alerta, mostrando-se conscientes de que, inevitavelmente, vão passar de um período em que pagavam os prejuízos e ficavam com os lucros, que premiava a ineficiência, a falta de iniciativa e de envolvimento com os problemas da cidade, para outro momento histórico, de compromisso social com os trabalhadores e a terra, com a cidade e com seus habitantes.

Aos poucos, os fazendeiros retornam às suas fazendas, antes abandonadas. A entrevista com o então Prefeito dá bons indicativos da reação da cidade:

A região volta a progredir [...]. Mesmo sem um censo oficial, a Prefeitura já tem dados de que a população voltou a crescer, o número de matrículas nas escolas cresceu, e estimamos que temos agora cerca de 40 mil habitantes (Prefeito).

Dentro de cinco anos, o Sul da Bahia vai dar uma levantada de novo; não só Camacã (grande produtor).

Foi um grande aprendizado o que todos nós passamos nessa crise (pequeno produtor).

Aprendemos muito. Eu acho até que pelo aspecto de valorizar mais as coisas. No passado [...], riqueza e de repente, de uma hora para outra foi tudo abaixo, mas eu acho que muitos produtores (com o que aconteceu) já aprenderam bastante. Está havendo uma mudança de mentalidade (pequeno produtor).

Hoje eu tenho um pequeno comércio que dá para sustentar minha família, sou mais independente (ex-trabalhador do cacau).

Camacã, assim, reinicia sua ascensão com nova vitalidade, agora mais independente do comércio do cacau. Nota-se, na cidade, uma mentalidade crítica em relação à crise, como se pairasse no ar certo alívio pela quebra das correntes que os impediam de prosseguir mais independentes no rumo das suas próprias vidas.

Foi uma ruptura capitalista radical, dissolvendo o arranjo em que se separam o espaço da reprodução do camponês e o espaço da reprodução do cidadão, mudança que altera por inteiro a velha forma de relação sociedade-espaço.

Podemos considerar que a análise das condições históricas e

geográficas nos permite dizer que Camacã se insere no interior do nosso estudo como um tipo de “sociedade agrária”, na qual a cidade existia como um centro político-administrativo inteiramente dominado e delimitado pelo campo, já que a produção agrícola ocupava a maior parte da produção dos indivíduos. A cidade era alimentada pelo campo e dele dependia estreitamente.

A princípio, não podendo ultrapassar os limites impostos por esta sociedade agrária, Camacã, formada na dependência da lavoura, veio a se expandir entre o período de 1880 e 1950; antes, era essencialmente consumidora dos produtos do campo, e este se constituía verdadeiramente no setor produtor.

Com a ruptura, parece estar mudando este último enfoque, transformando-se a sociedade em uma sociedade urbano-rural, em que o desenvolvimento cada vez maior da economia e as incursões da globalização vêm liberando a cidade do meio rural no que toca à produção em geral, tornando-a também produtora e organizadora de seus setores produtivos. Isso se deveu, além daqueles fatores inerentes à crise produtiva do cacau, à própria globalização, com seus acréscimos científico-tecnológicos e de comunicação, através de um setor terciário mais pujante e de um secundário mais diversificado e passando gradativamente a impor ao meio rural um novo modo de vida e uma nova estratificação econômica e social. Talvez possamos divisar, a partir desta crise, o nascimento de uma sociedade urbana em que uma maior parte da população não se ocupa mais com a produção agrícola, passando o setor industrial e dos serviços a ocupar uma importante fatia da economia local.

Durante o século XIX e quase todo o XX, Camacã, com seu produto monolítico, determinou o mundo da vida dos habitantes da cidade, impondo uma divisão do trabalho altamente hierarquizada, com forte concentração de renda e terra, permeado por um tipo de relação ambivalente, ou seja, relações afetivas de compadrio, convivendo com relações indiretas e indiferentes, misturadas ambas

em doses diversas, com predominância da segunda sobre a primeira.

Mas o velho está morrendo e o novo ainda não conseguiu nascer. A pesquisa indica que a incerteza e a imprevisibilidade dos nossos dias, acrescidas da instabilidade do momento histórico, tornam extremamente difícil trazer à tona conclusões precisas sobre as mudanças culturais da cidade de Camacã.

Muitos fatos vinculados ao surgimento da vassoura-de-bruxa ainda estão por ser investigados e comprovados, pois, no momento, as especulações e os falatórios nos impedem de considerá-los.

As transcrições de algumas entrevistas testemunham o inenarrável, a mudança, a nova retomada. Essas transcrições, somadas ao nosso aporte teórico e documental, podem explicar melhor as transformações de âmbito cultural que ocorreram na região e foram espelhadas pela cidade.

A análise das entrevistas indica que a crise serviu como um divisor de águas, em que as tormentas de antes não são mais vistas pela mesma ótica. Percebemos que um olhar crítico sobre a tradição cultural da antiga região cacauceira perpassa todos os discursos, às vezes externando um *mea culpa*, outras vezes uma certa revolta contida (no âmbito da classe mais carente da sociedade), mas mostrando, no jogo da alteridade, o quanto todos mudaram.

Está havendo uma mudança de mentalidade O que mais chama a atenção é o aprendizado que se teve com essa crise: aprendeu-se a valorizar mais as coisas, a ser menos individualista, entre outras (diretor de empresa de cacau).

Os que vieram e estão vindo de fora trouxeram/estão trazendo outra mentalidade – a empresarial e a profissional (médio produtor).

A postura dos filhos de antigos cacauicultores é a de supera-

ção dos vícios das gerações mais antigas; estão conscientes de que, para terem sucesso, é preciso conduzir o gerenciamento de suas fazendas com profissionalismo, com uma postura de empresários, pois só assim os seus negócios terão resultados positivos (grande produtor).

A cultura está mudando: o fazendeiro não pagava o crédito, que era fácil, comprava carro novo, morava em Salvador, hoje não: o próprio fazendeiro está vindo para morar nas fazendas, e é também o empregado (dirigente de instituição pública).

Nós não estávamos preparados para enfrentar essa crise. Do ponto de vista tecnológico, sentíamos-nos incapacitados. Parece que a falta de estudos, ou de memória de estudos nos cegou (grande produtor).

A região é o cacau, o resto é ilusão (micro produtor).

Chegamos a um ponto que não é final, mas um ponto de intersecção, que significa textualmente um corte, uma virada, um cruzamento. Neste ponto, reencontramos muitos dos que saíram, agora com novos olhares sobre a antiga realidade. Muitos migraram e muitos voltaram de mãos vazias; muitas trocas culturais aconteceram, muitas formas de vida desapareceram. E perguntaríamos: será que Camacã, depois de ultrapassar a crista da onda, aprendeu a lidar com a crise, acreditando em novas formas de sobrevivência, agora com mais liberdade? É visível, na cidade, a proliferação de novas formas culturais. No entanto, mesmo quando a cidade constrói identidades novas e transgressoras, o antigo e o normativo continuam a fornecer a linguagem e o pano de fundo: o cacau ainda é o conteúdo principal das discussões e debates, mesmo porque o interesse em descobrir de onde se originou a doença que detonou

a grande bomba continua grande. Ultimamente, foi noticiado na imprensa escrita e falada um complô envolvendo políticos da região, que teriam disseminado propositadamente a doença nas fazendas de cacau. Desse modo, o pano está longe de ser baixado. Vimos que a população de Camacá, de um modo geral, não se sente comprometida com a regeneração da produção cacaueteira. Como já dissemos antes, paira no ar um certo alívio pelo sentimento resgatado de autonomia e liberdade. O que se pode depreender de todo esse sofrimento é que Camacá adquiriu uma ideologia urbana ancorada em uma racionalidade capitalista, expressada nas novas funções da cidade, como a existência de um “mercado livre de força de trabalho” e a liberdade de enriquecimento, de “alcançar o êxito” sem a submissão à produção do cacau. Essa nova ideologia, em parte, foi trazida pelos que voltaram para a cidade, ricos ou pobres, tanto os grandes produtores quanto os pequenos produtores, tanto os trabalhadores como os novos proprietários. Mas não podemos concluir que esse caminho os fará mais felizes.

REFERÊNCIAS

ARGULLOL Rafael. **A nova leitura do mundo**, Ver. TB, Rio de Janeiro, 136:69/72, jan./mar., 1999. p. 70.

ALVIM, Paulo de T.; ROSÁRIO, Milton. **Cacau ontem e hoje**. Rodovia Ilhéus-Itabuna: CEPLAC, 1972.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

BORNHEIM, Gerd. Conceito de Tradição. In: BORNHEIM, Gerd; BOSI, Alfredo. **Tradição/contradição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar Editor/Funarte, 1997. p. 20.

CARLOS, Ana Fani A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CEPLAC (Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira). **Diagnóstico sócio-econômico da Região Cacaueira**. Bahia, Brasil: Ministério da Agricultura: Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, 1976.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdURRJ, 2000.

_____. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

_____. Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Otávio; RESENDE, Paulo-Edgard A. **Desafios da globalização**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

DUNCAN James S. Após a Guerra Civil: reconstruindo a Geografia Cultural como heterotopia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdURRJ, 2000.

_____. O supraorgânico na Geografia Cultural Americana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patrimônio**

político brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo, 1995.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: WILHEIM Jorge, PINHEIRO Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Ed. Da Universidade Federal Fluminense, 1977.

HALL, Stuart. **A realidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1998, 349 p.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da Globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HERMET, Gui. **Cultura e desenvolvimento**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HOBBSAWM Eric; RANGER Terence. **A invenção das tradições**. Trad. Delina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REVISTA Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

REVISTA Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil**, disponível em <http://www.socioambiental.org/pib/epi/pataxohahaha/print.htm>. Acesso em: 7 mar. 2006.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB). **Cultura indígena**. Disponível em: www.memorial.or.br. Acesso em 30 de janeiro

de 2006, às 22:31:35 GMT.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE TRADIÇÃO INDÍGENA. **Humanização pelo social**. Disponível em: www.ideti.org.br Acesso em: 10 fev. 2006.

MOREIRA, Rui. O paradigma e a ordem. **Revista Ciência Geográfica**, São Paulo: Bauru, V (13): maio/ago. 1999.

ORTEGA, Graciela Uribe; LÓPEZ, Silvana Levi de. Globalização e Fragmentação. O papel da cultura e da informação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (Org.). **Fim de século e Globalização: o novo mapa do mundo**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PAZ, Otávio. In: REALE, Miguel. **Experiência e cultura: para a fundação de uma teoria geral da experiência**. São Paulo: Grijalbo, Ed da Universidade de São Paulo, 1977.

PESSANHA, José Américo Mota. Cultura como ruptura. In: BORNHEIM, Gerd; BOSI, Alfredo. **Tradição/contradição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1997.

PLANO DIRETOR URBANO DE CAMACAN. Camacan, 2003, p. 80.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; QUEDA Ariowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**, 3 ed. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1979.

_____. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: EDUSP, 1978.

REALE, Miguel. **Experiência e cultura:** para a fundação de uma teoria geral da experiência. São Paulo: Grijalbo, Ed da Universidade de São Paulo, 1977.

SÁ, Charles Nascimento de. **Festa da cidade:** cultura e turismo na periferia do cacau. Dissertação (Mestrado), Bahia: Camacan, 2003.

SACHS, Ignacy; WILHEM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitac, 1997.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, Globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SILVA, Bárbara-Cristine Nentwig et.al. **Atlas Escolar da Bahia:** espaço geo-histórico e cultural. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2004 .

SILVEIRA, Maria Laura. **Revista Ciência Geográfica,** Bauru – VIII, v. I, (21): jan./abr. 2002.

SOUZA, Álvaro José; SOUZA, Edson Belo Clemente de; MAGNONI JÚNIOR, Lourenço (Org.). **Paisagem, território, região:** em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Os “novos mundos rurais” baianos.** Salvador: SEI, 1999. 88 p. (Série Estudos e Pesquisas, 42).

_____. **Diagnóstico Ambiental do Litoral Sul da Bahia.** Projeto RADAM. – SEI – Salvador: SEI, 1999.

THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica. Investigação social e enquete operária. São Paulo, Ed. Polis, 1980. In: GOHN, Maria da Glória Marcondes. Pesquisa participante e educação. **Cadernos Cedes**, n. 12, p. 4 -12, São Paulo: Cortez, 1987.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980, 288p.

WHITEHEAD, A. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, 471 p.



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

COORDENAÇÃO GRÁFICA: Luiz Henrique Farias

DESIGNER GRÁFICO: Cristovaldo C. da Silva

IMPRESSÃO: Davi Macêdo e André Andrade

FOTOMECÂNICA: Antônio Vitor

ACABAMENTO: Nivaldo Lisboa